UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

DIEGO PEREIRA VIÉGAS

SOBERANIA, SEGURANÇA ALIMENTAR E DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: OS IMPACTOS DA AGENDA NEOLIBERAL NA POLÍTICA DE PESQUISA AGRÍCOLA NA EMBRAPA - PERÍODO 2016-2021.

PELOTAS 2022

DIEGO PEREIRA VIÉGAS

SOBERANIA, SEGURANÇA ALIMENTAR E DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: OS IMPACTOS DA AGENDA NEOLIBERAL NA POLÍTICA DE PESQUISA AGRÍCOLA NA EMBRAPA - PERÍODO 2016-2021.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Política Social e Direitos Humanos.

Orientador: Prof. Dr. Tiago de García Nunes.

PELOTAS 2022

Ficha Catalográfica

V656s	Viégas, Diego Pereira
	Soberania, segurança alimentar e direito humano à alimentação adequada: os impactos da agenda neoliberal na política de aquisição agrícola na Embrapa – período 2016-2021**.** / Diego Pereira Viégas. – Pelotas: UCPEL, 2022. 133 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas. - Pelotas, BR-RS, 2022. Orientador: Tiago de García Nunes.
	1. Política agrícola. 2. Segurança alimentar e nutricional. 3. Direito humano à alimentação adequada. 4. Soberania alimentar. I. Nunes, Tiago de García . II. Título. CDD 341

Bibliotecária responsável: Cristiane de Freitas Chim CRB 10/1233

DIEGO PEREIRA VIÉGAS

SOBERANIA, SEGURANÇA ALIMENTAR E DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: OS IMPACTOS DA AGENDA NEOLIBERAL NA POLÍTICA DE PESQUISA AGRÍCOLA NA EMBRAPA - PERÍODO 2016-2021.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Política Social e Direitos Humanos.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Orientadora: Prof. Dr. Tiago de Garcia Nunes
Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)

_____

1ª Examinadora: Profa. Dra. Cristine Jaques Ribeiro
Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)

_____

2ª Examinadora: Prof. Dr. Lúcio André de Oliveira Fernandes
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Pelotas, 08 de Dezembro de 2022

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais, Sérgio Ivan Viégas e Maria Virlene, pois tudo que sou hoje devo a minha criação e aos valores que eles me passaram.

Dedico também aos meus dois filhos, Juan e Lorenzo, e para minha filha do coração Stephani, para que meu exemplo sirva de incentivo em suas jornadas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha esposa, Raquel, pelo apoio e incentivo que transcende o período desse mestrado, remontando o momento em que nos conhecemos e nos prometemos lutar juntos para alcançar nossos sonhos. Muito obrigado meu amor, mais um degrau superado... Nossos sonhos estão logo ali, breve chegaremos juntos!

Em especial meu agradecimento ao Professor Dr. Tiago de García Nunes, não só pelas orientações tranquilas que me transmitiram segurança e pela paciência de me escutar ao longo desta pós-graduação, mas por ter me acompanhado ao longo de minha trajetória acadêmica, sempre disposto a me ajudar a alcançar meus sonhos, me incentivando e depositando confiança no meu potencial.

Aos professores integrantes da banca de qualificação e de defesa final desta dissertação, Profa. Dra.Profa. Cristine Jaques Ribeiro e Prof. Dr. Lúcio André de Oliveira Fernandes, por gentilmente aceitarem o convite e contribuírem para o seu aprimoramento.

Agradeço a Universidade Católica de Pelotas, aos professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, por todo conhecimento partilhado e os inúmeros momentos de aprendizado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que através de uma bolsa-taxa, proporcionou o meu ingresso na pós-graduação.

“Encontrou-se, em boa política, o segredo de fazer morrer de fome aqueles que, cultivando a terra, fazem viver os outros.”

Voltaire.

RESUMO

O presente estudo desenvolve uma análise dos impactos da política Neoliberal assumida pelo governo brasileiro, pós golpe político que removeu do poder o governo progressista de Dilma Roussef, sobre a agenda de pesquisa agrícola pública voltada à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e ao alcance da Soberania Alimentar (SA). Os impactos são denotados pelo processo de desinvestimentos em pesquisa agrícola, mormente no que concerne as pesquisas voltadas a SAN, a Agricultura Familiar e a Agroecologia, e pelapolítica de enxugamento da máquina pública e incentivo à parceria público-privada (PPP), privilegiando a pesquisa agrícola voltada a geração de *commodities* em detrimento de pesquisas que garantam a Soberania Alimentar Nutricional do país. Através da revisão bibliográfica e análise documental se denota o campo de disputa por hegemonia edificado ao longo da história na definição da política de pesquisa agrícola pública nacional, denunciando o lobby do agronegócio, por meio da bancada ruralista, sobre o governo federal por uma agenda de pesquisa voltada aos interesses do capital; e destacando a importância do movimento de resistência por parte de movimentos sociais do campo, trabalhadores da área da pesquisa, ONG's, partidos de esquerda, pesquisadores e estudantes, para que a pesquisa agrícola pública siga contribuindo para à SAN e o desenvolvimento sustentável no campo. Os dados levantados evidenciam a importância de se consolidar uma política de Segurança Alimentar e Nutricional capaz de garantir o desenvolvimento de pesquisas agrícolas voltadas a SAN, tanto do ponto de vista orçamentário, como de prioridade na agenda da pesquisa agrícola pública, assegurando assim o compromisso do Estado brasileiro para com a SAN, evitando, desta feita, a subordinação da pesquisa agrícola ao alvitre dos governos e o lobby do agronegócio.

Palavras-Chave: Pesquisa Agrícola; Segurança Alimentar e Nutricional; Direito Humano à Alimentação Adequada; Soberania Alimentar

ABSTRACT

This study develops an analysis of the impacts of the Neoliberal policy assumed by the Brazilian government, after the political coup that removed the progressive government of Dilma Rousseff from power, on the public agricultural research agenda focused on Food and Nutritional Security (SAN), the guarantee of Human Right to Adequate Food (DHAA) and the scope of Food Sovereignty (SA). The impacts are denoted by the process of disinvestment in agricultural research, especially with regard to research focused on SAN, Family Agriculture and Agroecology, and by the policy of downsizing the public machine and encouraging public-private partnerships (PPP), privileging the agricultural research aimed at generating commodities to the detriment of research that guarantees the country's Nutritional Food Sovereignty. Through the bibliographic review and document analysis, the field of dispute for hegemony built throughout history in the definition of the national public agricultural research policy is denoted, denouncing the agribusiness lobby, through the ruralist caucus, on the federal government for an agenda of research focused on the interests of capital; and highlighting the importance of the resistance movement on the part of rural social movements, research workers, NGOs, leftist parties, researchers and students, so that public agricultural research continues to contribute to SAN and sustainable development in the countryside. The collected data show the importance of consolidating a Food and Nutrition Security policy capable of guaranteeing the development of agricultural research focused on FNS, both from a budgetary point of view and as a priority on the public agricultural research agenda, thus ensuring the commitment of the Brazilian State towards SAN, avoiding, this time, the subordination of agricultural research to the advice of governments and the agribusiness lobby

Key words: Food Safety; Agricultural Research; Human Right to Adequate Food; Food Sovereignty

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Indicadores Nacionais de Ciência e Tecnologia, 2019 64
Gráfico 1 - Dispêndios Públicos em P&D em relação ao PIB 65
Gráfico 2 - Dispêndios do governo federal em ciência e tecnologia (C&T) 66
Gráfico 3: Investimento em P&D 66
Figura 2 - Gráfico investimento em pesquisa, 2019 67
Figura 3 - Portal da Transparência – Embrapa 68
Gráfico 4 - Orçamento Embrapa: Empenhado x efetivado, em Reais (R$) 69
Gráfico 5 – Embrapa: Orçamento x Despesas, em Reais (R$) 70
Gráfico 6 – Desinvestimento em pesquisas voltadas diretamente à SAN 71
Gráfico 7 – Gasto percentual com Pesquisa Agrícola voltada à SAN 72
Tabela 1 - Descrição da aplicação orçamentária em Pesquisa Agrícola na Embrapa, período 2016-2021 73-74
Gráfico 8 - Gastos com Pesquisa voltada à Agricultura Familiar 76
Figura 4 – Embrapa no Parlamento 78
Figura 5 – Relatórios de Execução das Emendas Parlamentares 78
Tabela 2: Orçamento em Emendas destinadas à SAN por partido 81
Gráfico 9 – Total investido em pesquisa agrícola destinada a SAN 81
Gráfico 10 – Montante de orçamento destinado à SAN por partido 82
Tabela 3 – Número de emendas parlamentares destinadas à SAN 83
Gráfico 11 – Número total de emendas destinadas à SAN 83
Gráfico 12 – Número de emendas voltadas à SAN por partido 84
Tabela 4 – Emendas parlamentares destinada à Agricultura Familiar 85
Gráfico 13 – Total destinado à Agricultura Familiar 86
Gráfico 14 – Emendas destinadas à Agricultura Familiar por Partido 87
Gráfico 15 – Número de emendas destinadas à Agricultura Familiar 88
Gráfico 16 – Número de emendas voltadas à Agricultura Familiar por partido 89
Tabela 5 – Emendas parlamentares voltadas a Agroecologia 90/91
Gráfico 17 – Emendas voltada à Agroecologia 91
Gráfico 18 – Emendas voltadas à Agroecologia por partido 92
Tabela 6 – Número de emendas voltadas à agroecologia 93
Gráfico 19 – Número de emendas voltadas à Agroecologia por partido 93
Tabela 7 – Emendas parlamentares: Custeio x Investimentos 94
Gráfico 20 – Emendas parlamentares: Custeio x Investimentos 94
Figura 6: matéria do Estadão sobre a proposta de reestruturação da Embrapa 107
Figura 7 - Matéria da Revista E&N sobre a reestruturação da Embrapa 108

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio

CMA – Cúpula Mundial sobre Alimentação

CONAF - Confederação Nacional de agricultura familiar

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CONTRAF - Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil

CPACT – Embrapa Clima Temperado

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO - Organização da nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

ICT's - Instituições Científicas e de Inovação Tecnológica

INCRA - Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OMC – Organização Mundial de Comércio

PIDESC -Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SA – Soberania Alimentar

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SINPAF – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Pesquisa Agropecuária

SNPA – Sistema Nacional de Pesquisa Agrícola

UNICAFES - União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

1. O CAMPO DE DISPUTA CONCEITUAL 19

1.1O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), da eficácia à efetividade. 20

1.2 Segurança Alimentar e Nutricional, um conceito edificado 22

1.3 A Soberania Alimentar (SA) 23

1.4 O conceito de Segurança Alimentar no setor agrícola 26

2. A PESQUISA AGRÍCOLA PÚBLICA BRASILEIRA E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 35

2.1 Um breve histórico da Pesquisa Agrícola no Brasil 37

2.2 Neoliberalismo e a crise do modelo de investimentos públicos em pesquisa agrícola. 42

2.3 A agroecologia e a busca por um modelo de desenvolvimento rural sustentável 44

2.4 Pesquisa Agrícola para quem? O Campo de disputa e seus atores. 51

2.4.1 O Agronegócio 52

2.4.2 A Agricultura Familiar 53

2.5 Contribuições da Embrapa para a Segurança Alimentar e Nutricional 55

3. IMPACTOS DA POLÍTICA NEOLIBERAL PARA A PESQUISA AGRÍCOLA PÚBLICA VOLTADA À SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 62

3.1 O processo de corte do orçamento público para a pesquisa 63

3.1.1 A alteração do projeto de governo e os impactos no orçamento público para a pesquisa agrícola. 67

3.1.2 Emendas parlamentares destinadas à pesquisa agrícola 77

3.1.3 Termos de Execução Descentralizada (TED) 95

3.2 Mudanças institucionais: O Projeto Transforma Embrapa e seu impacto sobre a Pesquisa Agrícola voltada à SAN. 96

3.2.1 A edificação do ambiente propício a reestruturação da Embrapa 98

3.2.2 O processo em curso de reestruturação da Embrapa 106

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 119

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 124

INTRODUÇÃO

A presente dissertação está relacionada à linha de pesquisa “Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas” do Programa de Pós-graduação (PPG) em Políticas Sociais e Direitos Humanos da UCPEL. O referido PPG tem como eixo articulador estudos sobre a política social sendo ela usada para o enfrentamento das manifestações da questão social.

A linha de pesquisa investiga, a partir de um referencial crítico e interdisciplinar, as distintas concepções teóricas no contexto das políticas públicas e sociais enfatizando os processos de efetivação dos direitos humanos. A linha engloba diversos temas relacionados com a questão social: a relação Estado x sociedade civil; a expropriação territorial; os processos de lutas sociais e resistências; o trabalho e as distintas formas de viver e produzir manifestadas em outras formas de economia, entre outras questões.

Nesta perspectiva, o presente estudo tem como tema a Pesquisa Agrícola Pública sob o prisma da efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da construção de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) efetiva.

A Pesquisa Agrícola Pública constitui uma importante ferramenta de efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar mediante o desenvolvimento de tecnologias para o campo que favoreçam o desenvolvimento sustentável da Agropecuária, mormente no que se refere a agricultura Familiar e a Agroecologia, conhecidos supedâneos para o alcance da Soberania Alimentar (SA) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

A Pesquisa Agrícola Tecnológica, enquanto instrumento de Política Agrícola do Estado Brasileiro, tem sua previsão legal expressa no do Art. 4° da Lei Federal 8.171/91, que dispõe sobre a Política Agrícola Nacional.

> Art. 4° As ações e instrumentos de política agrícola referem-se a:
> (...)
> II - pesquisa agrícola tecnológica;

Essa mesma Lei institui em seu capítulo IV o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), sob a coordenação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e em convênio com os entes federativos, entidades públicas e privadas, universidades, cooperativas, sindicatos, fundações e associações.

Destaca-se entre os objetivos estatuídos pelo SNPA, compatibilizar as diretrizes e estratégias de pesquisa agropecuária com as políticas de desenvolvimento, definidas para o País, como um todo, e para cada região, em particular.

Neste sentido, a Embrapa, enquanto agente estatal promotor de pesquisa agrícola pública, deve contribuir para o alcance dos objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, em especial os constantes de seu Art. 4°, III, quais sejam:

> Promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional (PNSAN, 2015)

O protagonismo da Embrapa no que concerne à pesquisa agrícola com vistas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) foi reafirmado pelo compromisso brasileiro assumido com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em especial os ODS 1 - Erradicação da Pobreza e ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.

Foi definido pelo Decreto número 8.892/2016 (atualmente revogado) que criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que as instituições públicas deveriam fazer a vinculação entre as metas dos Planos Plurianual (PPA) e as metas e indicadores dos ODS.

Esse compromisso de vinculação da agenda de pesquisa da EMBRAPA com os objetivos estabelecidos pela ONU, mormente com aqueles vinculados com a Segurança Alimentar Nutricional, foi publicizado pela empresa por meio de e-Books

que abordam como a atuação da Empresa está vinculada a cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

> A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), apresenta um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que basicamente se constituem em uma relação de desafios a serem suplantados por todos e em todo o mundo, que em síntese busca tornar a vida melhor neste planeta, além de preservá-lo para as futuras gerações. Nessa agenda, a erradicação da pobreza e da fome, constantes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1 e 2, sem dúvida, configuram-se como desafios de primeira grandeza, intimamente imbricados, e que demandam um enorme esforço e vontade da comunidade mundial para sua superação. O Brasil engajou-se nesse esforço e busca a implementação dos ODS nas diferentes regiões do País e nos seus diferentes setores, com a criação em 2016 da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, órgão de coordenação nacional para a consecução dos objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas. A Embrapa, como empresa pública, cuja missão é buscar soluções para a sustentabilidade da agricultura brasileira, possui conexão direta com a produção de alimentos e, por conseguinte, com a erradicação da fome no Brasil. Esta publicação trata da contribuição da Embrapa para a implementação do ODS 2 “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”, que pode ser sintetizado como “Fome zero e agricultura sustentável”. (MEDEIROS *et al*, 2018)

Ocorre que, em que pese os compromissos internacionais e constitucionais assumidos pelo Estado Brasileiro com o DHAA e a SAN, entendemos que a agenda de Pesquisa Agrícola Pública no Brasil tem sido pautada pelos interesses do agronegócio[1], denotando, desta feita, que a questão alimentar no Brasil ainda se submete ao alvitre dos governos.

Ainda que essa influência (lobby) não seja uma novidade no cenário político, atingindo mesmo governos progressistas, nunca antes foi tão determinante quanto está sendo nos últimos anos, em meio a governos de matriz neoliberal.

> Quanto à temática da segurança alimentar e nutricional (SAN), sua inserção na agenda governamental, tanto em nível internacional quanto nacional, sempre se viu permeada por inúmeros interesses e pelo envolvimento de

[1]Entende-se por agronegócio a expressão hegemônica do capital na agricultura, um projeto político-econômico, que se contrapõe ao modelo agroecológico, de ampliação do capital no setor produtivo agrário e financeiro, controlando e exercendo o monopólio sob o comando dos poucos grupos de multinacionais que detêm o direito sobre as sementes e insumos de alta tecnologia, além da especulação dos imóveis rurais e das *commodities* no mercado de bolsa de valores. (SILVA, 2021)

> diferentes atores sociais com maior ou menor poder de influência em termos de decisão política. (SILVA, 2014, p. 7)

No Brasil, a pesquisa agrícola pública voltada à pauta de estabelecimento de uma Soberania Alimentar teve seu resplandecer durante a década de 2000 e meados da década seguinte. Coincidentemente, período marcado por governos progressistas. Esta realidade foi se modificando com a chegada de governos com concepções neoliberais ao poder.

Diretrizes da agenda econômica neoliberal têm atingido diametralmente os rumos da pesquisa agrícola, seja pelos cortes do orçamento com pesquisa pública, seja pela política de enxugamento da máquina pública e incentivo à parceria público-privada (PPP), privilegiando a pesquisa agrícola para a geração de *commodities* em detrimento de pesquisas que garantam a Soberania Alimentar Nutricional do país.

Esse processo de enfraquecimento da Pesquisa Agrícola voltada a SAN teve início com o golpe político[2] operado em 2016 que derrubou a então presidenta Dilma Rousseff culminando com a ruptura do projeto político social eleito e a ascensão da agenda neoliberal ao governo.

Se para a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, que possui previsão legal expressa, esta mudança de paradigma político tem se

---

[2]Entende-se o impeachment de 2016 como Golpe de Estado tendo por base o conceito estabelecido por Edward Luttwak (apud. OLIVEIRA, 2016) para qual Golpe de Estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político. Segundo a autora Ivana Jinkings (2016), na obra: *Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise Política no Brasil*, o processo de impedimento da então Presidenta Dilma Rousseff tratou-se de um Golpe de Estado, em que pese uma ruptura de novo tipo, distinta das observadas nos países sul-americanos entre os anos 1960-1980. No roteiro golpista clássico adotado naquele período: as forças armadas se aliavam com o grande capital, com os monopólios da mídia e com a embaixada estadunidense; o palácio de governo era sitiado, o mandatário eleito era encarcerado ou expulso do país – quando não assassinado – e triturava-se a institucionalidade vigente. Por fim passava-se a busca por legalizar o golpe através de juristas inescrupulosos chamados para dar tinturas de normalidade constitucional à ditadura estabelecida e, ato contínuo, sufocavam-se com truculência usual as vozes dissonantes. Em 2016, segundo a autora, isso se repete, não obstante através de um roteiro diverso, mas por meio do mesmo ardil . A presidente legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras. (JINKINGS et al, 2016, p.12). Impende destacar que essa ruptura institucional teve por propósito "*aplicar contrarreformas que beneficiaram diretamente o grande capital em detrimento dos trabalhadores*" (OLIVEIRA,2016, p. 218), fazendo frente, desta feita, às políticas sociais estabelecidas pelo projeto político eleito nos últimos 14 anos.

mostrado desafiadora e até mesmo ameaçadora, mais grave situação se encontram as iniciativas públicas que pretendam a edificação de uma Soberania Alimentar Nacional.

A Pesquisa Agrícola voltada a SAN é um exemplo deste tipo de iniciativa pública prejudicada, estando à mercê dos interesses da classe política e do *lobby* do Agronegócio. É este problema, envolto à temática da Pesquisa Agrícola Pública voltada a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, que impulsiona a proposição desta pesquisa.

Neste sentido, cabe destacar que a escolha do tema abordado tem raízes em minha atuação profissional como técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) há mais de 14 anos, sendo destes os últimos 8 anos dedicados à atuação como dirigente sindical no sindicato dos trabalhadores da empresa (SINPAF).

Nesse período pude acompanhar o apogeu das pesquisas agrícolas desenvolvidas pela Embrapa voltadas ao fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar. Pesquisas centradas na agroecologia e destinadas à agricultura familiar, aos povos originários e tradicionais. Um modelo de pesquisa agrícola pública que culminou com a retirada do Brasil do mapa da fome. (BRASIL, 2016)

Ocorre que, a partir do Impeachment de 2016, e consequente assunção do modelo econômico neoliberal ao governo, passei a vivenciar no cotidiano laboral uma ingerência direta dos interesses do agronegócio sobre as prioridades da agenda de pesquisa da empresa. Uma percepção comum a toda a classe trabalhadora da empresa, como já mencionado, e objeto de denúncias por parte de seu ente sindical.

Esse processo de priorização da agenda de pesquisa agrícola pública na Embrapa tem se dado por meio de cortes orçamentários que condicionam a produção da pesquisa ao financiamento privado, precarização e tentativa de terceirização do trabalho, repercussão direta dos interesses do agronegócio sobre as rotinas da empresa por meio da indicação de gestores “apadrinhados” pela

bancada ruralista[3], bem como perpassa por uma reestruturação completa da empresa e de seus objetivos.

Toda essa mudança no paradigma de pesquisa agrícola tem repercutido no principal cliente da empresa, qual seja a sociedade brasileira, sendo objeto de protestos por parte de movimentos sociais, da sociedade civil organizada e dos trabalhadores da Embrapa.

Enquanto dirigente sindical, tenho militado junto ao movimento de luta e resistência pela conservação do papel social da Embrapa, buscando conscientizar a sociedade dos ataques que a instituição vem sofrendo e dos prejuízos que daí decorrem para as pesquisas voltadas à SAN e a Soberania Alimentar (SA).

Essa percepção empírica do processo voraz de ingerência do capital privado sobre a pauta de pesquisa agrícola, comprometendo a produção de pesquisas essenciais para o desenvolvimento da SAN e SA, bem como minha militância junto ao movimento de resistência, me motivaram a desenvolver o presente estudo, como instrumento de denúncia e de busca pela efetivação de uma política de pesquisa agrícola verdadeiramente compromissada com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Neste sentido, tem-se como objeto da presente pesquisa a análise dos impactos na agenda de pesquisas da Embrapa voltadas a SAN e o DHAA em função das políticas de governo adotadas, demonstrando a imperiosa necessidade de que se encare a Pesquisa Agrícola como Política Pública estratégica e primordial para o alcance da SAN e da SA no Brasil.

Parte-se do pressuposto de que a suscetibilidade da agenda de pesquisa pública ao alvitre dos governos, pressionados pelo Agronegócio e o modelo Neoliberal de condução da questão agrícola no país, tem prejudicado o compromisso brasileiro para com a SAN e com a garantia do DHAA. Assim que, a

---

[3] A bancada ruralista no Congresso Nacional, trata-se de um grupo composto por diferentes partidos que se articulam para defender os interesses do agronegócio e o sistema patronal rural. Institucionalmente a bancada ruralista é chamada de Frente Parlamentar Mista da Agropecuária que, no mandato 2019-2022, é composta por 280 parlamentares (39 senadores/as e 241 deputados/as), de acordo com o site oficial da FPA. (ARAÚJO, 2022) Segundo informações do Site da FPA seu objetivo é estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional. Dentre as prioridades atuais estão a modernização da legislação trabalhista, fundiária e tributária, além da regulamentação da questão de terras indígenas e áreas quilombolas, a fim de garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor (FPA, S/D)

priorização do desenvolvimento de “*tecnologia*” e “*inovação*” para as grandes monoculturas voltadas à exportação, bem como a políticas de financiamento de pesquisa através de fundos privados, repercutem sobre as pesquisas de base que são supedâneo para a agroecologia, a agricultura familiar, a conservação dos recursos genéticos e a sustentabilidade no campo. Em suma, nesta condição, o que se tem é uma pesquisa agrícola “pública” apenas para aqueles que podem pagar por ela!

Ante o pressuposto apontado, problematiza-se nessa análise: Quais os impactos da agenda neoliberal na política de Pesquisa Agrícola da Embrapa entre o período de 2016 a 2021? De forma acessória: Quais forças compõem o cenário de disputas, e são determinantes, para a definição dos rumos da pesquisa agrícola brasileira? Quais mudanças na lógica de produção de pesquisa agrícola na Embrapa estão sendo operadas impactando o compromisso nacional com a SAN e o DHAA?

Trata-se de um estudo explicativo de natureza mista qualitativa-quantitativa, orientando-se epistemologicamente pela matriz crítico-dialética a fim de apontar e compreender as barreiras (objetivas e subjetivas) para a garantia de agenda e de investimentos para pesquisa agrícola pública voltada a SAN e ao DHAA, bem como busca caracterizar o campo de disputa por hegemonia instituído na política de pesquisa agrícola brasileira e seus atores.

O estudo foi conduzido a partir de duas ferramentas de pesquisa. (1) análise documental: das diretrizes para a pesquisa agrícola pública e para as fontes de financiamento da mesma (editais, normativas, boletins, notícias, planos diretores, memorandos, circulares, prestações de contas, etc. do Ministério da Agricultura, do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, dos extintos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e da Embrapa, que versem sobre a temática em apreço); dos projetos de Lei, das Leis e das Portarias Federais que digam respeito a política de pesquisa agrícola e a SAN e de relatórios disponibilizados em portais da transparência. (2) Pesquisa bibliográfica referente ao tema de pesquisa e as categorias enfrentadas ao longo do estudo.

Em relação aos documentos mencionados, impende destacar que os mesmos são públicos e podem ser obtidos junto aos entes públicos através dos sítios eletrônicos oficiais dos respectivos órgãos.

A análise efetuada se limitou à pesquisa agrícola pública desenvolvida pela Embrapa no âmbito nacional a partir de 2016, período no qual passou a se impor a agenda neoliberal às políticas do governo federal, não obstante se correlacionando ao período predecessor no qual se desenvolveram governos democrático-populares mais sensíveis aos anseios de bem-estar social.

A delimitação territorial circunscrita ao Estado Brasileiro se deve ao fato de que a política de pesquisa agrícola é definida em âmbito federal sob a coordenação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), ente Público Federal vinculado ao Ministério da Agricultura.

Essa dissertação está subdividida didaticamente em três capítulos. Em um primeiro momento debate-se o desafio de se desenvolver uma análise interdisciplinar acerca do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, objetivando lançar bases sócio-políticas sólidas que subsidiem a correta interpretação de dados oriundos do setor agrícola.

Em um segundo momento nosso objetivo é demonstrar a vinculação e a importância da pesquisa agrícola pública voltada à Segurança Alimentar e Nutricional, o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar.

Por fim, passa-se a análise dos processos de ingerência do setor privado sobre a agenda de pesquisa agrícola da Embrapa. Esse terceiro momento está subdivido em duas etapas, uma na qual se avalia os impactos orçamentários decorrentes da política neoliberal adotada pelos últimos governos e outra na qual se caracteriza esta ingerência dos pontos de vista jurídico, político e administrativo, viabilizada por meio do *lobby* do agronegócio junto ao poder executivo e a bancada ruralista estabelecida no Congresso Nacional.

1. O CAMPO DE DISPUTA CONCEITUAL

Para dar conta do enfrentamento interdisciplinar que se propõe, insta delinear três conceitos chaves, quais sejam: Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), Segurança Alimentar Nutricional (SAN) e Soberania Alimentar (SA).

A importância dessa delimitação conceitual para o desenvolvimento da presente pesquisa, em que pese não requeira maiores debates no que concerne ao conceito de DHAA, denota-se de suma importância no que tange aos outros dois conceitos, como se passará a discorrer.

De fato, um dos principais desafios enfrentados para a edificação da pesquisa proposta, haja vista seu caráter intersetorial, consiste nas acepções diversas com as quais conceitos como SAN, Soberania Alimentar e Sustentabilidade são empregados em função do campo de conhecimento em que são operacionalizados.

Em que pese o delineamento legal historicamente edificado e estatuído para estes conceitos, o que se observa na prática é a instrumentalização diferenciada destes dentro dos setores nos quais são assumidos (Agrícola, Econômico, Nutricional, etc.).

A concepção totalizante do conceito de SAN defendida dentro do campo de estudos das ciências sociais e essencial para o estabelecimento de Políticas Públicas eficazes diverge daquela difundida no setor agrícola preocupado exclusivamente com a produtividade e lucratividade.

Essa divergência evidencia a subsistência do campo de disputa política acerca do conceito de SAN, mormente dentro do setor agrário no qual o agronegócio tem papel preponderante.

Ante o exposto cumpre que se estabeleça uma matriz conceitual sólida capaz de instrumentalizar adequadamente os dados extraídos do setor agrícola para a uma análise profícua do fenômeno proposto. Feita essa ressalva, passa-se ao exame de cada conceito contextualizando os mesmos dentro do tema em apreço nesta dissertação.

1.1O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), da eficácia à efetividade.

O termo *Direito Humano à Alimentação Adequada* advém do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), tendo sido definido pelo Relator Especial da ONU para o direito à alimentação em 2002:

> O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva. (PIDESC, 1966).

São englobados nessa acepção os elementos normativos detalhados no Comentário Geral 12 sobre o artigo 11 do PIDESC, no qual consta que o direito à alimentação adequada é realizado quando todo homem, mulher e criança, sozinho ou em comunidade, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, a uma alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção[4].

Ainda, acerca do Direito Humano à Alimentação oportunas as considerações de João Pedro Stedile e Horácio Martins de Carvalho (2012):

> O direito à alimentação é um direito de todos os seres humanos, independentemente da condição social, cor da pele, etnia, local de moradia, crença religiosa, gênero ou idade. No entanto, na atual fase do capitalismo globalizado, esse direito fundamental para a sobrevivência dos seres humanos vem sendo sistematicamente violado como resultado do controle que as grandes empresas transnacionais têm sobre o mercado de alimentos, subordinando o acesso a eles às condições do lucro e da acumulação.

Inegável a importância da reflexão trazida pelos autores, tendo em vista que não basta à previsão legal de um direito (vigência e eficácia), faz-se necessário que o Estado crie condições para que esse direito seja colocado em prática (efetividade). No entanto, como bem destacado, a viabilização deste direito tão caro à sociedade perpassa pela ruptura com a lógica capitalista da acumulação.

No setor agrícola o monopólio da tecnologia por transnacionais tem se colocado como grande desafio para a superação da fome, tendo o Estado, enquanto agente promotor de políticas públicas para o desenvolvimento de tecnologias para o campo, papel determinante na atenuação dessa lógica predatória.

---

[4]Veja-se detalhes no documento do Ministério do Desenvolvimento Social <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf.>

1.2 Segurança Alimentar e Nutricional, um conceito edificado

A concepção de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem sido edificada ao longo da história. Esse constructo teve início a partir da metade do século XIX, através de um processo de congregação de contribuições crescentes de organizações sociais, órgãos públicos nacionais e internacionais.

> O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um conceito em permanente construção. A questão alimentar e nutricional está relacionada com diferentes interesses e diversos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, razão pela qual sua concepção ainda é assunto debatido por variados segmentos da sociedade, no Brasil e no mundo. Além disso, o conceito evolui à medida que avança a história da humanidade e alteram-se a organização social e as relações de poder em uma sociedade. (LEÃO, 2013, p.11)

Após esta construção histórica, constituiu-se a Segurança Alimentar e Nutricional, como sendo a:

> "[...] realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e, que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis" (PNSAN, 2015).

No Brasil a SAN passou a ser promovida por meio da instituição da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), na forma do art. 3º da Lei nº 11.346/2006 (Brasil, 2006).

A PNSAN tem por diretriz a promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com foco principal nas famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e a promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.

Insta destacar que a questão do acesso ao alimento vem gradativamente se distanciando da lógica da qualidade e entrando na lógica de mercado, neste sentido tem-se como pressupostos em SAN e em sua promoção que determinantes sociais

afetam o modo como as pessoas se alimentam, os meios pelos quais acessam os alimentos e quais alimentos acessam (Giordani *et al* apud VIDAL; HELLO e MADEIRA, 2018, p. 26). Neste sentido, constitui-se como dever do Estado promover ações voltadas "*a proposição de alternativas e a busca constante de garantias de acesso a alimentos de qualidade e em quantidades suficientes para a população"*. (VIDAL; HELLO, 2018, p.26)

A compreensão e transposição do conceito de SAN para a práxis representa um conglomerado de variados desafios para o cidadão, para as organizações da sociedade civil, bem como para os entes públicos em suas ações e condutas.

Nesta senda, a SAN passa a ser um grande campo de reflexões dado a condição de *insegurança alimentar* e os crescentes indícios de sua ampliação, no país e no mundo, que precisam ser amplamente debatidos.

No que tange a inserção na agenda governamental da temática da segurança alimentar e nutricional (SAN), tanto em nível internacional quanto nacional, sempre se viu permeada por inúmeros interesses e pelo envolvimento de diferentes atores sociais com maior ou menor poder de influência em termos de decisão política. No Brasil esse foi um processo longo de disputas que possibilitou conquistas importantes ao longo dos anos com relação à inserção na agenda governamental, mas que resultaram em estruturas e políticas públicas com pouco poder quanto a recursos, baixo poder de cobertura, falta de critérios bem definidos de elegibilidade, além de serem marcadas por institucionalidade frágil. Decorre daí um ambiente político-institucional pautado por descontinuidades, com avanços e retrocessos de acordo com as diretrizes de governo assumidas pelos gestores responsáveis, sem que o problema da fome e da miséria fosse eficientemente combatido no país. (SILVA, 2014, p. 7)

1.3 A Soberania Alimentar (SA)

O conceito de Soberania Alimentar foi introduzido, em 1996, pela Via Campesina Internacional na Cúpula Mundial sobre Alimentação (CMA), realizada pela FAO em Roma. O termo adveio da discussão que se estabeleceu acerca do conceito de Segurança Alimentar, por meio da crítica das organizações camponesas

aos termos empregados pelos governos, em consonância com a hegemonia do neoliberalismo e princípios defendidos pela OMC, que buscavam assentar a definição de segurança alimentar atrelando o direito à alimentação à liberalização do comércio de alimentos, no intuito de fazer da alimentação um amplo e vantajoso negócio para as empresas transnacionais, a indústria química e de fast-food, entre outros. (STEDILE; CARVALHO, 2012)

Nasce assim, da contraposição ao conceito de Segurança Alimentar, o conceito de Soberania Alimentar, centrado na concepção de que o alimento não é uma mercadoria e sim um direito humano, devendo ser garantido não só o acesso a esse alimento pela população, mas também a sua produção.

> Assim, soberania alimentar significa que, além de terem acesso aos alimentos, as populações de cada país têm o direito de produzi-los. E é isso que pode garantir a elas a soberania sobre suas existências. O controle da produção dos seus próprios alimentos é fundamental para que as populações tenham garantido o acesso a eles em qualquer época do ano e para que a produção desses alimentos seja adequada ao bioma onde vivem, às suas necessidades nutricionais e aos seus hábitos alimentares. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 722)

Dentro desta perspectiva, podemos conceituar Soberania Alimentar como o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local.

Esse conceito revela uma política mais ampla do que a Segurança Alimentar, pois parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos.

O conceito de Soberania foi expandido no Fórum Mundial Pela Soberania Alimentar (2007), realizado em 2007 em Mali, através da Declaração de Nyéléni:

> A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica e o direito de decidir o seu próprio sistema alimentar e produtivo.

> Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas. Defende os interesses das gerações atuais e futuras. Oferece-nos uma estratégia para resistir e desmantelar o comércio livre e corporativo e o regime alimentar atual; orientar prioritariamente os sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e de pesca para as economias locais e os mercados locais e nacionais; outorga o poder aos camponeses, à agricultura familiar, a pesca artesanal e o pastoreio tradicional; coloca a produção alimentar, a distribuição e o consumo como bases para a sustentabilidade do meio ambiente, social e econômica. Promove o comércio transparente, de forma a garantir condições de vida dignas para todos os povos e o direito dos consumidores de controlarem a própria alimentação e nutrição. Garante que os direitos de acesso e a gestão da nossa terra, territórios, águas, sementes, animais e a biodiversidade estejam nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos étnicos, classes sociais e gerações.

Essa concepção ampliada desmantela a tese das empresas transnacionais de que o livre comércio seria a única maneira de afiançar a “segurança alimentar”, pois a partir da defesa dos interesses dos povos, apresenta uma tática de resistência para defender os regimes alimentares locais e a necessidade de os alimentos serem produzidos por produtores locais. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 723)

Podemos elencar como direitos dos povos vinculados ao conceito de Soberania Alimentar (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 724):

:

- ✔ Definição da própria política de agricultura e de alimentação, o que inclui proteger o meio ambiente e os recursos naturais;
- ✔ Regulação da produção agropecuária e do comércio agrícola interno para o desenvolvimento sustentável;
- ✔ Proteção dos mercados locais e nacionais contra as importações;
- ✔ Limitação do dumping social e econômico de produtos nos mercados;

- ✔ Autonomia para definir o que produzir, a forma de plantio, a distribuição e o consumo de alimentos de acordo com as necessidades das comunidades, em quantidade e qualidade suficientes, priorizando produtos locais e variedades nativas.

Para as organizações sociais e camponesas a Soberania Alimentar é mais que um conceito, trata-se de um princípio de vida que vai para além de uma concepção acadêmica. Foi edificado, como visto, em oposição a distorção e apropriação do conceito de Segurança Alimentar pelo grande capital.

No próximo capítulo discute-se exatamente esse uso distorcido do conceito de Segurança Alimentar pelo agronegócio, um debate necessário tendo em consideração que muitas informações que advém do setor agrícola pretensamente vinculadas ao conceito, em verdade são interpretações limitadas do conceito, comprometendo uma análise profícua do ponto de vista social.

1.4 O conceito de Segurança Alimentar no setor agrícola

O conceito de segurança alimentar e nutricional tem sido empregado no setor agrícola pelo Agronegócio como instrumento de promoção de sua política expansionista, visando o aumento produtivo e consequente ganho econômico, como se passará a abordar.

Basta uma simples busca na rede internacional de computadores para se constatar este comportamento; por vezes nem isso será necessário, bastando atentar para o conteúdo das propagandas nas mídias pelo Agronegócio, como por exemplo a campanha "*Agro é tech, agro é pop, agro é tudo!*"[5]

O conceito de segurança alimentar e seu emprego desvirtuado pelo "*Agro*" é apropriadamente abordado por Frederico Daia Firmiano (2012) em seu artigo: "*A*

[5] "Agro é tech, agro é pop, agro é tudo", trata-se de uma campanha desenvolvida pela Rede Globo de Televisão, esta que faz referência ao agronegócio brasileiro com o objetivo de defender os interesses de um setor político-econômico brasileiro, apontando possíveis características positivas de sua atuação (SANTOS, SILVA e MACIEL; 2019, p.48).

falácia da Segurança Alimentar"; neste estudo o autor destaca dois autores referência do setor agrícola: Judas Tadeu Grassi Mendes, economista, e João Batista Padilha Júnior, engenheiro agrônomo, que se dedicam ao conceito de segurança alimentar, indicando suas possibilidades e a necessidade de sua realização dentro de um projeto de expansão dos agronegócios no Brasil, centrado, fundamentalmente, na produção de soja, de cana-de-açúcar, café beneficiado, milho e carne bovina.

Segundo FIRMIANO (2012, p.160), para estes autores:

> [...] as carências alimentares e os níveis de consumo de alimentos estão associados aos níveis de renda dos países, sendo que os países desenvolvidos demonstrariam índices mais elevados, tanto no que toca ao suprimento das carências de suas populações, quando no índice de consumo em termos de quilos per capita. Ou seja, desde a equação exposta, o aumento da renda per capita seria capaz de produzir um aumento da capacidade e efetividade de realização das necessidades por calorias, suprindo, ao mesmo tempo, a carência por maior diversidade ou variedade da dieta. Portanto, o aumento da renda per capita é tomado como o fator fundamental na busca pela solução do problema da segurança alimentar. Seriam os agronegócios, setores dinâmicos da economia, os responsáveis por promoverem a inserção de países com "vocação agrícola", como o Brasil, na estrutura global do capitalismo mundial, gerando divisas que, supostamente, se transformariam em investimentos diversos e criariam empregos e renda para aqueles segmentos que experimentam as situações de insegurança alimentar, superando-as. (FIRMIANO, 2012, p.160)

De fato, para muitos ideólogos do setor agrário, o aumento da produtividade agrícola tem o condão de solucionar a questão alimentar, desconsiderando que o próprio conceito de SAN evoluiu em decorrência da incapacidade do aumento produtivo em dar conta da problemática alimentar.

Outro estudo que aborda esse método de desvirtuamento de conceitos empregado pelo agronegócio é o desenvolvido por Caio Pompeia (2020), denominado: "*Agro é tudo': simulações no aparato de legitimação do agronegócio*". Nesse trabalho o autor:

> [...] investiga simulações relacionadas à proposição “agro é tudo”. Fazendo confundir o conjunto de agentes do agronegócio com o perímetro de funções abrangido no conceito de *agribusiness*, essas simulações são tecnologias políticas operadas para superestimar a representatividade efetiva desses agentes e ampliar a eficácia de seus pleitos, o que tem resultado em sérias consequências para os direitos de agricultores familiares, povos indígenas e populações tradicionais (POMPEIA, 2020, p.196)

Importante destaque é realizado pelo autor quanto ao conceito de Segurança Alimentar enquanto empregado como aparato de legitimação para o agronegócio, fundamentando o imaginário relacionado ao agronegócio no Brasil, contribuindo para justificar seus agentes e, desta feita, obtendo o endosso de parcela da opinião pública às suas pautas políticas e obtendo o apoio do Estado à elas. (POMPEIA, 2020, p.198)

Aqui reside um dos principais prejuízos advindos do emprego desvirtuado do conceito de SAN, o deslocamento da agenda pública voltada à superação da insegurança alimentar, desviando-se das políticas públicas de base que buscam o enfrentamento das causas da fome de uma forma mais profunda e estrutural, para o financiamento de medidas que visam apenas o ganho produtivo e a expansão econômica do setor agrário.

Emblemática matéria jornalística de Marcos Hermanson Pomar (2021), na revista eletrônica *O Joio e o Trigo*, realiza uma crítica ao uso desvirtuado do conceito de SAN: “*O Agro brasileiro alimenta o mundo? Estudo da Embrapa usa regra de três para provar que sim, mas os fatos dizem que não*”.

A matéria critica um estudo realizado pela Embrapa que coloca o Brasil como responsável por alimentar cerca de um décimo da população do planeta, no entanto, segundo a matéria: “*fontes ouvidas pelo informativo criticam metodologia e tacham pesquisa como ‘peça de propaganda’. Perdas, desigualdades de consumo e destinação da produção ficaram de fora da conta*” (HERMANSON, 2021)

Na mesma matéria é apresentada a defesa realizada ao estudo por Elísio Contini, pesquisador da Embrapa há mais de 40 anos, integrante do Conselho Superior de Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

(FIESP) e do Conselho Nutricional e Alimentício do Fórum Econômico Mundial, além de professor convidado da Fundação Getúlio Vargas. Segundo a revista o pesquisador explica a contradição entre o aumento da fome e a safra recorde no país, alegando que a pandemia e a diminuição no rendimento das famílias seriam as responsáveis, defendendo que o "remédio" para a contradição seriam políticas de distribuição de renda e ações de caridade da sociedade civil. (HERMANSON, 2021)

A manifestação deste pesquisador revela o descompasso do setor agrícola com a verdadeira problemática alimentar, mantendo-se a margem do problema como um todo, eximindo-se da responsabilidade que o setor agrícola tem para com a efetividade da PNSAN.

Este tipo de manifestação, ao invés de ser uma manifestação isolada, consiste em uma postura hegemônica no setor agropecuário. Com efeito, a retórica do Brasil como "celeiro do mundo" é reiterada no meio agrícola, fazendo supor que a insegurança alimentar é função exclusiva da limitação de produção de alimentos.

Exemplo desta narrativa foi a fala do presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Sérgio Souza (MDB-PR), na 20ª edição do Congresso Brasileiro do Agronegócio promovido pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), que tratou da segurança alimentar e da preservação do meio ambiente no planeta. Segundo o parlamentar: "*Nós alimentamos 1 bilhão de pessoas mundo afora e temos força para alimentarmos mais nos próximos anos. A ONU quer que dobremos a produção de alimentos até 2050 para isso*". Ainda segundo o mesmo: "*Que país, além do Brasil, possui 66% da área coberta por floresta nativa? Qual país usa tão pouco pesticida? Nenhum país do mundo com o tamanho do nosso consegue produzir ou dar segurança como o Brasil*" (PACHECO, 2021)

De acordo com a matéria, o parlamentar "*destacou a necessidade de demonstrar que o Brasil produz de maneira sustentável e entrega o alimento com rapidez e qualidade*." (PACHECO, 2021)

Essa manifestação denota a atual preocupação do "*Agro*" com a acepção de sustentabilidade dentro do conceito de segurança alimentar, não obstante, cumpre salientar que, a despeito da luta engendrada pelos ativistas da questão ambiental,

este viés só ganha relevância no meio agrícola como resposta às exigências do mercado exterior, mormente no que diz respeito às exportações para o mercado Europeu.

Neste sentido, também o viés ambiental foi adicionado a agenda do agronegócio, assim como a acepção qualitativa dos alimentos gerados no país, muito mais como agregação de valor a seus produtos, do que pela efetiva conscientização do setor quanto a necessidade de práticas sustentáveis.

No que concerne aos prejuízos a PNSAN trazidos pela narrativa hegemônica acerca do conceito de SAN no meio agrário, cumpre destacar outra manifestação do presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA):

> Para manter o sucesso no setor e obter números ainda mais recompensadores, entretanto, o deputado entende que importantes passos devem ser dados no Congresso Nacional. Na visão de Sérgio Souza, a urgência em aprovar a regularização fundiária e a demarcação de terras indígenas são partes cruciais para a segurança jurídica e alimentar que o setor tanto persegue. (PACHECO, 2021) (Grifos nossos)

Aqui fica evidente a preocupação expansionista do "*Agro*", hoje práticas como o desmatamento e a grilagem de terras têm se revestido de "legitimidade" em narrativas políticas comprometidas com o agronegócio sob a égide de um conceito deturpado de SAN. Um discurso insustentável e do qual decorre uma contradição insuperável: sustentabilidade x política expansionista do agronegócio.

No mesmo congresso a Ministra do MAPA, Teresa Cristina, homenageada com o prêmio de Personalidade do Agronegócio, manifestou que "*o Brasil conta com protocolos científicos avançados e tem, ao lado da Embrapa, uma parceria para desenvolvimento constante de formas para comprovar que o agro é a solução para economia sustentável*." (PACHECO, 2021) (Grifos nossos)

Esse tipo de manifestação exarada pela chefe executiva do setor agrícola do Estado brasileiro denota o nível de penetração da narrativa parcializada do conceito de SAN, promovida pelo agronegócio, na esfera pública.

Com relação a Embrapa, instituição pública responsável por coordenar a política de pesquisa agrícola no país, insta salientar que a mesma não está alheia ao

campo de disputas com relação ao conceito de SAN. Se por um lado ainda constitui-se em grande promotora de práticas que promovem a SAN, como a agroecologia, a agricultura familiar, sistema integrado de produção (iLPF), etc., herança das políticas públicas de incentivo a SAN na primeira década deste século, capitaneadas pelos extintos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Social, historicamente[6] tem sido pautada pelos interesses do agronegócio, sendo também o conceito de segurança alimentar tratado hegemonicamente em uma concepção parcial e tendenciosa, voltado majoritariamente ao aumento da produtividade (lucratividade).

Com efeito, a Embrapa foi criada em plena Revolução Verde[7] e ainda possui quadros que defendem tal iniciativa e, para além disso, advogam por uma "segunda Revolução Verde"[8] como única forma de superar a insegurança alimentar.

Discursos quanto a necessidade de aumento produtivo são a regra, se sobrepondo às práticas integrativas que visam a superação da insegurança

---

[6] Talvez nunca antes tenha sido tão influenciada como atualmente, fruto de um governo executivo alçado ao poder com forte apoio do agronegócio e hoje tutelado nos assuntos agropecuários pela chamada "bancada ruralista", grupo de parlamentares fortemente vinculados ao agronegócio.

[7] Conceitualmente, a Revolução Verde é considerada como a difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento considerável na produção, sobretudo em países menos desenvolvidos. Tratou-se de um processo de modernização da agricultura a fim de aumentar a produção agrícola e minimizar a fome, por meio do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e a mecanização do campo. Iniciou-se na segunda metade do século XX, quando o governo mexicano convidou a Fundação Rockefeller a realizar estudos sobre a fragilidade de sua agricultura. A partir daí, cientistas criaram novas variedades de milho e trigo de alta produtividade, permitindo ao México aumentar de forma vertiginosa sua produção. A partir desta experiência, houve a difusão dessas novas técnicas agrícolas.(SANTONIERI, 2015). A Revolução Verde foi introduzida no país na época da ditadura militar, nos anos 60 e 70, com as mesmas características do restante do mundo, uma vez que o modelo sustenta a premissa de que a agricultura pode ser industrializada. Um dos impactos marcantes dessa modernização do setor está na incidência de monoculturas com plantas híbridas, além de ser fortemente apoiada em energias não renováveis como os agrotóxicos, os adubos e na intensa mecanização e na alteração genética dos alimentos, o que é bastante questionado em debates sobre segurança alimentar. Na época em que foi introduzida, foram criadas políticas públicas para adoção do novo modelo por parte dos agricultores. Entre elas, pode-se citar o crédito subsidiado atrelado à compra de insumos como agrotóxicos e adubos. A criação de órgãos de pesquisas nacionais e estaduais para dar suporte ao modelo também é considerada como um incentivo, junto ao treinamento, no exterior, dos professores das faculdades de agronomia e a criação de um serviço de extensão rural para levar a tecnologia até o agricultor. (OCTAVIANO, 2010) Embora tenha surgido com a promessa de acabar com a fome mundial, essa revolução trouxe inúmeros impactos sociais e ambientais negativos.

[8] Termo empregado no setor agrícola para designar aquilo que seria uma nova onda desenvolvimentista no campo com vistas ao aumento da produtividade, calcada mormente no emprego de novas tecnologias no campo.

alimentar por meio do enfrentamento multisetorial, levando em conta também a viabilização do acesso à alimentação por parte da população.

Muitas das vezes estes discursos têm tido lastro em relativizações de preceitos científicos consolidados historicamente; relativizações estas promovidas inclusive por aqueles agentes do meio agrícola que deveriam ser os promotores dos preceitos científicos acima dos interesses político-econômicos.

Atualíssimo debate na comunidade acadêmica ilustra perfeitamente essas distorções promovidas pelo agronegócio quanto as acepções que compõem o conceito de SAN, principalmente no que se refere a sustentabilidade, trata-se do recente artigo científico "*The risk off a key controversies for Brazilian environmental policies*", publicado na revista científica Biological Conservation em janeiro do presente ano.

O Estudo coordenado por Raoni Rajão e subscrito por pesquisadores dos mais influentes do país na área ambiental, como os irmãos Carlos e Antônio Nobre (INPE), Mercedes Bustamante (UnB), Gerd Sparovek (USP) e Britaldo Soares-Filho, da UFMG, denuncia uma série de teses elaboradas por um grupo de pesquisadores da Embrapa capitaneados pelo Dr. Evaristo de Miranda, também pesquisador da empresa, afirmando que tais estudos se desenvolveram a partir de falsas premissas e sem observar os rigores científicos, se opondo sistematicamente ao consenso científico e relativizando preceitos ambientais com fito único de contribuir com movimentos políticos visando adiar ações ou desmantelar políticas-chaves de conservação.

De acordo com o artigo:

> In this article we have presented the case study of a group of contrarians led by an influential public figure in Brazil. In a period ranging around three decades Dr. Miranda and his group have systematically opposed the scientific consensus in order to contribute to political movements aiming at postponing action or dismantling key conservation policies. These include delaying the ban of the use of fire in sugarcane plantations, the provision of amenity for illegal deforestation by changing the Brazilian Forest Code, the dismantling of protected areas, and arguing for the end of the prohibition of the use of fire even during the dry season. However, the situation presented

> here is not isolated. The typology of strategies described above may as well fit a wide range of actors in Brazil and abroad that actively produce fake controversies and promote the dismantlement of environmental policies. (RAJÃO, RAONI et al., 2022)

O artigo, de forma profícua, demonstra a fabricação artificial de dúvidas sobre aquilo que já se constitui como certeza científica, uma estratégia notória e bem documentada das grandes corporações multinacionais e de grupos conservadores para imporem narrativas ideológicas que mantém seus lucros à custa do interesse coletivo e da proteção à saúde e ao meio ambiente. (SOBRE…, 2022)

Os autores do estudo ainda destacam que, para além de diagnosticar este tipo de distorção dos fatos em prol do interesse econômico, é preciso que se reflita sobre como lidar com este tipo de falsas controvérsias e a influência destas no meio científico:

> But as important as diagnosing this issue, is to reflect on how to deal with contrarians and their influence in the public debate. The risk to the global environment posed by contrarians that promote fake controversies in Brazil and in other countries calls for the need to rethink how the scientific community, civil society, and media should deal with these researchers and their trendsetting unpublished materials (RAJÃO, RAONI et al., 2022)

Impende destacar a sintomática atitude da Embrapa com relação ao estudo que denunciou as práticas negacionistas por parte de um grupo de seus pesquisadores, em uma nota pública intitulada: "*Ataques à sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira e às equipes da Embrapa - Esclarecimentos Oficiais*". Na manifestação a empresa se coloca de forma ferrenha em defesa de seus pesquisadores e seus estudos, sob a égide de que as críticas efetuadas são fruto de ataques contra a agropecuária brasileira:

> O forte desempenho da agropecuária brasileira e o vigor no crescimento de suas exportações colocaram o Brasil como um dos líderes mundiais da produção de alimentos, fibras e bioenergia. O setor agropecuário nacional é eficiente do ponto de vista agronômico, econômico, social e ambiental, graças ao empreendedorismo dos agricultores e às inovações tecnológicas dos sistemas de produção e gestão das propriedades rurais. Ano após ano batemos recordes de produção de grãos usando, de acordo com a Global Food Security Analysis-Support Data at 30 Meters (GFSAD30) Project,

> apenas 7,6% do território brasileiro, ou 7,8% de acordo com estudos da Embrapa Territorial. (...) A capacidade de produção e o potencial de crescimento da agricultura brasileira incomodam diversos interesses, sobretudo de competidores do Brasil. A dimensão ambiental passou a ser o principal foco dos ataques contra a agropecuária brasileira aqui e no exterior. Projetou-se uma imagem de destruição do meio ambiente no Brasil como resultado do avanço da produção agropecuária. Os agricultores passaram a ser apresentados como os grandes vilões do meio ambiente, e os resultados da produção, como produto da destruição da Amazônia e de outros biomas. Todavia, a pesquisa agrícola brasileira possui um acervo de conhecimento e tecnologias que assegura o equilíbrio entre produção e oferta de alimentos e a conservação ambiental. Desnecessário dizer que a produção agrícola brasileira é feita, majoritariamente, fora do bioma Amazônico. Essa imagem vem sendo desmistificada ao longo dos últimos anos graças às pesquisas e aos resultados sobre a atribuição, a ocupação e o uso das terras no Brasil, gerados pela Embrapa, com grande participação de diferentes equipes da instituição, com destaque para as equipes da Embrapa Territorial. Há décadas, esse time de pesquisadores, analistas e técnicos gera informações numéricas e cartográficas inéditas, públicas e abertas, com base no uso de imagens de satélite e técnicas de geoprocessamento e cartografia digital. [...]Ao invés de refutar os resultados obtidos pela Embrapa e debater com racionalidade ideias e métodos, um grupo teceu críticas à agropecuária brasileira, abrindo espaço para a politização do tema, e partiu para ataques institucionais e pessoais ao setor agropecuário, aos pesquisadores e equipes da Embrapa. Agiram como se tivessem dificuldades de lidar com o contraditório. Elaboraram um manifesto em uma revista científica estrangeira, levando ainda a discussão para a mídia, criticando a ação da Embrapa, a agropecuária brasileira, as leis e demais dispositivos legais aprovados pelo Congresso Nacional em diferentes legislaturas. A direção da Embrapa repudia a análise contida no artigo publicado em revista científica estrangeira por suas limitações e sugerida parcialidade. Discorda também dos ataques à Embrapa, às suas equipes de pesquisadores e ao agro brasileiro.

Ao refutar o artigo não através da argumentação científica, mas por meio de uma alegação político-ideológica, a empresa estatal traz à luz o fato de que não se trata de um *modus operandi* de um grupo isolado de seus quadros e sim uma perspectiva promovida pelo próprio ente público.

Como se pode perceber os interesses privados imiscuídos na esfera pública tem promovido a relativização de conceitos científicos caros ao conceito de SAN, a questão da sustentabilidade é um exemplo, mas questões como o próprio uso de agrotóxicos de forma irrestrita tem sido viabilizadas por meio da intervenção política se utilizando desta fabricação artificial de dúvidas sobre aquilo que já se constitui como certeza científica.

Essa distorção, no campo agrícola, de conceitos balizadores para o estudo proposto, como mencionado alhures, apresenta-se como grande desafio hermenêutico no exercício de coleta e análise de dados para o efetivo entendimento do fenômeno em apreço.

2. A PESQUISA AGRÍCOLA PÚBLICA BRASILEIRA E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O aumento da produtividade agrícola constitui um importante aporte para a segurança alimentar. Sendo a inovação, por meio do desenvolvimento de novos produtos e processos, agente motor para esse aumento de produtividade, também a pesquisa agrícola se consubstancia como ferramenta crucial para o alcance da SAN.

Ocorre que, a pesquisa agrícola não deve buscar unicamente o simples aumento da produtividade em termos quantitativos, este incremento produtivo deve ser também qualitativo e calcado em um modelo sustentável.

> A inovação na agricultura deve buscar a “intensificação sustentável”, o que implica em buscar a redução dos insumos (fósseis, fertilizantes, água e pesticidas) empregados nos sistemas agrícolas por área, enquanto os produtos aumentam e os impactos sobre a biodiversidade, solos, clima e água são reduzidos (European Union Committee, apud. PEREIRA *et al*, 2019).

Em suma, tal concepção significa dizer que não basta “*pensar as tecnologias agropecuárias, simplesmente, no intuito de produzir mais, mas para produzir melhor*”. (EMBRAPA, 2006, p. 38)

Nesse contexto a pesquisa agrícola tem papel fundamental para o alcance da Soberania e Segurança Alimentar na medida em que desenvolve ferramentas

técnicas para que o uso da terra seja mais sustentável, superando o vetusto modelo de desenvolvimento agrícola lastreado na monocultura; no uso abusivo de insumos e defensivos químicos; e no expansionismo, voraz e desordenado, sob áreas de proteção.

Como se passará a demonstrar, essa infelizmente não é a diretriz que efetivamente determina o modelo de pesquisa agrícola pública que se coloca em prática em nosso país. Em verdade, nosso modelo de pesquisa agrícola tem seu curso definido a partir da dinâmica de disputa entre dois projetos de desenvolvimento agrícola, de um lado o modelo defendido pelo agronegócio e do outro o modelo agroecológico.

> A questão agrária talvez seja um dos debates de importância civilizatória mais emblemáticos e acalorados do Brasil; uma discussão natural para o quinto país em extensão territorial do mundo com enorme área agriculturável. O cerne da controvérsia é uma disputa territorial entre dois modelos: o primeiro ligado ao agronegócio patronal, que, apesar de atender parte do mercado interno, está inserido no mercado internacional de commodities; o segundo, com foco na agricultura familiar, reforma agrária e comunidades tradicionais, apresenta um maior vínculo com a produção de alimentos para o mercado interno e a subsistência. (NORONHA; FÁLCON, 2018, p.184)

É a partir dessa divergência de projetos para o desenvolvimento rural brasileiro que se estabelece a dinâmica de prioridades para a pesquisa agrícola brasileira, em momentos voltada ao alcance da Soberania e Segurança Alimentar, em outros apenas preocupada com a geração de mais-valia relativa[9] para o “Agro”.

Neste capítulo, através de um breve apanhado histórico de como se desenvolveu a política de pesquisa agrícola no Estado brasileiro, busca-se denotar o surgimento e estabelecimento desse campo de disputa por hegemonia na agenda de pesquisa agrícola pública no Brasil, evidenciando suas raízes históricas e seus protagonistas.

---

[9] A Mais valia relativa é um conceito desenvolvido por Karl Marx, remete para o aumento da produtividade através de processos tecnológicos avançados. Isso significa dizer que novas tecnologias melhoram o processo de produção, sendo que é possível produzir mais bens em menos tempo, aumentando desta feita o lucro mesmo mantendo os mesmo salários. (DAGNINO, 2016)

2.1 Um breve histórico da Pesquisa Agrícola no Brasil

A pesquisa agrícola, a exemplo da pesquisa científica em geral, teve início tardio no Brasil. Somente na segunda metade do século XIX é que começaram a ser criadas as primeiras instituições de pesquisa em nosso país.

Acerca do desenvolvimento tardio da ciência agrícola no Brasil e criação das primeiras instituições de pesquisa agrícola no país, oportuno esclarecimento de Cyro Mascarenhas Rodrigues (1987):

> Embora o marco inicial das ciências agronômicas no Brasil tenha sido a criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1808, ao longo do período colonial e das primeiras décadas do Império, não se observou nenhum avanço significativo que, pelo menos, refletisse os grandes progressos da institucionalização da ciência verificados na Europa, em pleno século XIX. Somente depois de 50 anos de instalação do Jardim Botânico, quando se esboçaram as primeiras crises da economia escravista mercantil em decorrência das flutuações de preço dos principais produtos exportados, falta de crédito e aceleração do processo de libertação dos escravos, surgiram os decretos de criação dos Imperiais Institutos de Agricultura. Foram cinco institutos, localizados na Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul, além da Imperial.

Cabe destaque o fato de que o sistema escravista, base econômica e social da colônia, teve papel determinante para o ostracismo científico naquele período. Essa limitação para o desenvolvimento tecnológico é bem ilustrada por Rodrigues (1987, p. 23) ao citar Thalheimer: "*Quando o trabalho dos escravos constitui a base da sociedade, a técnica e o desenvolvimento das forças produtivas paralisam-se completamente*". Assim, para Rodrigues (1987), apenas a partir das primeiras perspectivas de substituição do trabalho escravo por formas superiores de exploração é que iniciam as demandas por conhecimentos de ciências agrárias.

O modelo de pesquisa agrícola adotado pelo Brasil, a exemplo de diversos países, como EUA e Japão, foi o modelo alemão, no qual o Estado era responsável por financiar a pesquisa, custeando instituições de pesquisa, edificando prédios, instalando laboratórios e, acima de tudo, formando equipes docentes competentes e do mais alto nível nas universidades. O conceito alemão de pesquisa agrícola se sobressaia ao modelo inglês, de viés privado, pois apresentava como vantagem a

não sujeição às pressões por resultados práticos imediatos, como nos casos em que a pesquisa era financiada por particulares. (ICHIKAWA, 2000)

Impende destacar que não obstante a institucionalização da pesquisa agrícola pública, essa era estimulada mais com o fito de atender às necessidades dos grandes produtores de culturas de exportação do que às necessidades dos pequenos e médios produtores de culturas alimentares e seus consumidores. Com efeito: "*a pesquisa agrícola no Brasil nasceu em função da necessidade de atender aos problemas agronômicos de uma minoria econômica dominante voltada para o mercado externo*". (ICHIKAWA, 2000, p.95)

No Brasil a pesquisa agrícola desenvolvida no período colonial até o início do século passado era extremamente incipiente, haja vista a disponibilidade de terras férteis e abundantes, a mão-de-obra barata e o estágio vigente de conhecimento, resumindo-se à seleção de melhores variedades em termos de produtividades e algumas práticas agrícolas mais simples. (CARVALHO apud ICHIKAWA, 1999)

Essa lógica só veio a ser superada em decorrência da Revolução de 30, com o rompimento de interesses no seio da classe dominante e a derrota, ainda que parcial, da oligarquia agrária:

> O Estado brasileiro, anteriormente dominado por uma elite agrária, passa a ser dominado por uma crescente elite burguesa promotora do desenvolvimento industrial brasileiro. A ênfase do Estado passa a ser a criação de medidas que promovessem a incipiente industrialização do Brasil. Na visão predominante do empresariado brasileiro, o país deveria modernizar-se por meio da industrialização; a indústria deveria ser o novo motor da economia nacional. O setor agrícola do país e, consequentemente, a pesquisa agropecuária pública, teriam de se adaptar a essa nova configuração. No decorrer desse processo, o papel da agricultura passou a ser o de aumentar a oferta de alimentos (para alimentar uma crescente população urbana) e o de obter divisas via aumento de exportações agrícolas para ajudar a financiar os novos empreendimentos industriais. Com isso, a pesquisa agrícola pública teve de se adaptar às novas políticas governamentais, com ênfase na obtenção de novas cultivares, cada vez mais adaptadas aos solos nacionais e mais produtivas. (CASTRO, 2016)

Com efeito, a mudança no padrão de acumulação da economia brasileira, com ênfase na industrialização do mercado interno, trouxe como consequência a urbanização do país, tornando necessária uma maior oferta de alimentos, que, aliada à contínua necessidade de obtenção de divisas via aumento de exportações

agrícolas, fez com que a pesquisa agrícola fosse se adaptando às novas políticas governamentais, tratando de obter novas cultivares a partir do tipo de solo existente.

Instar consignar que a partir desse momento a trajetória da pesquisa agrícola brasileira passa a estar intimamente vinculada com o surgimento e evolução da acepção de Segurança Alimentar e Nutricional no mundo.

A preocupação com a produtividade no setor agrícola brasileiro, para além do processo de urbanização do país, coincide com o agravamento da questão alimentar mundial no pós-guerras mundiais. De fato, somente após a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais é que a preocupação com a fome, como flagelo mundial, efetivamente passa a ser enfrentada de maneira conjunta por todas as nações, passando a ter maior destaque. (SILVA, 2014)

Sendo a perspectiva produtiva a primeira acepção fundante da concepção de Segurança Alimentar, incumbiu-se à pesquisa agrícola o desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias que gerassem maior produtividade em termos de área cultivável, bem como a possibilidade de exploração de novas áreas até então não cultiváveis.

A partir do Golpe Militar de 1964, esse modelo no qual o Estado promovia a modernização e a industrialização do Brasil foi intensificado. Na agricultura, o objetivo era o aumento das produtividades da terra[10] e do trabalho no campo.

A concepção de agricultura moderna defendida nesse período pelos detentores do poder preconizava o aumento do uso de capital para proporcionar maior excedente a ser apropriado pelas elites econômicas, especialmente a burguesia comercial/industrial. O setor agropecuário deveria intensificar o emprego de insumos industriais, especialmente fertilizantes e defensivos químicos, bem como de implementos e maquinários agrícolas, para isso, o Estado financiava a construção de indústrias de fertilizantes no país e promovia crédito agrícola

[10] A preocupação do Estado por promover o crescimento da produção física de produtos agrícolas, tanto de consumo interno quanto de exportação, deve-se principalmente a dois fatores importantes. O primeiro está relacionado com as crises na oferta de produtos alimentares básicos, que teve início a partir da década de 50, e o segundo, na tentativa de aumentar o ingresso de divisas via exportação de produtos agrícolas. (CARVALHO, 1992, p.54)

subsidiado para que os agricultores utilizassem esses insumos e promovessem a mecanização do campo. (ICHIKAWA, 2000; CASTRO, 2016)

Acerca da necessidade de financiamento Estatal para a industrialização do setor agrícola durante o regime militar, oportunas as palavras de João Carlos Monteiro de Carvalho (1992):

> Como uma das consequências de se promover a instalação no Brasil de um parque industrial diversificado e em função de aumentar a oferta de produtos agrícolas, o Estado, através das políticas cambial, tributária e comercial (...), estimulou a criação no País, na década de 60 e sobretudo na de 70, de um ramo industrial específico para a agricultura. Assim, foi instalado internamente, uma indústria sofisticada de maquinário e implementos agrícolas, de defensivos, corretivos e fertilizantes, ou seja, foi instalada a indústria dos denominados insumos modernos.

O argumento da necessidade de modernização do setor agrícola, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, capitaneada pelas inovações da indústria química, processo que passou a ser conhecido como Revolução Verde, passou a ser favorecido ainda mais pelo cenário mundial na década de 70 em que os estoques de alimentos estavam bastante escassos, com quebras de safras em importantes países produtores. (SILVA, 2014)

São estes novos parâmetros para o desenvolvimento agrícola que passam a pautar os rumos da pesquisa agrícola nacional. Na busca pelo aumento da produtividade, iniciou-se a geração de novas técnicas e tecnologias a serem empregadas no novo sistema produtivo de uso intensivo de capital, fomentando, desta feita, o desenvolvimento agroindustrial no Brasil. Nesse contexto é que também passam a ser elaboradas pesquisas nas áreas de conservação e beneficiamento de alimentos. (CASTRO, 2016)

Nesse mesmo período, o Estado passou a patrocinar a criação de inúmeros cursos de pós-graduação no país, bem como enviou milhares de técnicos para especializarem-se em níveis de mestrado e doutorado nos países desenvolvidos, principalmente nos EUA, e realizou expressivos investimentos nas atividades de pesquisa na agropecuária brasileira. Foram promovidas reestruturações profundas nos órgãos de pesquisa e nas universidades, visando qualificar os estudos técnicos agronômicos para que apresentassem resultados cuja aplicação levassem ao

aumento das produtividades por área e do trabalho. Objetivava-se assim acelerar o processo de modernização da agropecuária nacional. (ICHIKAWA, 1999)

A criação da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), em 1972, advém deste cenário:

> Na década de 1970, a agricultura se intensificava no Brasil. O crescimento acelerado da população e da renda per capita, e a abertura para o mercado externo mostravam que, sem investimentos em ciências agrárias, o País não conseguiria reduzir o diferencial entre o crescimento da demanda e o da oferta de alimentos e fibras. No âmbito do Ministério da Agricultura, um grupo debatia a importância do conhecimento científico para apoiar o desenvolvimento agrícola. Nesse momento, os profissionais da extensão rural começaram a levantar a questão da falta de conhecimentos técnicos, gerados no País, para repasse aos agricultores. O então ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, constituiu um grupo de trabalho para definir objetivos e funções da pesquisa agropecuária, identificar limitações, sugerir providências, indicar fontes e formas de financiamento, e propor legislação adequada para assegurar a dinamização desses trabalhos. Em 7 de dezembro de 1972, o então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, sancionou a Lei nº 5.851, que autorizava o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura. O artigo 7º estabelecia um prazo de 60 dias para a expedição dos estatutos e determinava que o decreto fixasse a data de instalação da empresa. O Decreto nº 72.020, datado de 28 de março de 1973, aprovou os estatutos da Empresa e determinou sua instalação [...]. (EMBRAPA, s/d)

A Embrapa, empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, teve por atribuição elaborar as políticas de pesquisa agrícola de âmbito nacional. Cabendo a mesma elaborar prioridades, coordenar, supervisionar e realizar pesquisas através de seus centros nacionais, unidades de execução e empresas e instituições estaduais, por meio de acordos, convênios e ajustes.

Importante consignar que a criação da Embrapa em meio ao modelo desenvolvimentista brasileiro da época, que tinha como palavras de ordem a modernização, o crescimento e o aumento da produtividade, para o qual a ciência e tecnologia eram consideradas agente motriz, faz com que a empresa traga consigo até hoje marcas profundas dessa concepção. Com efeito, muitos pesquisadores que

por ocasião de sua criação foram enviados para os EUA para formação, ainda hoje compõem o quadro da empresa e militam por esse modelo de desenvolvimento rural.

Ocorre que, como veremos, essa concepção de desenvolvimento para o campo passou a ser questionada, haja vista sua incapacidade de superação da problemática da fome no mundo. Essa mudança de paradigma influenciou diametralmente os rumos da pesquisa agrícola desenvolvida pela Embrapa.

Com efeito, o entendimento de que a questão alimentar estava estritamente ligada à capacidade de produção manteve-se até a década de setenta, pois, embora a produção mundial tenha se recuperado (não da forma como prometia a Revolução Verde) os males da desnutrição e da fome não desapareceram, atingindo gravemente parcela significativa da população mundial. (MALUF; MENEZES, 2000, p.1) A produtividade havia aumentado, porém a fome ainda existia.

2.2 Neoliberalismo e a crise do modelo de investimentos públicos em pesquisa agrícola.

A partir do final dos anos 1980 e início dos 90 esse modelo de pesquisa agrícola posto começa a se romper influenciado por dois fenômenos distintos e antagônicos que passaram a se desenvolver no Brasil, de um lado a adoção do modelo de Estado Neoliberal, de outro o avanço de esforços para o desenvolvimento de um modelo agrícola sustentável.

No que se refere aos efeitos do avanço do neoliberalismo no Brasil sobre a política de pesquisa agrícola nacional na década de 90, oportunas as palavras de César Nunes de Castro (2016, p. 47):

> Com a crise fiscal dos entes federativos (níveis federal e estaduais) ao longo de toda a década de 1980 e início da década de 1990, o financiamento da pesquisa agropecuária pública e de suas instituições sofreu severo golpe. Para enfrentar esse cenário de receitas diminuídas, essas instituições tiveram de reajustar suas linhas de atuação e/ou buscar fontes alternativas de financiamento por meio de convênios com outras instituições públicas e, inclusive, com parceiros da iniciativa privada. Soluções tecnológicas para a agricultura familiar, historicamente pouco priorizadas, em um contexto de recursos escassos, foram ainda mais negligenciadas durante esse período [...]

Elisa Yoshie Ichikawa (2000, p. 97 - 98) também descreve de forma profícua esse mudança de paradigma quanto a fonte de custeio para a pesquisa agrícola brasileira naquele período, denotando os impactos dessa mudança:

> Atualmente, o que está havendo é uma restrição na disponibilidade de recursos para atender às demandas do setor. A situação de gradativa redução de recursos pela qual passam as entidades públicas de pesquisa agrícola no país expressa a tendência de afastamento do Estado de áreas que antes eram consideradas prioritárias, como a pesquisa científica, mas que agora não são compatíveis com o modelo de desenvolvimento adotado. Como decorrência, o que tem havido é que as entidades públicas de pesquisa agrícola estão em busca de recursos de outras fontes, notadamente do setor privado, para compensar o gap deixado pelo afastamento dos governos estadual e federal da manutenção e crescimento da pesquisa agrícola no país.

O cenário descrito pelos autores se assemelha em muito com o panorama atual em que a pesquisa científica deixou de ser considerada área prioritária, no qual a falta de recursos tem compelido a Embrapa a buscar financiamentos junto a instituições privadas, comprometendo suas pesquisas voltadas aos pequenos produtores.

> O problema, nesse cenário, diz respeito ao financiamento dos projetos de pesquisa naqueles segmentos menos dinâmicos e com perspectiva reduzida de retorno econômico. Muitos produtos e arranjos produtivos relacionados à agricultura familiar por todo o Brasil enquadram-se nessa perspectiva. Santos e Silva (1997) apontavam para a ameaça de abandono da agricultura familiar, principalmente das suas categorias periféricas, no caso de competição por recursos financeiros. Nesse cenário de escassez de recursos, boa parte dos arranjos produtivos da agricultura familiar, historicamente negligenciados pela pesquisa agropecuária pública (conforme Carvalho, 1992), continuaria na margem da produção. (CASTRO, 2016, p. 49)

Do ponto de vista de suas consequências para os pequenos, os panoramas da pesquisa agrícola na década de 90 e atual se equivalem: o enxugamento de estrutura e pessoal imposta às instituições de pesquisa públicas pelo modelo econômico neoliberal compromete suas capacidades de entrega, para viabilizar

demandas estas passam a firmar parcerias, que como tal pressupõem uma cooperação mútua.

Ocorre que, para aqueles setores que mais necessitam da contribuição pública, no que se refere a ciência e tecnologia, como no caso de agricultores familiares, povos tradicionais e originários, comunidades ribeirinhas, pequenos produtores, esse tipo de relação obstaculiza o alcance de novas tecnologias.

Essa contradição axiológica, financiamento privado x função social, imposta às empresas de pesquisa agrícola públicas na década de 90 pelo modelo neoliberal tem perdurado e se reproduzido com maior ou menor intensidade em função do governos e da capacidade do lobby do agronegócio junto à classe política.

Esse é um dos componentes históricos que têm influenciado os rumos da pesquisa agrícola no Brasil, mas não o único. Tão importante quanto a repercussão das fontes de financiamento sobre a agenda de pesquisa agrícola, a mudança da concepção de Segurança Alimentar frente os desafios da fome no mundo teve papel fundamental nos novos rumos tomados pela pesquisa agrícola no Brasil.

2.3 A agroecologia e a busca por um modelo de desenvolvimento rural sustentável

O modelo de desenvolvimento agrícola, baseado na mecanização e uso intensivo de agroquímicos, a chamada Revolução Verde, ainda que tenha aumentado a produtividade no campo, mostrou-se incapaz de superar o problema da fome.

> [...] mesmo com a recuperação da produção mundial de alimentos (...), os males da desnutrição e da fome não deixaram de estar presentes, atingindo gravemente parcela importante da população mundial, o que Gonçalves (1999) chamou de “as duas faces da mesma moeda”, a abundância das supersafras e o flagelo da fome na agricultura brasileira. Além disso, em nome de um sistema de produção agrícola moderno e eficiente, a diversidade de culturas alimentares foi gravemente afetada e grande contingente de agricultores familiares precisou migrar para os centros urbanos, gerando graves problemas de desemprego e precarização social nas periferias das grandes cidades. (SILVA, 2014, p. 10)

Essa persistência da fome em um mundo com abundância de alimentos passou a exigir transformações profundas nos sistemas de produção, distribuição e consumo de alimentos. Neste sentido, para além de se assegurar a manutenção de níveis produtivos adequados, era preciso promover maior equidade na distribuição da riqueza social gerada no setor agroalimentar, o aumento do poder aquisitivo das parcelas mais empobrecidas das sociedades contemporâneas, bem como urgia que se elevassem os níveis de autossuficiência em alimentos de significativa parcela das populações rurais, nas quais, de forma paradoxal, concentram-se 70% do universo de famintos e desnutridos do mundo. (PETERSEN, 2013)

> A ampliação do debate em torno dos fatores determinantes da fome e as estratégias para sua erradicação em nível global levaram a um alargamento conceitual conceitual em relação à temática, de modo que o termo "segurança alimentar" passou a ser adotado cada vez mais recorrentemente no vocabulário oficial das organizações internacionais. (...) A afirmação conceitual da SAN nesse contexto vai muito além de uma mera questão de nomenclatura. Ao se dizer segurança alimentar e nutricional, está-se afirmando o caráter fundamental que a alimentação, em quantidade e qualidade, tem para a garantia da sobrevivência humana. (SILVA, 2014)

De outra banda, a necessidade de formulação de respostas concretas aos problemas socioambientais que colocam em risco a humanidade e todas as espécies que vivem neste planeta fez com que se repensasse o modelo de agricultura no Brasil sob o ponto de vista ecológico, dentro de uma perspectiva de sustentabilidade ambiental.

Esse reconhecimento das limitações do modelo rural vigente trouxe consigo "*um razoável entendimento de que muitos problemas socioambientais e até mesmo a fome e a segurança alimentar estão relacionados entre si e dificilmente serão resolvidos se interpretados e enfrentados individualmente.*" (COSTABEBER et al, 2013. p. 148)

A partir do fim da década de 70, a ideia de uma agricultura alternativa que fosse capaz de cumprir com esses novos paradigmas passou a ganhar adeptos no Brasil, tanto através de pesquisadores, influenciados por autores e estudos já desenvolvidos em outras partes do mundo, como pelo engajamento de profissionais e estudantes de agronomia ao longo da década de 80. (PADULA *et al*, 2013)

No início esse movimento estava adstrito a técnicas agrícolas alternativas e ao combate ao uso de agrotóxicos, essa lógica passou a se alterar com a aproximação do movimento com os movimentos sociais do campo (Comunidades eclesiais de base, associações de trabalhadores rurais, MST, CUT, CONTAG), sendo a partir daí inserido o debate sobre os impactos socioambientais de grandes projetos de desenvolvimento, a defesa de uma reforma agrária popular e o pequeno produtor como prioritário nas ações da agricultura alternativa. (PADULA *et al*, 2013, p.41-44)

Em razão da conjuntura política, que se apresentava com o avanço do neoliberalismo na década de 90, o movimento por uma agricultura alternativa acabou por seguir a tendência geral dos movimentos sociais naquela época, qual seja a representação da sociedade civil passando a ser institucionalizada por ONG's. Cabe destacar que *o papel dessas organizações nesse período não foi apenas de oposição aos governos, mas teve papel fundamental na elaboração de políticas públicas, entre elas aquelas voltadas à agricultura.* (PADULA *et al*, 2013, p.48)

Com a aproximação do movimento brasileiro por uma agricultura alternativa com as experiências desenvolvidas no mesmo sentido no Peru e no Chile, o termo "Agroecologia" passa a ser adotado em substituição a expressão "Agricultura Alternativa". A adoção da acepção agroecológica trouxe profundas transformações metodológicas dos trabalhos da ONG's. Nesse período também foram consolidadas ações que valorizavam a produção orgânica, como por exemplo as diretrizes para a normatização da produção orgânica aprovadas pelo Min. da Agricultura, Abastecimento e Ref. Agrária em 1994.

Do ponto de vista conceitual a *Agroecologia* hodiernamente é tida como uma ciência, sendo considerada uma edificação novel e que ainda não está consolidada, se apresentando como um termo em disputa. É uma área do conhecimento que possui uma dimensão abrangente porque considera o *agroecossistema* como um todo, de uma forma integral; onde todos os processos estão conectados, entendendo a interdependência existente entre todos os seres vivos humanos e não humanos. Esta pode receber a contribuição de diferentes disciplinas científicas naturais e sociais, não se fechando em si e tomando assim uma dimensão sistêmica

e interdisciplinar a partir do intercâmbio e de interações recíprocas entre as disciplinas científicas e os saberes tradicionais/populares.

Segundo Eli Lino de Jesus (2005, p. 40):

> (…) considera-se a agroecologia como o paradigma emergente, substituto da agricultura industrial ou convencional, exatamente por incorporar elementos de síntese, unificadores, integradores. Esse novo paradigma se diferencia por ter uma abordagem holística, não apenas no que concerne às questões ambientais, mas sobretudo às questões humanas.

O conceito de Agroecologia, em que pese seu uso predecessor, ganhou notoriedade, consistência e sentido dentro da cultura e ciência contemporânea a partir das contribuições de diversos autores brasileiros e internacionais, atuantes nas últimas 3 décadas. Inspirados no próprio funcionamento dos ecossistemas naturais, no manejo tradicional e indígena dos agroecossistemas e no conhecimento científico, esses autores produziram sínteses e se aproximaram mais claramente do conceito atual de Agroecologia. (MATTOS, 2006, p. 22)

Destacam-se como pioneiros os pesquisadores Miguel A. Altieri, Stephen Gliessman e Suzanna B. Hecht, ambos de universidades estadunidenses, chamados de vertente americana da agroecologia. Também destaca-se a vertente da agroecologia de viés sociológico, surgida na Espanha, denominada *Escola Europeia*, desenvolvida a partir dos trabalhos de Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel González de Molina, ambos ligados ao Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos, da Universidade de Córdoba, Espanha.

Segundo João Carlos Canuto (2011), a Agroecologia é entendida como ciência, prática e movimento social, defendendo a ideia que a Agroecologia não é somente um modelo de produção, mas uma filosofia de vida que demanda uma interação entre os seres vivos, homem e ambiente, totalmente diferente do modelo da agricultura convencional.

A Agroecologia para Francisco Roberto Caporal *et al* (2011), vem se constituindo como ciência basilar de um novo paradigma de desenvolvimento rural, que tem sido construído ao longo das últimas décadas. A Agroecologia se apresenta como uma matriz disciplinar integradora, totalizante, holística, capaz de apreender e

aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas. Defendendo a ideia de um modelo em transição da agricultura convencional para uma agricultura sustentável, chamada de conversão ou transição Agroecológica. Vista como ciência integradora a Agroecologia agrega os saberes, conhecimentos e experiências dos camponeses, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no "local". O conhecimento local é fundamental para os fatores socioculturais e agro-ecossistêmicos que constituem as bases estratégicas de qualquer iniciativa de desenvolvimento rural sustentável.

> Para Borsatto a "*Agroecologia busca romper radicalmente com o modelo de relações sociais impostas pelo agronegócio e propõe uma nova estratégia de desenvolvimento, já que esse modelo, ontologicamente leva a exclusão e pauperização de grande parte dos agricultores*". Neste sentido, não existe outra saída para os camponeses se não for à Agroecologia, como um modelo alternativo. (2011 *apud* NUNES *et al*, 2014, p.5)

Voltando ao viés histórico, no fim da década de 90 as discussões acerca da agroecologia se centraram na necessidade do estabelecimento de uma diretriz nacional para o movimento, o que culminou com o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) em 2002:

> Em 2002, havia uma conjuntura favorável para a realização do ENA. No contexto pré-eleitoral para os poderes executivos e legislativos estaduais e nacional, os debates sobre os papéis da agricultura familiar e da reforma agrária e sobre o modelo tecnológico na agricultura (polarizado pela questão dos transgênicos) mereceram grande atenção da sociedade brasileira. Além disso, a eleição de um governo federal democrático e popular, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrida em outubro de 2002, reafirmava a importância da articulação de uma expressão organizada do campo agroecológico capaz de participar, de forma ativa, nos processos de elaboração e de execução de políticas públicas orientadas para a democratização do mundo rural e a promoção da sustentabilidade socioambiental. (PADULA *et al*, 2013, p. 51)

Fator preponderante para a consolidação nacional da agroecologia, como modelo alternativo para uma agricultura sustentável, foi o fortalecimento das políticas de SAN nos governos de Lula e Dilma Rousseff:

> Em 2003, uma nova "janela de oportunidade" (Kingdon, 1995) se abriu para as políticas de SAN com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

> Começou-se a se construir desde então um novo “referencial” que legitimasse uma atuação governamental mais contundente sobre a segurança alimentar e o combate à extrema pobreza no país, o que resultou em uma série de articulações institucionais que se materializaram em novas políticas públicas, constituição de novas estruturas e garantia de orçamento próprio. Vários motivos justificam a emergência desse novo referencial a partir de 2003. Um deles é o fato de a temática do combate à fome e à pobreza estar sempre presente nas campanhas eleitorais do Partido Trabalhista (PT), partido do novo presidente. Outro é a declaração explícita do presidente Lula no seu discurso de posse de que o combate à fome seria o grande desafio de seu governo. Como resultado prático, foi lançado logo nos primeiros dias de governo o Programa Fome Zero (PFZ), como uma iniciativa de articulação interministerial de ações de curto, médio e longo prazo, voltadas à garantia da segurança alimentar e ao combate à pobreza.(SILVA, 2014, p. 31)

Insta destacar no processo de consolidação da agroecologia no Brasil a criação, da ANA, Articulação Nacional da Agroecologia, durante a I ENA, impulsionada por condicionantes como a intensificação da crítica a Revolução Verde e o novo ambiente ideológico relacionado ao mundo rural:

> Embora os mitos da modernidade tecnológica ainda estivessem (e estão) bastante presentes no imaginário da população, novos valores relacionados a um ambientalismo difuso e à qualidade dos alimentos ganhavam força, o que abriu espaço para que o questionamento ao modelo tecnológico fosse compartilhado por parcelas crescentes da população, como atesta o crescimento vertiginoso dos mercados consumidores de alimentos orgânicos.Com isso a imagem negativa da agricultura familiar como sinônimo de atraso e da baixa eficiência vem aos poucos sendo desconstruída. No lugar dessa percepção negativa, intencionalmente difundida pela Revolução Verde, a agricultura familiar vem sendo concebida por seus valores positivos como geradora de empregos, produtora da qualidade e diversidade alimentar, mantenedora de diversidade biológica e cultural, provedora de economias rurais rentáveis e sustentáveis, conservadora das paisagens e outras amenidades no campo, etc. (PADULA *et al*, 2013, p. 52)

No ano de 2004, frente a necessidade de criar uma sociedade que viesse a fortalecer a agroecologia, especialmente no meio acadêmico, foi criada a ABA-Agroecológica - Associação Brasileira Agroecológica, importante instituição no desenvolvimento da ciência agroecológica viabilizando inéditos trabalhos por meio da Revista Brasileira de Agroecologia (RBA). (PADULA *et al*, 2013)

A Embrapa foi e é influenciada por esse movimento de busca por um modelo alternativo de desenvolvimento agrícola sustentável desde seu surgimento, através dos trabalhos desenvolvidos por seus pesquisadores. Não obstante, somente em

2006 a Agroecologia foi reconhecida pela Embrapa como ciência, quando a empresa lançou, no *V Congresso Brasileiro de Agroecologia*, o *Marco referencial da Agroecologia*.

> Com o lançamento deste Marco Referencial em Agroecologia, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) sinaliza um movimento de renovação que se alinha com expectativas criadas por parcelas significativas da sociedade civil do meio rural brasileiro mobilizadas em torno da defesa da produção de base familiar. Se há alguns anos a Agroecologia se apresentava distante dos debates sobre desenvolvimento rural, atualmente goza de crescente reconhecimento público. Essa evolução explica-se pelo fato de que dinâmicas sociais de inovação agroecológica em curso, nas várias regiões do País, não tiveram que esperar pela construção de sua credibilidade no mundo acadêmico para que pudessem se desenvolver e demonstrar seus benefícios para a vida de populações rurais historicamente marginalizadas e para a conservação dos ecossistemas em que elas vivem e produzem. É nesse sentido que podemos falar em Agroecologia tanto como enfoque científico quanto como movimento social. Como ciência, ela vem sendo sistematizada desde a década de 1980, dotando os então denominados movimentos de agricultura alternativa de maior consistência conceitual e metodológica. Como movimento social, tem permitido trazer para o debate público a questão do poder da ciência sobre o desenvolvimento da sociedade, realçando o caráter eminentemente político que há por trás das opções entre diferentes modelos tecnológicos empregados na agricultura. Intensificar essa relação de reforço mútuo entre pesquisa agroecológica e movimento agroecológico é o desafio que podemos divisar no documento da Embrapa que ora vem a público. E esse não é um desafio de pouca monta já que interpela diretamente o paradigma que organiza a instituição e seus métodos de ação. Paradigmas científicos, como se sabe, possuem extraordinária resistência a inovações. Operam simultaneamente na instituição e nos seus pesquisadores, encerrando um impasse lógico: não se pode renovar as concepções da instituição sem que se renove previamente as concepções de seus pesquisadores e vice-e-versa. Romper esse círculo vicioso para que se estabeleça um processo de renovação epistemológica e metodológica não é tarefa trivial em uma instituição do porte e da complexidade da Embrapa. E aí está justamente a virtude do processo de elaboração da posição institucional oficializada neste Marco Referencial. O documento não surgiu como uma medida administrativa da Diretoria-Executiva para ser doravante seguida pelo conjunto dos pesquisadores. Ele foi produzido em um ambiente de reflexão coletiva que esteve sintonizado com uma dinâmica emergente na própria Embrapa impulsionada por um número crescente de pesquisadores que, de forma isolada ou em pequenos grupos, vem há anos, muitas vezes à contracorrente das políticas institucionais, inovando na prática da investigação científica segundo diferentes acercamentos ao enfoque agroecológico. (MARCO…, 2006, p. 15-16)

A institucionalização da Agroecologia na Embrapa abriu a possibilidade para a elaboração e aprovação de vários projetos e programas de Agroecologia na Embrapa, entre eles, em 2008, o projeto Transição Agroecológica: Construção Participativa do Conhecimento para a Sustentabilidade, sob a liderança da Embrapa

Clima Temperado (Pelotas-RS), no Âmbito do Macroprograma 1 da Embrapa. Esse projeto articulou vários outros, envolvendo vários pesquisadores de vários centros da Embrapa. O mesmo ambiente propício que viabilizou o lançamento do Marco permitiu também a construção da carteira de projetos, chamada macroprograma 6, que desenvolvia pesquisas voltadas exclusivamente para a agricultura familiar e que em razão dos seus princípios e diretrizes, fortalecia a Agroecologia.

Lamentavelmente essas carteiras de pesquisa específicas para agricultura familiar e agroecologia foram extintas dentro da nova estrutura da agenda de pesquisa da empresa estabelecida a partir da retomada do modelo neoliberal no governo federal.

Neste capítulo, por meio de uma breve revisão histórica dos caminhos da pesquisa agrícola no Brasil, buscou-se denotar os modelos de desenvolvimento agrícola (desenvolvimentista x agroecológico) que influenciaram (e influenciam) os rumos da agenda de pesquisa da Embrapa, evidenciando como as políticas de governo ao longo da história colaboraram para o fortalecimento de um ou outro modelo no campo de disputas que se estabelece pela hegemonia na pesquisa agrícola pública brasileira.

2.4 Pesquisa Agrícola para quem? O Campo de disputa e seus atores.

Destacam-se dois grupos destinatários da Pesquisa Agrícola pública que militam em lados opostos nesse campo de lutas por hegemonia na agenda pública de C&T desenvolvida para o campo: De um lado o Agronegócio, aliado ao capital, defendendo um desenvolvimento rural pautado na mecanização e intensificação de insumos químicos, defendendo o que alguns entusiastas chamam de uma “Nova Revolução Verde”, ou mesmo “Revolução Verde 2.0”, de outro a Agricultura Familiar, representada pelos pequenos produtores, os povos indígenas e tradicionais, etc. defendendo um novo modelo desenvolvimento para o campo, lastreado na sustentabilidade e na busca pela Soberania Alimentar. Nos tópicos que se seguem, busca-se, de forma breve, delimitar conceitualmente estes dois grupos.

2.4.1 O Agronegócio

O termo agronegócio deriva das conceituações teóricas de Ray Goldberg e John Davis (1955) que denominaram de agribusiness a *"(...) soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, as operações de produção nas unidades agrícolas, e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles*".

O termo é relativamente novo e é utilizado para designar o modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista. Passou a ser empregado a partir da década de 90 no intuito de denotar a modernização do setor agrário.

Por abranger em seu escopo a associação de diferentes etapas do setor agrícola constitui-se como um novo sujeito dentro da arena do modo de acumulação capitalista. Se caracteriza pelo emprego de técnicas de produção intensiva (mecanização e química) e de escala. (SAUER,2008)

Ocorre que, segundo Antônio Canuto (2004 apud SOUZA, 2019) "*o agronegócio é apenas um novo nome para uma velha estrutura, buscando concretar a sua hegemonia no espaço agrário*",

Ainda, segundo o mesmo autor, acerca do agronegócio, oportuno colacionar:

> O agronegócio é apresentado como o modelo das atividades econômicas de sucesso. A ele se creditam os constantes superávits fiscais da balança comercial dos últimos meses. Ele, porém, se insere num grande processo de modernização conservadora. Por trás do avanço tecnológico e de produção se esconde a mesma estrutura fundiária e as mesmas relações de trabalho aqui estabelecidas desde a época colonial. O agronegócio se propõe buscar e garantir a hegemonia ideológica deslocando a atenção do caráter concentrador e predador do latifúndio para colocar no seu lugar a intensa produtividade da "moderna agricultura". Porém, ao contrário do que se apregoa, o agronegócio promover maior concentração de terra e de renda, gera desemprego, emprega mão-de-obra escrava, alimenta a grilagem de terras, é responsável pelo aumento desenfreado do desmatamento da Amazônia e do Cerrado, traz efeitos perversos sobre a saúde humana e deixa atrás de si um rastro de conflitos e violência. (CANUTO, 2012, p. 1)

Na mesma senda, FERNANDES (2010 *apud* SOUZA, 2019) aduz tratar-se de:

> [...] uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista [...]. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias.

Com efeito, à medida que o termo agronegócio se impõe como símbolo da modernidade, passa a ser identificado, pelas forças sociais em disputa, como o novo inimigo a ser combatido. O agronegócio assume a posição de antagonista em lugar do latifúndio. A crítica da concentração fundiária soma-se à denúncia da matriz tecnológica do agronegócio (uso de sementes, transgênicas, ao uso abusivo de agrotóxicos, à monocultura). (STEDILE, 2021). Nesse sentido, por todo o exposto, emprega-se o termo no presente estudo dentro de sua acepção de oposição ao modelo de desenvolvimento agrícola agroecológico.

2.4.2 A Agricultura Familiar

Segundo consta no site oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é considerada Agricultura Familiar aquela constituída por pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. (BRASIL, 2019)

A Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais - Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, define como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. São considerados agricultores familiares os pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

Nessa agricultura a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor, pois muitas vezes alia a produção de subsistência a uma produção destinada ao mercado. O setor se destaca pela produção de milho, raiz de mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, olerícolas, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças, sendo principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. (BRASIL, 2019)

A representatividade da Agricultura Familiar para o setor agrícola brasileiro é significativa, como corroboram os dados divulgados pela Embrapa:

> No Brasil, a agricultura familiar ocupa uma extensão de área de 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. O levantamento do Censo Agropecuário de 2017, realizado em mais de 5 milhões de propriedades rurais de todo o Brasil, aponta que 77% dos estabelecimentos agrícolas do País foram classificados como de agricultura familiar. Ainda segundo as estatísticas, a agricultura familiar empregava mais de 10 milhões de pessoas em setembro de 2017, o que corresponde a 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária, sendo responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa. (EMBRAPA, s/d)

Para além do protagonismo em termos de representatividade para a agropecuária brasileira, a Agricultura Familiar tem papel fundamental para o desenvolvimento de um modelo agrícola sustentável e para a SAN e a Soberania Alimentar.

Acerca da importância da Agricultura Familiar para o alcance destes desideratos, cabe destacar trecho do artigo de José Graziano da Silva, ex-diretor geral da FAO (de 2012 a 2019), em que este celebra a declaração da “Década da Agricultura Familiar” Assembléia-Geral das Nações Unidas:

> A agricultura familiar tem papel fundamental na sustentabilidade das zonas rurais, na produção diversificada de alimentos saudáveis e seguros, na

> preservação dos recursos naturais e da biodiversidade, e na melhoria das condições de vida da população rural através da criação de emprego e de rendimento. De fato, a agricultura familiar produz a maior parte dos alimentos consumidos no mundo. Paradoxalmente, os agricultores familiares são um dos grupos sociais mais vulneráveis à fome e à pobreza ao nível global. Portanto, erradicar a pobreza e a fome e alcançar sustentabilidade ambiental nas próximas décadas dependerá criticamente da agricultura familiar. (FAO, s/d)

Não obstante a indiscutível importância da Agricultura Familiar em termos de representatividade no setor agrícola e protagonismo na busca por desenvolvimento rural sustentável, é somente com o advento da Lei 8171, em 1991, que estabelece a Política Agrícola Nacional e instituiu o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA) que surge o compromisso legal da pesquisa agrícola pública para com os pequenos agricultores:

> Art. 12. A pesquisa agrícola deverá:
>
> (...)
>
> III - dar prioridade à geração e à adaptação de tecnologias agrícolas destinadas ao desenvolvimento dos pequenos agricultores, enfatizando os alimentos básicos, equipamentos e implementos agrícolas voltados para esse público;

Com efeito, é a partir deste marco que as pesquisas voltadas ao atendimento desta parcela significativa do setor agrícola passam a se institucionalizar, de forma modesta durante a década de 90 em meio ao modelo econômico neoliberal e com muito mais força ao longo dos governos progressistas de Lula e Dilma Rousseff.

Uma realidade que lamentavelmente passou a mudar com a retomada do modelo neoliberal ao governo brasileiro.

2.5 Contribuições da Embrapa para a Segurança Alimentar e Nutricional

A Embrapa, como empresa pública, cuja missão é buscar soluções para a sustentabilidade da agricultura brasileira, possui conexão direta com a produção de alimentos e, por conseguinte, com a erradicação da fome no Brasil.

A questão da Segurança Alimentar sempre esteve inserida na pauta de pesquisas desenvolvidas pela empresa, mas é a partir do início do XXI, com o reconhecimento internacional acerca do DHAA e sua repercussão de forma incisiva sobre a política Nacional, que o Brasil, enquanto signatário de tratados internacionais, passa a incorporar em seu ordenamento jurídico a preocupação com a SAN, instituindo a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN - Decreto nº 7.272/2010) e a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006) .

É esse compromisso legal que faz com que a SAN passe a repercutir de forma mais contumaz na agenda da pesquisa agrícola pública da Embrapa, redundando inclusive em um alinhamento explícito com a Agenda 2030 da ONU e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável[11]:

> A coordenação da estratégia de alinhamento e o acompanhamento das ações da Embrapa em relação aos ODS está sob a responsabilidade da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia (SIM), com a participação de várias Unidades Centrais. Como alimentação e agricultura tem relação com praticamente todos os ODS, a Embrapa realizou ampla avaliação de toda a sua programação de pesquisa e inovação agropecuária, mapeando interfaces e sinergias com os ODS e suas metas. O trabalho partiu do mapeamento de como os Eixos de Impacto e os 12 Objetivos Estratégicos expressos no VI Plano Diretor da Embrapa se relacionam com os 17 ODS. (EMBRAPA, s.d.)

Dentre os ODS's, no que se refere a SAN, a Embrapa desenvolve ações em especial voltadas ao ODS 2: "*Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável*" (Nações Unidas, 2018).

A ODS 2 está subdividida em metas com as quais a Embrapa tem alinhados suas tecnologias, quais sejam:

[11]Compromisso assinado, em 2015, por 179 países - com base na agenda global da Organização das Nações Unidas (ONU) – que se desdobrou em metas a serem executadas por organizações governamentais brasileiras.

> 2.1) Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano; 2.2) Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordada internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas; 2.3) Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola; 2.4) Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudança do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo; 2.5) Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente.

No que concerne à Erradicação da fome, indiscutivelmente é com relação à disponibilidade que encontramos o maior volume de contribuições da Embrapa à SAN, por meio de ações voltadas para o aprimoramento dos diferentes sistemas produtivos de espécies de importância para a alimentação da população brasileira. Observando às características regionais e buscando sempre um maior equilíbrio com as questões ambientais, econômicas e sociais, a produção de alimentos tem recebido o aporte de importantes soluções tecnológicas que atendem desde a criação e avaliação de materiais genéticos adequados a cada ambiente, perpassando pelo desenvolvimento de insumos e práticas agrícolas que aliam eficiência, baixo custo e reduzido impacto ambiental. Em que pese ocorra um envolvimento maior da Embrapa com a questões produtivas associadas à disponibilidade, o acesso aos alimentos tem sido objeto de programas específicos trabalhados com instituições parceiras que focam os aspectos sociais envolvidos na questão e apoiam políticas públicas voltadas para o tema. (MEDEIROS *et al*, 2018, p.19-20)

No que refere a meta 2.3 do ODS 2, que estabelece que se dobre a produtividade de pequenos produtores de alimentos, cumpre destacar os esforços empreendidos pela Embrapa:

> [...] nas últimas duas décadas, uma expressiva oferta de resultados de pesquisa tem sido disponibilizada para os agricultores familiares, pela Embrapa e parceiros, em temas estreitamente relacionados à produção agrícola, pecuária, aquícola e florestal. Estudos junto a povos indígenas e comunidades tradicionais também vêm crescendo gradativamente na Empresa, como forma de atender demandas de políticas públicas e de representantes da sociedade civil. Esses resultados são fruto do trabalho de equipes multidisciplinares de pesquisa e transferência de tecnologia que buscam, com os parceiros locais, as competências complementares para desenvolverem as ações com os povos e comunidades tradicionais. Essa complementaridade é fundamental para ampliar a compreensão da visão de mundo das comunidades e minimizar as diferenças culturais, sociais, políticas, em um esforço que busca unir a tradição à inovação. (MEDEIROS et al, 2018, p.21)

Para além da questão produtiva a Embrapa realiza, com vistas a SAN, pesquisas significativas no que se refere a qualidade dos alimentos produzidos, tanto do ponto de vista de valor nutritivo, quanto do controle do nível de contaminação:

> [...] a valorização de alimentos que atendam a padrões mais elevados em relação a quesitos nutricionais e funcionais, constitui-se em uma oportunidade ímpar, e tem sido também objeto de inúmeros projetos de pesquisa em execução na Embrapa. Destaque-se a biofortificação, melhoramento voltado para o enriquecimento nutricional, a qual tem um espaço importante na luta contra as carências que caracterizam a dieta dos segmentos mais vulneráveis da população. [...] Também tem tido espaço importante na agenda de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) das diferentes Unidades da Embrapa a produção de alimentos levando em conta todos os indicadores vinculados a sua qualidade, particularmente aqueles associados às contaminações advindas do próprio sistema produtivo, em que os resíduos de agrotóxicos são pontos cruciais. (MEDEIROS et al, 2018, p.21)

A temática da sustentabilidade ambiental, vinculada ao conceito de SAN, também é foco de desenvolvimento de tecnologias por parte da Embrapa, essa preocupação está vinculada diretamente à meta 2.4 descrita na ODS 2 da ONU. Com efeito:

> Cerca de 40% das Unidades Descentralizadas da Embrapa possuem, em sua agenda de prioridades, objetivos estratégicos associados a temas como

> sistemas de produção inovadores e sustentáveis, e produção orgânica e agroecológica, capazes de induzir o desenvolvimento de tecnologias que atendam ao apelo de uma produção de alimentos com menor impacto ambiental. São inúmeras as soluções desenvolvidas que associam produtividade e menor pressão sobre os recursos naturais, incluindo técnicas de preservação dos recursos hídricos e da conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade, desenvolvimento de insumos biológicos, tecnologias de baixa emissão de carbono, e de práticas agrícolas que priorizam a manutenção da atividade biológica dos solos. (MEDEIROS et al, 2018, p.22)

A conservação da diversidade genética, tema estratégico para a SAN (e fundamental para o alcance da Soberania Alimentar), tem sido objeto de inúmeras iniciativas por parte da empresa. Esses esforços estão vinculados aos ODS 2 por meio de sua meta 2.5:

> As principais estratégias da Embrapa para promover a conservação da diversidade genética são a conservação *ex situ* e i*n situ* (*on farm*). As ações para a conservação ex situ consistem, principalmente, na coleta, na documentação e na conservação dos recursos genéticos nos bancos de germoplasma da instituição, que podem servir para o melhoramento genético e para a restituição aos agricultores, povos e comunidades tradicionais, de variedades tradicionais perdidas ou desaparecidas. Em relação à conservação in situ, a Embrapa realiza inventários biológicos e análises geográficas para o planejamento da conservação; avaliação e desenvolvimento de técnicas de manejo visando ao uso sustentável da biodiversidade; restauração ecológica em paisagens degradadas; análise e promoção da conservação de recursos genéticos por comunidades locais e agricultores. Contribui também, efetivamente, para o fortalecimento das estratégias de conservação on farm em diversas regiões brasileiras junto aos agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais, por meio dos bancos e casas de sementes, das feiras de sementes e dos guardiões da agrobiodiversidade (MEDEIROS et al, 2018, p.23)

Dentre as inúmeras ações, projetos e pesquisas desenvolvidas pela Embrapa que contribuem para a SAN e estão alinhadas aos 17 ODS, merecem destaque o programa de Biofortificação de Alimentos, que já atendeu mais de 46 mil famílias em situação de vulnerabilidade social; o Projeto Bem Diverso, iniciativa conjunta da Embrapa com o PNUD, reconhecido pelas Nações Unidas, em 2020, como boa prática, capacitando mais de 3 mil agroextrativistas, técnicos e pequenos agricultores em tecnologias de manejo, restauração de ecossistemas, comercialização e políticas públicas. Destaca-se também nesta direção o projeto Quintais Orgânicos de Frutas que levou à implantação de 2.476 quintais, em 238 municípios, com 413.845 árvores plantadas, alcançando cerca de 71 mil

beneficiários quilombolas, indígenas, agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Outro exemplo é o projeto Sisteminha Embrapa (Sistema Integrado para Produção de Alimentos), implementado em diferentes estados do Brasil e também na África. Outras duas importantes contribuições da Embrapa para a segurança alimentar são as tecnologias aplicadas na Agricultura de Baixo Carbono (ABC) e o Projeto Integrado da Amazônia, executado por 14 centros de pesquisa da Embrapa, atuando na redução do desmatamento e da degradação ambiental, com ações junto a comunidades tradicionais, com recursos do Fundo Amazônia e do BNDES. (EMBRAPA…, 2022)

Não obstante o mérito e a importância de todas as ações desenvolvidas pela empresa voltadas a SAN, como em qualquer dispêndio de recurso público, é natural que se avalie qual o retorno para a sociedade de tais investimentos. Como forma de justificar esses investimentos, torna-se necessário apresentar para a sociedade quais são os resultados deles. Essa necessidade acentua-se ainda mais em momentos de crise fiscal do Estado, em um contexto de restrição na sua disponibilidade financeira, conforme o verificado no decorrer da década de 1980 e início de 1990, bem como novamente desde 2014. Em situações como essa, a eficiência do gasto público faz-se ainda mais necessária. (CASTRO, 2016)

Nesse sentido, a Embrapa, por meio do seu Balanço Social, publicado desde 1997, divulga a avaliação de impactos de tecnologias, dentre outros indicadores, como forma de dar transparência às ações realizadas pela empresa. A avaliação é realizada em quatro pilares: econômico, social, ambiental e institucional. Uma amostra de tecnologias de cada unidade da Embrapa é avaliada e monitorada até o final de sua vida útil (ou desuso), utilizando metodologia específica desenvolvida pela empresa. Impende destacar que as tecnologias avaliadas anualmente e que fazem parte do balanço social estão, em sua maioria, intrinsecamente alinhadas à Agenda 2030 e seus ODS. Sob essa perspectiva, o Desenvolvimento Sustentável seria capaz de promover o equilíbrio positivo entre os chamados 5 Ps da sustentabilidade, que são: Pessoas, Planeta, Parcerias, Paz e Prosperidade. Dessa forma, apenas podem ser consideradas como sustentáveis as tecnologias que melhorem a qualidade de vida das pessoas, a qualidade ambiental, estabeleçam parcerias em busca da sustentabilidade e que promovam a paz e a prosperidade. Desde 2020, 140 tecnologias desenvolvidas pela Embrapa foram alinhadas a 82

metas dos 17 ODS; e em 2021, houve o alinhamento de 156 tecnologias a 131 metas ODS, contribuindo para o alcance dos pilares da Agenda 2030. (AVALIAÇÃO…, s.d.)

No que se refere ao retorno dos investimentos em pesquisa agrícola pública, oportunas as conclusões apresentadas por César Nunes de Castro (2016, p. 48):

> O retorno para a sociedade dos investimentos em pesquisa agropecuária pública é significativo de acordo com a avaliação de diversos estudos realizados sobre a questão. Especificamente no caso brasileiro, deve ser ressaltado que o sucesso da produção agrícola de diversas espécies vegetais é devido, em boa medida, aos avanços tecnológicos gerados pelas instituições de pesquisa agropecuária pública.

De fato, segundo o balanço social da Embrapa para o ano de 2021 para cada R$ 1,00 investido a empresa gerou um lucro social de R$ 12,00, ou seja, um retorno de 12 vezes o valor investido.

Por todo o exposto, é inegável a contribuição da Embrapa para a erradicação da fome no Brasil, com todo o esforço alocado no desenvolvimento de soluções para a agricultura. Entretanto, como visto, a erradicação da fome não é unicamente um problema a ser enfrentado com soluções tecnológicas. A partir dessa premissa, evidencia-se a necessidade de um engajamento cada vez maior da Empresa no desenvolvimento de subsídios e apoio a políticas públicas de boa qualidade, que minimizem a assimétrica distribuição de renda e apoiem a produção sustentável de alimentos, particularmente por aqueles segmentos mais carentes de apoio público. (MEDEIROS et al, 2018, p.24)

Ocorre que, na prática, essa não é a realidade que se observa na atualidade. Lastimavelmente inúmeras ações empreendidas pelos últimos governos, de matriz neoliberal, têm retomado uma lógica de Estado Mínimo que tem repercutido diametralmente sobre a agenda de pesquisa da Embrapa e com isso comprometendo o compromisso brasileiro para com a SAN.

Nos próximos capítulos se buscará, mais que evidenciar, denunciar tais práticas, explicitando como estas se conformam e quais agentes são responsáveis por sua promoção.

3. IMPACTOS DA POLÍTICA NEOLIBERAL PARA A PESQUISA AGRÍCOLA PÚBLICA VOLTADA À SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O modelo neoliberal de governo se mostrou um sistema esgotado no Brasil desde a década de 90, incapaz de dar respostas às questões econômicas e sociais, foi combalido nas urnas por quatro eleições presidenciais seguidas. Ocorre que, o projeto de governo neoliberal derrotado nas urnas retornou ao governo brasileiro sem ter sido escolhido pela população, após o golpe político perpetrado contra o governo progressista da então presidenta Dilma Rousseff e consequente assunção de seu vice-presidente, Michel Temer, totalmente comprometido com os interesses do capital. Golpe este, planejado e promovido pelos grupos econômicos, com o auxílio ativo das grandes mídias, como forma de retomada do poder.

Face à efemeridade do governo de Michel Temer e da inexistência de quadros dentro da direita liberal que fizessem frente à proposta de retomada do modelo de governo progressista, consubstanciada na figura do presidente Luís Inácio Lula da Silva, surge o apoio por parte do grande capital ao candidato que representava um novo movimento conservador de direita, Jair Messias Bolsonaro. Eleito, Jair Bolsonaro nomeia como ministro da economia Paulo Guedes, um representante da *Escola de Chicago*[12].

Essa retomada do poder pelo projeto de governo neoliberal tem impactado diametralmente o aparato Estatal e as políticas públicas voltadas a SAN e ao desenvolvimento agrícola sustentável, desde a extinção de ministérios, como no caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDS), extinto no governo de Michel Temer por meio da absorção pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério este também extinto, transformado em secretaria do Ministério da Cidadania durante o governo Bolsonarista, até aquele que pode ser considerado o maior golpe engendrado pela política neoliberal à SAN, qual seja a extinção do CONSEA no primeiro dia do mandato de Jair Bolsonaro:

---

[12] Ligada ao Departamento de Economia da universidade da cidade norte-americana, ela surgiu na década de 1950 e é o berço do ultraliberalismo econômico. A Escola de Chicago defende o livre mercado, com a menor presença estatal possível. Liberdade de preços, abertura econômica, redução de impostos e privatizações estão entre as principais teorias defendidas.

> Ao colocar o pé no Palácio do Planalto, Jair Bolsonaro sinalizou a disposição em relação às políticas de segurança alimentar e nutricional por meio da Medida Provisória 870. Com uma canetada, extinguiu o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Criado no governo Itamar Franco e reaberto no início do primeiro governo Lula, o Consea fazia parte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), que tem o objetivo de assegurar o direito à alimentação adequada a toda a população residente no território nacional, conforme prevê o artigo 6º da Constituição – que foi alterado em 2010 para passar a contemplar a alimentação entre os direitos constitucionais básicos. A extinção do Consea desorganizou a nível nacional a coordenação das políticas voltadas para o combate à fome no momento em que a taxa da população em extrema pobreza chegou ao maior patamar desde o início da série histórica, em 2012. Desde 2015, 4,5 milhões de pessoas ingressaram na faixa de extrema pobreza. (MELITO, 2020)

Toda essa desarticulação das políticas de SAN, fruto da política neoliberal, tem repercutido direta ou indiretamente nos rumos da pesquisa agrícola brasileira, sendo perpetrada através de duas principais frentes: o corte de orçamento público e a mudança de estrutura e da natureza pública da pesquisa agrícola no Brasil.

A Embrapa, enquanto empresa pública responsável pela pesquisa agropecuária no Brasil (SNPA), é a principal atingida, como se passará a demonstrar nos capítulos que se seguem.

3.1 O processo de corte do orçamento público para a pesquisa

Guiados pelas diretrizes econômicas neoliberais, sob a égide da austeridade fiscal[13], os governos de Michel Temer (2016-18) e Jair Bolsonaro (2019 - até o presente) promoveram, e têm promovido, cortes profundos de orçamentos para as políticas públicas em vários setores essenciais como saúde, segurança, educação e pesquisa.

[13]A narrativa da "austeridade fiscal" tem sido instrumento histórico de justificação de cortes de investimentos e encolhimento do setor público pelos defensores do modelo neoliberal. Para estes entusiastas do modelo neoliberal o corte de gastos públicos ampliaria a confiança dos agentes privados, possibilitando o crescimento econômico, ocorre que, segundo Paul Krugman (apud CHIEZA, 2020), Nobel de economia 2008, "*esta crença é baseada 'numa fantasia' segundo a qual, por um lado, os governos seriam reféns de 'vigilantes invisíveis da dívida' que punem pelo mau comportamento, e, por outro, existiria uma 'fada de confiança' que recompensaria o bom comportamento*".

Segundo o presidente do CNPq, Evaldo Vilela, o financiamento para a pesquisa vem diminuindo desde 2014, mas após 2018 a redução tornou-se ainda mais severa em decorrência dos contingenciamentos promovidos pelo governo. Em 2014, ainda com recursos do programa Ciência sem Fronteiras, o valor empenhado para bolsas do CNPq passou de 2,5 milhões de reais; em 2020, não chegou a 1,2 milhão de reais. (HANZEN, 2021)

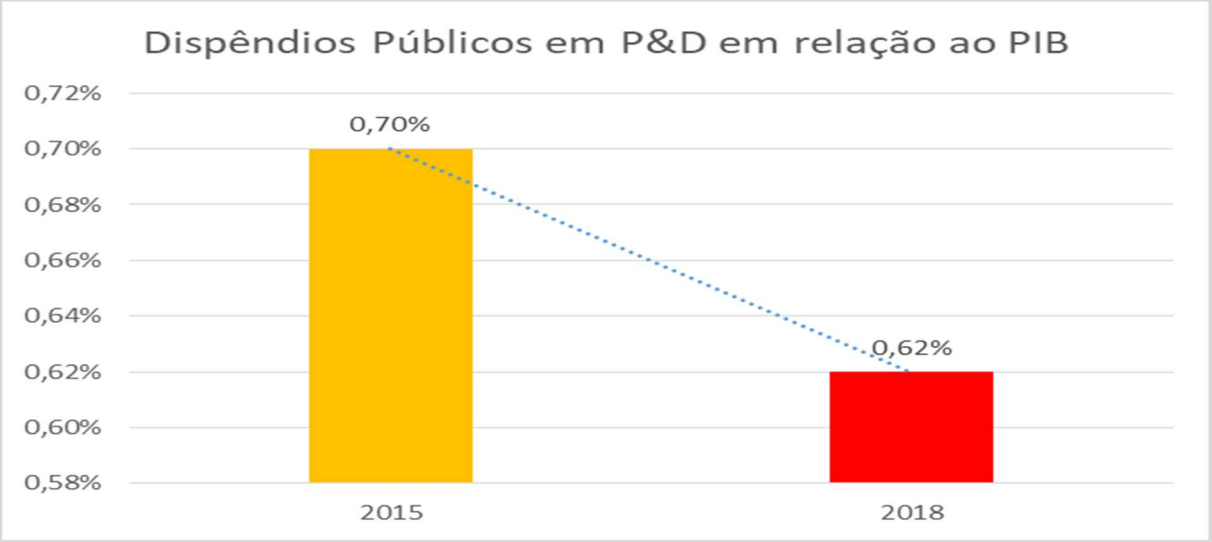
A redução do investimento público em pesquisa no Brasil, nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, é evidenciada no relatório: *Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação*, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI, 2020).

Figura 1 - Indicadores Nacionais de Ciência e Tecnologia, 2019.

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), 2021.

De acordo com o estudo, o percentual dos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D), financiado pelo governo, em relação ao produto interno bruto (PIB), que era de 0,7% em 2015 foi reduzido para 0,62% em 2018, o que representa uma redução de investimentos na ordem de quase 12%.

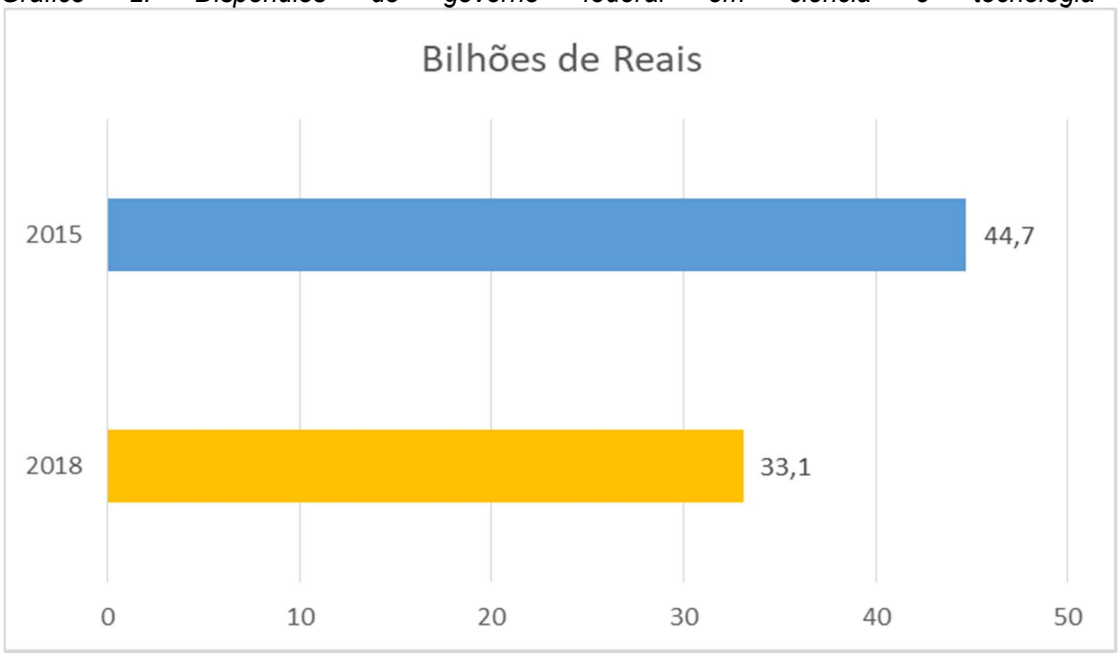
Gráfico 1: Dispêndios Públicos em P&D em relação ao PIB



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Com relação aos dispêndios do governo federal em ciência e tecnologia (C&T), observa-se uma redução de 26% dos investimentos entre 2015, 44,7 bilhões de Reais, e 2018, 33,1 bilhões de Reais.

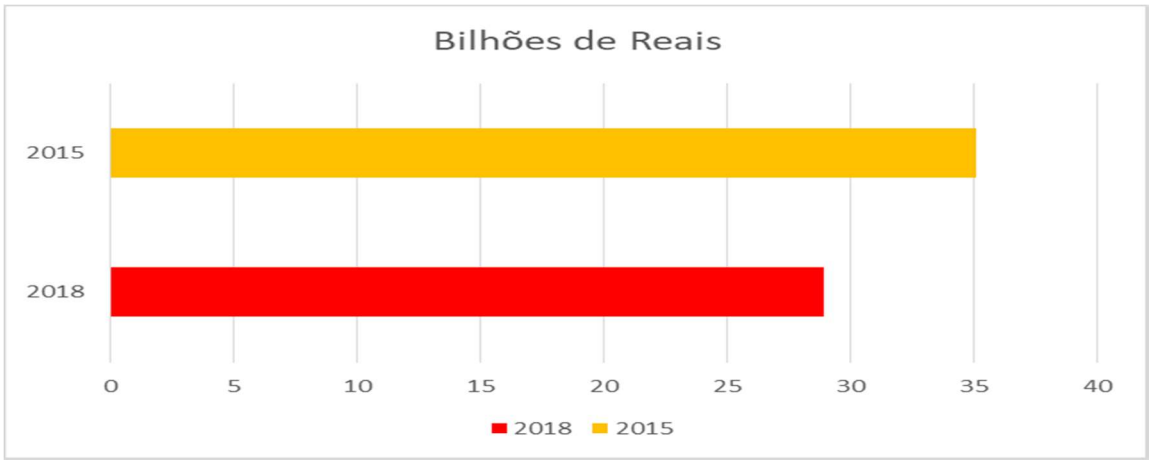
Gráfico 2: Dispêndios do governo federal em ciência e tecnologia (C&T)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

A Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) sofreu no mesmo período um corte na ordem de 26%, de 35,1 bilhões de Reais foi reduzido para 25,9 bilhões de Reais. (MCTIC, 2020)

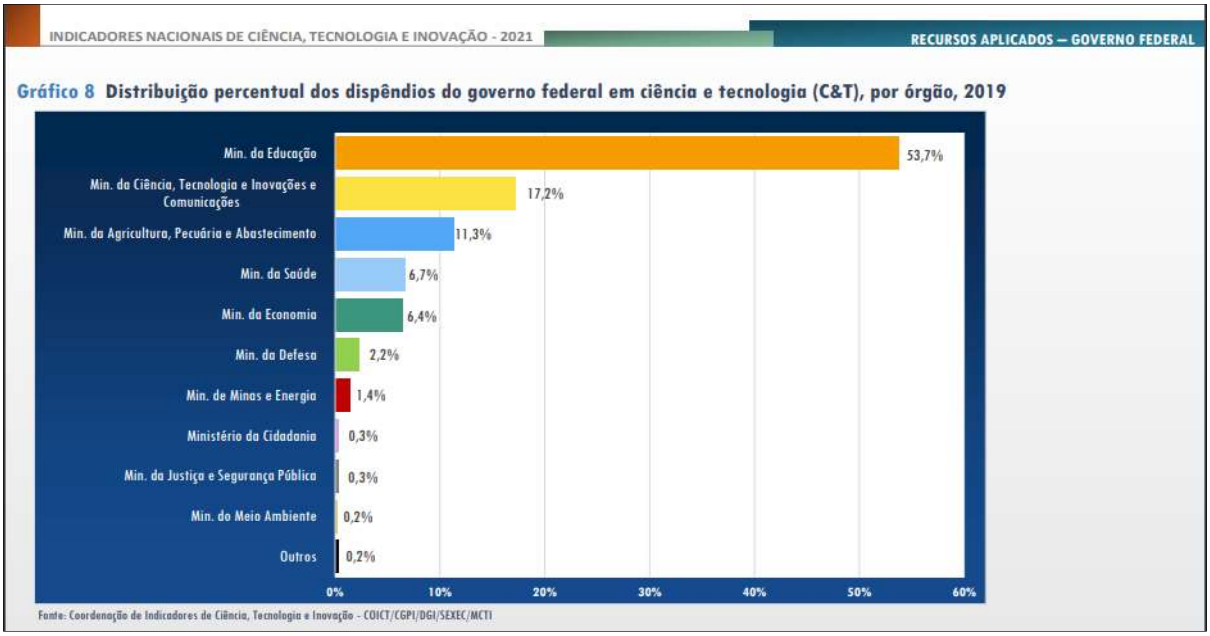
Gráfico 3: Investimento em P&D



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Dos gastos do governo federal em ciência e tecnologia (C&T), aproximadamente 12% foram destinados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). (MCTIC, 2020), sendo estes repassados em sua maioria à Embrapa.

Figura 2 - Gráfico investimento em pesquisa, 2019.



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Nos próximos capítulos se discorrerá sobre os impactos dos cortes no orçamento em pesquisa agrícola pública e a política de desestatizações do governo Bolsonaro sobre a agenda de pesquisa da Embrapa, em especial no que diz respeito às políticas públicas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional.

3.1.1 A alteração do projeto de governo e os impactos no orçamento público para a pesquisa agrícola.

Como visto no tópico anterior, os cortes no orçamento para a P&D têm sido uma tônica nos últimos governos devido a suas acepções econômicas de cunho neoliberal. A Embrapa, enquanto empresa pública responsável pela coordenação do

Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, tem sofrido contingenciamentos constantes de orçamento para a pesquisa.

Este processo contínuo de desinvestimento na pesquisa agropecuária pode ser evidenciado a partir da análise orçamentária da Empresa, o que foi feito através do levantamento de dados junto ao *Portal da Transparência* do Governo Federal[14].

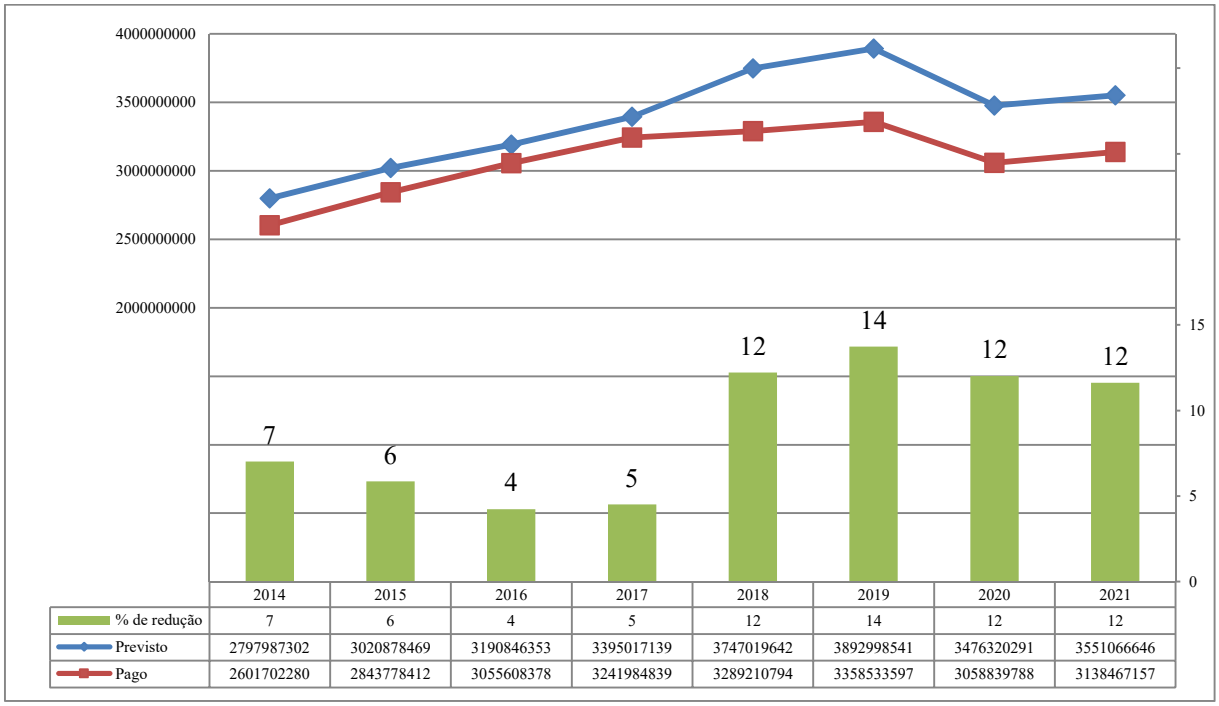
Figura 3 - Portal da Transparência - Embrapa

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal, 2022.

O gráfico a seguir desenvolvido a partir dos dados levantados no portal da transparência do Governo Federal brasileiro apresenta a série histórica de previsões orçamentárias e orçamentos efetivamente repassados a Embrapa no período de 2014 até o presente (série histórica disponibilizada pelo site):

[14]A coleta de dados de investimentos relativos a pesquisa agrícola, especificamente, foi realizada através do portal da transparência do Governo Federal: <https://www.portaltransparencia.gov.br>,por meio do descritor: "Embrapa". Através do portal é possível identificar a execução orçamentária da Empresa a cada ano, a partir de 2014, ano do início do levantamento.

Gráfico 4 - Orçamento Embrapa: Empenhado x efetivado, em Reais (R$)



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
% de redução	7	6	4	5	12	14	12	12
Previsto	2797987302	3020878469	3190846353	3395017139	3747019642	3892998541	3476320291	3551066646
Pago	2601702280	2843778412	3055608378	3241984839	3289210794	3358533597	3058839788	3138467157

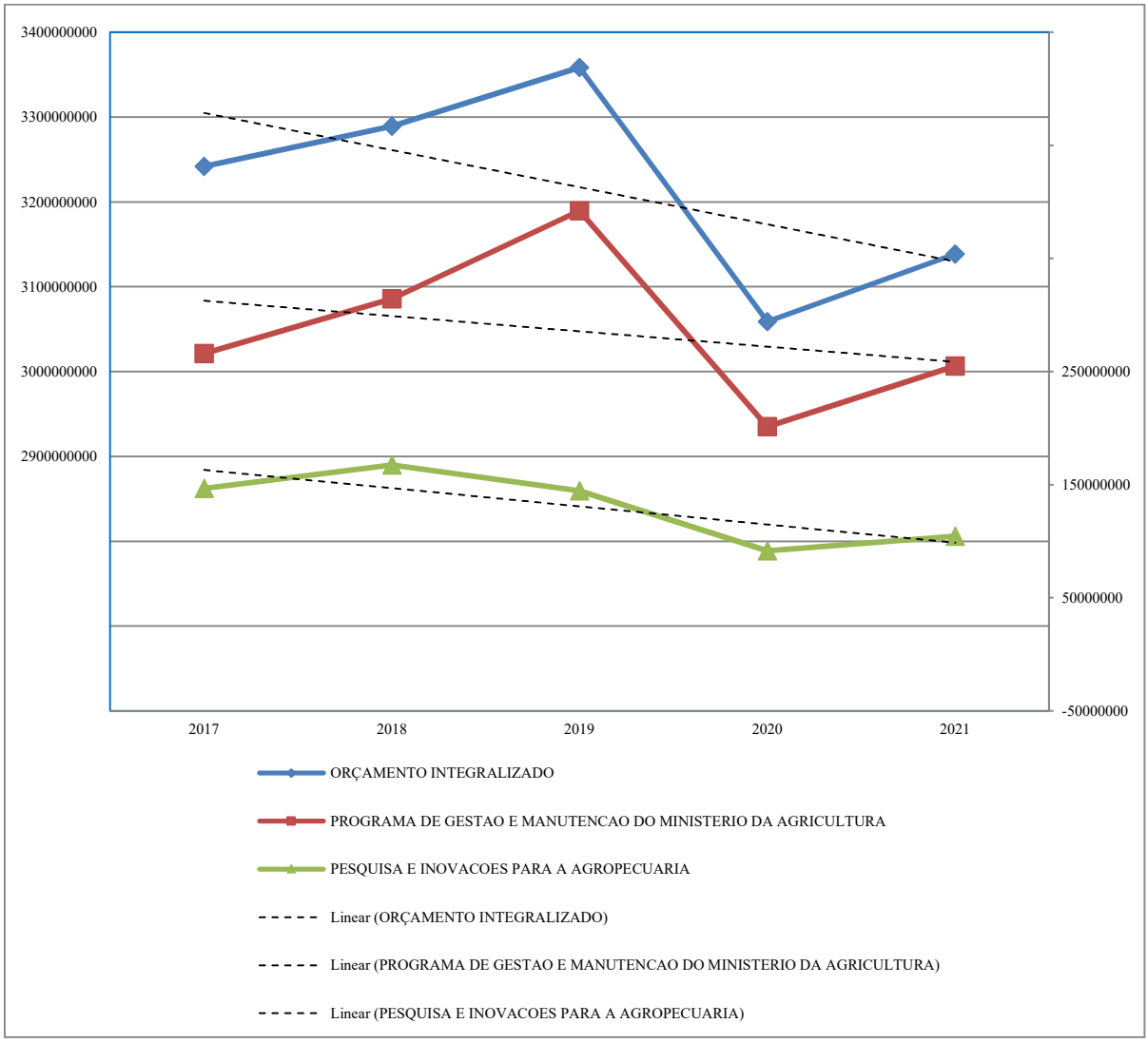
Fonte: Elaborado pelo autor 2022.

Como se pode constatar a partir da análise do gráfico, o repasse de orçamento a Embrapa, em que pese historicamente contingenciado, tem tido cortes expressivos a partir de 2018.

Cabe salientar que a discreta tendência de crescimento do orçamento da Embrapa até o ano de 2019, não se reverteu em investimentos em pesquisa propriamente dita[15]. Em verdade, como se pode aduzir do gráfico que segue, o nível de gastos com pesquisa vem decrescendo de forma acentuada nos últimos governos. Essa correlação entre aumento de orçamento e decréscimo de gastos com pesquisa é justificada pelo incremento anual dos custos operacionais da empresa (salário, encargos, despesas fixas, etc.).

[15] Os gastos efetivos com pesquisa podem ser obtidosa partir do filtro "Orçamento da despesa pública" no qual consta a planilha onde são apresentadas todas as despesas efetuadas pela empresa no ano escolhido.

Gráfico 5 –Embrapa: Orçamento x Despesas, em Reais (R$)

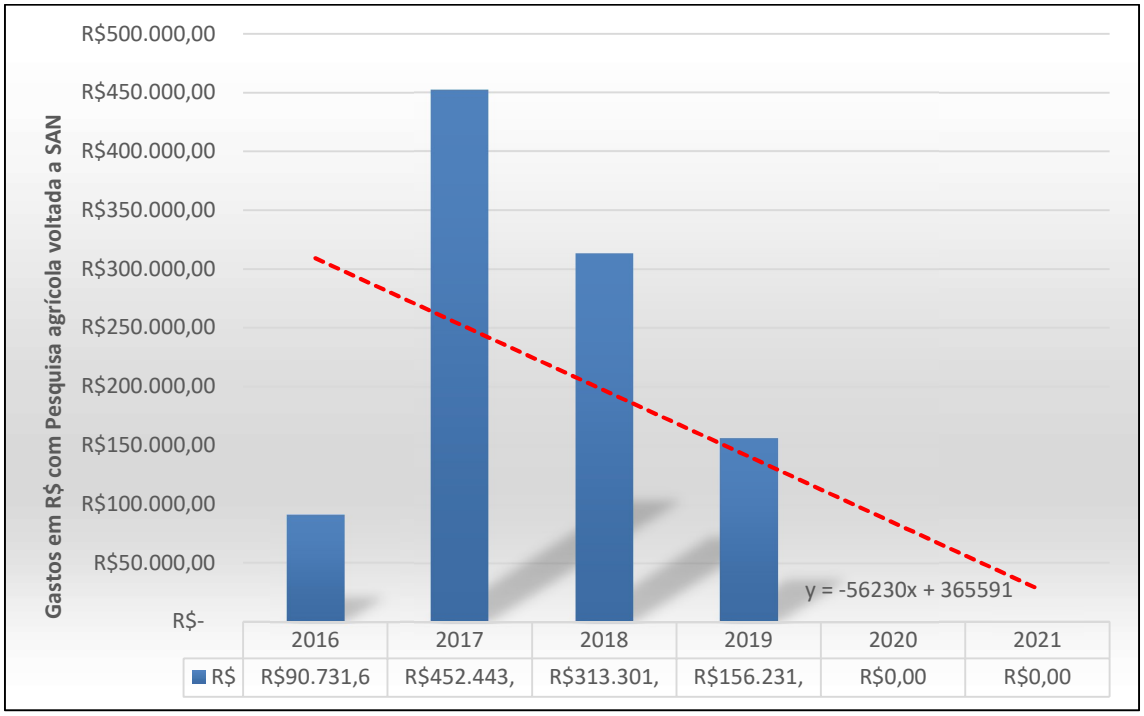


Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Se o panorama geral de decréscimo dos gastos com Pesquisa e Inovação para a Agropecuária já é preocupante, situação ainda mais alarmante se reflete ao analisarmos os gastos realizados com pesquisas diretamente vinculadas à Segurança alimentar e Nutricional[16].No gráfico abaixo evidencia-se este a redução de investimentos em pesquisa agrícola voltada a SAN:

[16] Os gastos com pesquisas voltas exclusivamente para SAN podem ser individualizados por meio da aplicação do filtro: Segurança Alimentar e Nutricional (Cód: 2069) na coluna referente a categoria "*Programa Orçamentário*" da planilha "Orçamento da despesa pública".

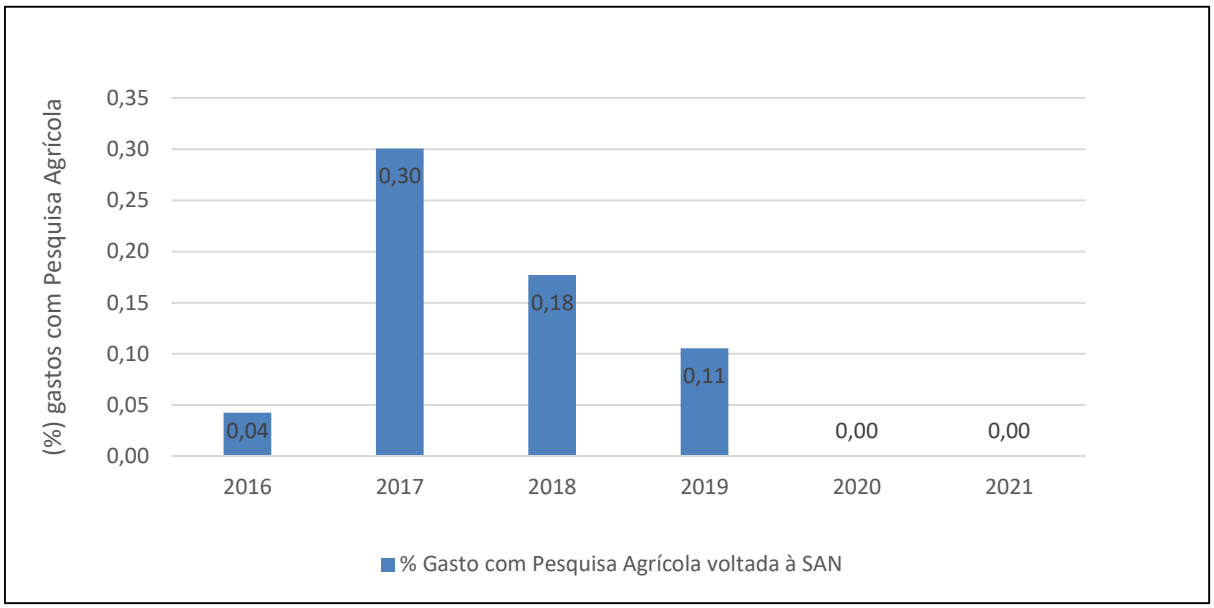
Gráfico 6 – Desinvestimento em pesquisas voltadas diretamente à SAN



Fonte: elaborado pelo autor, 2022.

O gráfico ilustra claramente o processo de cortes no orçamento para pesquisas diretamente voltadas a SAN no período dos dois últimos governos. Também é possível perceber o pouco protagonismo, em termos orçamentários, de pesquisas vinculadas especificamente a rubrica: "*Segurança Alimentar e Nutricional*" quando comparado, em termos percentuais, com o gasto global efetuado com pesquisa agrícola:

Gráfico 7 – Gasto percentual com Pesquisa Agrícola voltada à SAN



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Em que pese o baixo investimento em pesquisa agrícola sob a rubrica da SAN na agenda de pesquisas da Embrapa, inegável o fato de que outras categorias de custeio também albergam atividades de pesquisa que contribuem, direta ou indiretamente, com a SAN.

Ocorre que, como já explanado em capítulo específico, o conceito de SAN é um conceito abordado dentro do setor agropecuário de forma muito restritiva, isso se reflete na própria base de dados consultada onde pesquisas que contribuem para a SAN, que poderiam estar abrangidas pela rubrica "Segurança Alimentar e Nutricional", estão inseridas em outras categorias, como por exemplo, "*Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar*", "*Reforma Agraria e Governança Fundiária*", "*Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas*", "*Mudança do Clima*"; "*Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social",* "*Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade*", "*Conservação e Gestão de Recursos Hídricos*"; "*Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios*".

Essas contribuições à SAN são difíceis de serem aferidas dentro do contexto de pulverização entre as diversas categorias orçamentárias, não obstante denotam

que o aporte orçamentário para pesquisas na Embrapa que contribuem para a SAN é maior que o declarado em rubrica específica.

Essa dificuldade de aferição quanto ao efetivo aporte financeiro para a SAN, dentro do panorama global orçamentário da Embrapa, não prejudica a constatação de que este recurso tem sido combalido nos últimos governos. Se por um lado constata-se esse declínio pela análise dos recursos despendidos diretamente as pesquisas classificadas como de SAN, de outra banda chega-se a mesma constatação quanto as contribuições indiretas à SAN, haja vista o corte orçamentário global para a pesquisa agrícola na Embrapa que repercute em todas as demais rubricas orçamentárias.

Não obstante o asseverado, no intuito de se corroborar as evidências oriundas da análise orçamentária sob a rubrica específica "Segurança Alimentar e Nutricional", realizou-se um cotejo das demais categorias orçamentárias albergadas pelo filtro "*Programas Orçamentários*" no intuito de identificar outras categorias vinculadas aos conceitos de SAN e Soberania Alimentar aptas a denotar a tendência de desinvestimento no período de 2016 a 2021.

No quadro a seguir apresenta-se as categorias orçamentárias empregadas anualmente no período, suas frequências e grau de aporte:

Tabela 1: Descrição da aplicação orçamentária em Pesquisa Agrícola na Embrapa, período 2016-2021.

Programa orçamentário	2016	%	2017	%2	2018	%3
1031/2077 - Agropecuária Sustentável	R$ 10.899.017,00	**5**	R$ 1.999.281,08	**1,3**	R$ 8.368.000,35	**5**
1058/2050 - Mudança do Clima	R$ 3.218,83	**0**	R$ -		R$ -	
2012 - Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar	R$ 259.054,35	**0,1**	R$ 477.988,01	**0,3**	R$ 156.381,93	**0,1**
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	R$ 102.506,62	**0**	R$ -		R$ 21.499,00	**0**
2028/2202 - Defesa Agropecuária	R$ 302.149,46	**0,1**	R$ 118.784,52	**0,1**	R$ 160.431,22	**0,1**
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	R$ 43.800,00	**0**	R$ 9.409,33	**0**	R$ 333.805,37	**0,2**
2042/2203 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	R$ 200.939.401,90	**94**	R$ 146.700.221,16	**97**	R$ 167.540.741,85	**95**

2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária	R$	361.884,20	**0,2**	R$	-		R$	-	
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	R$	90.731,67	**0**	R$	452.443,66	**0,3**	R$	313.301,87	**0,2**
2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	R$	-		R$	726.298,10	**0,5**	R$	-	
2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comercio e Serviços	R$	-		R$	-		R$	122.266,81	**0,1**
2080 - Educação de Qualidade para Todos	R$	123.288,76	**0,1**	R$	-		R$	-	
2084 - Recursos Hídricos	R$	91.400,17	**0**	R$	86.605,96	**0,1**	R$	25.712,27	**0,0**
2208 - Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento sustentável	R$	-		R$	-		R$	-	
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	R$	-		R$	-		R$	-	
3003 - Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	R$	-		R$	-		R$	-	
6011 - Cooperação com o Desenvolvimento Nacional	R$	-		R$	-		R$	-	
Gasto total	R$	213.216.452,96	**100**	R$	150.571.031,82	**100**	R$	177.042.140,67	**100**

Programa orçamentário	2019		%4	2020		%5	2021		%6
1031/2077 - Agropecuária Sustentável	R$	2.438.373,36	**2**	R$	3.457.685,63	**4**	R$	5.526.777,52	**5**
1058/2050 - Mudança do Clima	R$	141.175,33	**0,1**	R$	89.616,27	**0,1**	R$	-	
2012 - Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar	R$	416.825,44	**0,3**	R$	-		R$	-	
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	R$	-		R$	-		R$	-	
2028/2202 - Defesa Agropecuária	R$	149.128,47	**0,1**	R$	350.725,64	**0,4**	R$	-	
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	R$	250.070,26	**0,2**	R$	-		R$	-	
2042/2203 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	R$	144.632.940,77	**98**	R$	91.499.532,01	**95**	R$	104.371.883,87	**94**
2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária	R$	-		R$	-		R$	-	
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	R$	156.231,50	**0,1**	R$	-		R$	-	
2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	R$	37.780,00	**0**	R$	-		R$	-	
2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comercio e Serviços	R$	-		R$	-		R$	-	
2080 - Educação de Qualidade para Todos	R$	-		R$	-		R$	-	

2084 - Recursos Hídricos	R$	-		R$	-		R$	-	
2208 - Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento sustentável	R$	-		R$	18.039,00	**0**	R$	145.012,70	**0,1**
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	R$	-		R$	22.639,70	**0**	R$	230.500,00	**0,2**
3003 - Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	R$	-		R$	335.640,73	**0,4**	R$	-	
6011 - Cooperação com o Desenvolvimento Nacional	R$	-		R$	49.437,20	**0,1**	R$	855.026,55	**0,8**
Gasto total	R$	148.222.525,13	**100**	R$	95.823.316,18	**100**	R$	111.129.200,64	**100**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

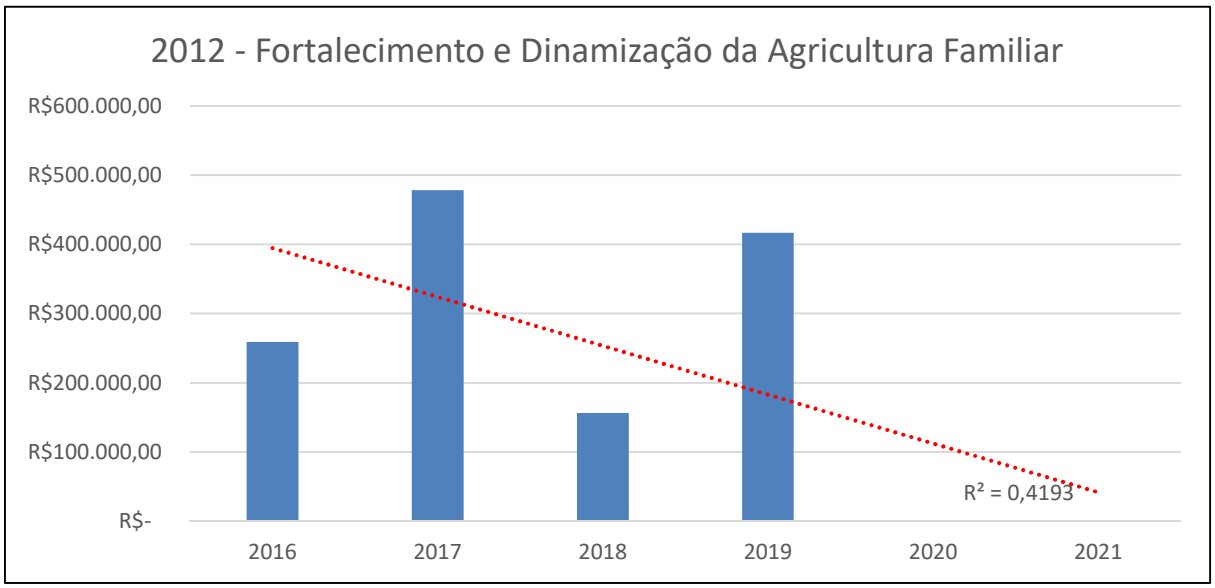
Como se pode observar na tabela apresentada, aproximadamente 95% dos gastos realizados com pesquisa agrícola na Embrapa estão classificadas genericamente como “Pesquisa e Inovação para Agropecuária”, o que inviabiliza a aferição das pesquisas que possam contribuir indiretamente para a SAN e a Soberania Alimentar e estão inseridas nessa categoria. Não obstante, cumpre consignar que mesmo nessa classificação verifica-se a redução dos investimentos na série histórica.

Dentre as demais categorias de classificação orçamentária merece destaque a rubrica: “*Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar*”, por sua relação com os conceitos de SAN e Soberania Alimentar, e por sua continuidade ao longo do período, o que permite vislumbrar, do ponto de vista analítico, sua tendência orçamentária na série histórica.

Como visto alhures, as pesquisas voltadas a agricultura familiar tem um papel determinante para o alcance da soberania alimentar, razão pela qual a análise do grau de investimentos realizados para esse tipo de pesquisa constitui-se em um bom indicativo do grau de comprometimento do governo brasileiro para com a SAN e a Soberania Alimentar.

No gráfico a seguir pode-se perceber o mesmo padrão de desinvestimento perpetrado na pesquisa voltada diretamente a SAN refletido nas pesquisas voltadas à agricultura familiar:

Gráfico 8: Gastos com Pesquisa voltada à Agricultura Familiar



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Demais rubricas de despesas que poderiam ser consideradas como aportes para o alcance da Soberania e SAN não foram abarcadas nesse levantamento por dois motivos, primeiramente pelo fato de que para o período analisado, de 2016 a 2021, tiveram ocorrências esparsas e por vezes em apenas um ano do período. É o caso de categorias como “Reforma agrária e Governança Fundiária” e “Conservação e uso sustentável da biodiversidade”.

Segundo, repisa-se, pelas dificuldades quanto à análise do ponto de vista de sua abordagem conceitual pelo setor agrícola, como no caso daquelas que possuem sustentabilidade em seu título, caráter este abrangido pelo conceito de segurança alimentar.

Ocorre que, a categoria sustentabilidade hodiernamente tem sido associada a credibilidade dentro do mercado econômico, práticas pretensamente “sustentáveis” tem o condão de elevar a lucratividade de muitas cadeias produtivas, mas essa “sustentabilidade” adotada pelo agronegócio no setor agrícola não necessariamente será condizente com os preceitos para o alcance da soberania alimentar. Reside aí o óbice de se adotar categorias como: “Agropecuária sustentável” e “Tecnologias aplicadas, Inovação e Desenvolvimento sustentável” como parâmetros de avaliação nesse estudo do comprometimento dos governos com o alcance da SAN e a busca pela Soberania Alimentar.

Ainda, impende destaque aquelas categorias orçamentárias que indiretamente contribuíram para a SAN e a Soberania Alimentar empregadas nos primeiros anos da série histórica (2014-2015), período final dos governos de matrizes progressistas, e foram descontinuadas nos governos neoliberais que se seguiram, quais sejam: “Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas”, “Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social” e “Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios”.

Malgrado os obstáculos impostos a uma análise orçamentária pormenorizada das pesquisas agrícolas desenvolvidas pela Embrapa, a partir do cotejo ora realizado torna-se inequívoco os impactos que o modelo de governo neoliberal perpetua sobre aquelas pesquisas que direta ou indiretamente contribuem para o alcance da Segurança e SAN.

Essa percepção também se revela como passaremos a discorrer, ao se analisar os dados referentes às Emendas Parlamentares destinadas à Embrapa, um dos principais aportes orçamentários a sua agenda de pesquisa.

3.1.2 Emendas parlamentares destinadas à pesquisa agrícola

A análise das Emendas Parlamentares destinadas à pesquisa agrícola se constitui em um instrumento profícuo ao presente estudo, pois, para além de permitir uma melhor individualização dos recursos que efetivamente se dedicam à pesquisa voltada a SAN e as práticas que contribuem para esta, possibilita, ainda, a identificação dos grupos políticos que estão inseridos no campo de disputa pela hegemonia da política de pesquisa agrícola brasileira.

Com efeito, os “Relatórios Anuais de Emendas Orçamentárias” (EMBRAPA, s.d.) disponibilizados pela Embrapa viabilizam, com rigor de detalhes, a caracterização da dinâmica da agenda de pesquisa da empresa ao longo do tempo.

Figura 4 – Embrapa no Parlamento

Fonte: Embrapa, 2022.

Figura 5 – Relatórios de Execução das Emendas Parlamentares

Fonte: Embrapa, 2022.

Neste sentido, no intuito de caracterizar a mudança de paradigma engendrado a partir da assunção ao poder dos últimos governos de matriz neoliberal, realizou-se a análise de conteúdo destes documentos, ao longo de toda

sua série histórica que vai do ano de 2005 a 2020 (último relatório divulgado), categorizando-se estas emendas por: ano; tipo de parlamentar (Senador/Deputado); Partido político; Unidade da empresa beneficiada; Estado; finalidade do orçamento (infraestrutura, insumos, equipamentos, treinamento, veículos); natureza do orçamento (investimento/custeio); vinculação com a SAN, a Agricultura Familiar ou práticas agroecológicas e ambientais; e por fim, a que cultura agrícola foi destinada.

Tabela 2: Emendas Parlamentares.

Ano	Parlamentar	Nome	Unidade	Estado	Partido	SAN	Agricultura Familiar	Prática agroecológica	Cultura	Insumos	Infra-estrutura	Equipamentos	treinamento	Veículos	Outros custeios	investimentos	Valor
2011	Senador	Augusto Botelho	Roraima	RR	PT				Ovinos	sim	sim				R$ 156.000,00		R$ 156.000,00
2011	Senador	Augusto Botelho	Roraima	RR	PT				aquicultura	sim	sim	sim			R$ 20.000,00	R$ 240.000,00	R$ 260.000,00
2011	Deputado	Domingos Dutra	Cocais	MA	PT		sim		Processamento deCoco		sim	sim				R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
2011	Deputado	Fernando Marroni	Clima Temperado	RS	PT	sim	sim		Processamento de frutas e hortaliças, leite, óleos e azeite		sim	sim			R$ 350.000,00	R$ 1.250.000,00	R$ 1.600.000,00
2011	Deputado	Nazareno Fontelles	Hortaliças	DF	PT	sim	sim	cultivo orgânico, sustentável	Hortaliças	sim	sim	sim	sim		R$ 225.000,00	R$ 275.000,00	R$ 500.000,00
2011	Deputado	Henrique Afonso	Acre	AC	PV		sim	sim	fruticulturas, suínos			sim	sim		R$ 200.000,00	R$ 100.000,00	R$ 300.000,00
2011	Deputado	Talmir Rodrigues	Hortaliças	DF	PV		sim	cultivo orgânico, manejo integrado de pragas	Hortaliças			sim	sim		R$ 300.000,00	R$ 900.000,00	R$ 1.200.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Para a classificação da categoria SAN buscou-se nos documentos referências gramaticalmente diretas ao conceito. No tocante a agricultura familiar, esta abarcou também dentro de seu escopo referências expressas aos povos originários e tradicionais, as comunidades ribeirinhas, aos pescadores artesanais, assentados, cooperativas e associações de pequenos produtores rurais. A categoria “práticas agroecológicas” foi a categoria que apresentou a maior complexidade de individualização, haja vista tratar-se de um conceito amplo e dinâmico, neste sentido foi analisada conjuntamente com a categoria “cultura agrícola” e abarcou ainda as práticas agrícolas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Dentre as práticas agroecológicas identificadas, cabe destaque de forma sistematizada aquelas que dizem respeito às pesquisas voltadas a:

- Produção Orgânica: Bioinsumos, adubação orgânica, Compostagem e fertilizante orgânico, biofertilizantes, fixação biológica de Nitrogênio, insumos agroecológicos; Projeto Quintais orgânicos de frutas; Projeto Sisteminha Embrapa/UFU/FAPEMIG - tecnologia que integra atividades de criação de galinhas, minhocas, hortaliças à criação de peixes;
- Práticas agrícolas sustentáveis: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF:); Manejo integrado de pragas – monitoramento e Controle biológico; práticas conservacionistas — plantio direto, uso de plantas de cobertura, consórcio/rotação de culturas e não uso do fogo no preparo da área para plantio; Diversificação de cultivos - estabelecimento de cultivos sustentáveis, na perspectiva de eficiência econômica, inclusão social, preservação ambiental, gerando oportunidades para o desenvolvimento regional; cultivo integrado de peixes e camarões de água doce em Sistema de Aquaponia; técnicas de manejo de recursos florestais não madeireiros, sistemas agroflorestais; agricultura regenerativa; plantas adubadeiras; reciclagem de nutrientes; agricultura urbana e periurbana; homeopatia veterinária – redução de drogas em rebanhos leite;
- Conservação e exploração sustentável da Biodiversidade: Bancos Ativos de Germoplasma (BAG's) - Conservação dos recursos genéticos (sementes crioulas, biodiversidade, raças crioulas); conservação *onfarm* da agrobiodiversidade e estudos etnobiológicos e de segurança alimentar de povos indígenas;
- Gestão ambiental: conservação de recursos naturais, recuperação e o uso responsável; Recuperação de áreas degradadas; recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais;
- Mudanças Climáticas - agricultura de baixa emissão de carbono;
- Educação: ambiental e agroecológica; Trilhas ecológicas e agroecológicas;
- Saneamento rural: Sistemas de gestão de recursos hídricos, tratamento de água e efluentes; tratamento de dejetos animais.

A partir da sistematização dos dados levantados nos relatórios foi possível avaliar a tendência de investimentos nas respectivas categorias do ponto de vista quantitativo, tanto pelo viés do montante de aportes realizados ao longo do tempo, quanto em termos de número de emendas realizadas.

A tabela e o gráfico que se seguem denotam o montante orçamentário destinado a pesquisa agrícola voltada à segurança alimentar ao longo da série histórica, correlacionando este com os partidos dos quais adveio.

Tabela 2: Orçamento em Emendas destinadas à SAN por partido

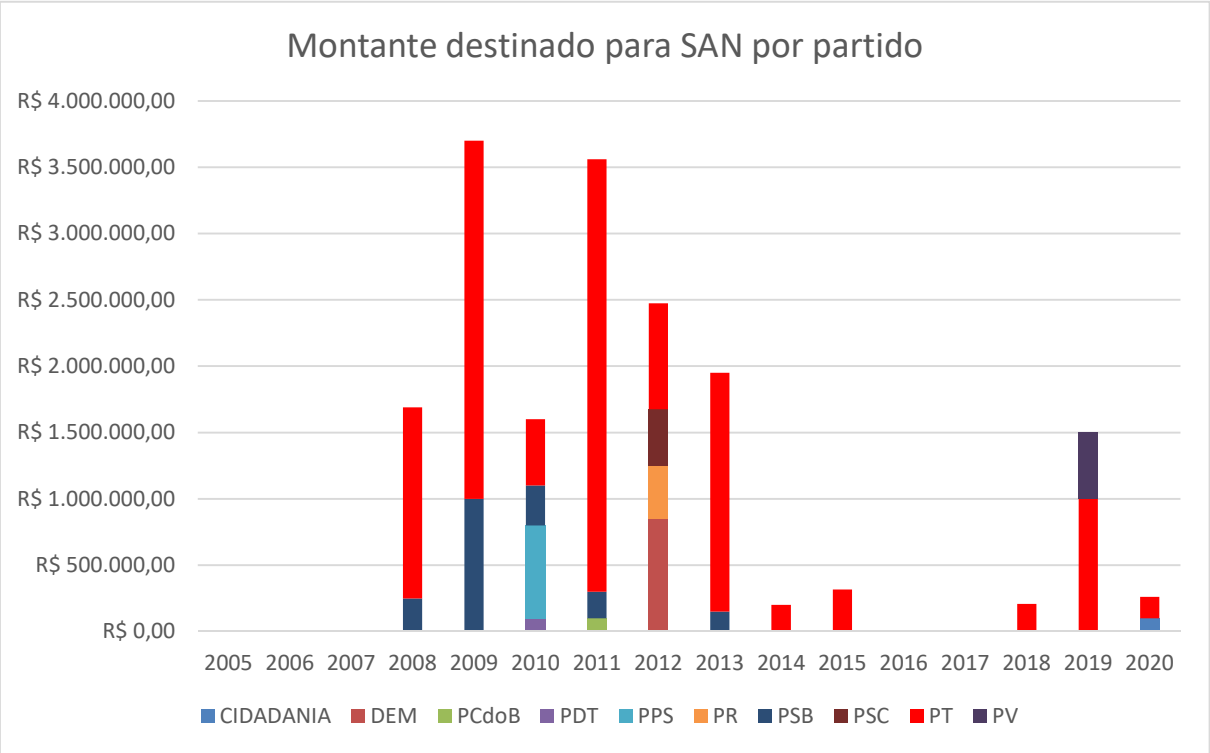
Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 1.690.000,00	R$ 3.700.000,00	R$ 1.600.000,00	R$ 3.560.000,00	R$ 2.475.000,00
CIDADANIA	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
DEM	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 850.000,00
PCdoB	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 100.000,00	R$ -
PDT	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 100.000,00	R$ -	R$ -
PPS	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 700.000,00	R$ -	R$ -
PR	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 400.000,00
PSB	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 250.000,00	R$ 1.000.000,00	R$ 300.000,00	R$ 200.000,00	R$ -
PSC	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 425.000,00
PT	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 1.440.000,00	R$ 2.700.000,00	R$ 500.000,00	R$ 3.260.000,00	R$ 800.000,00
PV	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	R$ 1.950.000,00	R$ 200.000,00	R$ 316.667,00	R$ -	R$ -	R$ 207.350,96	R$ 1.500.000,00	R$ 261.491,88
CIDADANIA	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 100.000,00
DEM	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
PCdoB	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
PDT	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
PPS	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
PR	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
PSB	R$ 150.000,00	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
PSC	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
PT	R$ 1.800.000,00	R$ 200.000,00	R$ 316.667,00	R$ -	R$ -	R$ 207.350,96	R$ 1.000.000,00	R$ 161.491,88
PV	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 500.000,00	R$ -

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Gráfico 9 – Total investido em pesquisa agrícola destinada a SAN

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Gráfico 10 – Montante de orçamento destinado à SAN por partido.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

A partir dos dados analisados pode-se observar que ao longo da série histórica o orçamento por meio de Emendas parlamentares voltadas a SAN vem num processo de declínio, tendo seu apogeu entre os anos de 2008 e 2013, uma redução significativa nos dois últimos anos do governo de Dilma Rousseff, período que coincide com a crise econômica pelo qual o país passou, e chegando a zero no início dos governos de matriz neoliberal que se seguiram. Destaca-se, ainda, o baixo protagonismo da SAN em termos de aportes orçamentários para pesquisa agrícola de 2016 a 2020, período dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, com exceção do ano de 2019.

A análise do montante aportado por partido nos permite evidenciar a priorização da pauta da SAN por partidos de esquerda e centro-esquerda, com destaque para o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Durante os governos de matriz progressista esse elevado grau de investimento pode ser explicado pela priorização da questão alimentar pelo governo brasileiro e pela facilidade de negociação dos parlamentares destes partidos com o governo para a liberação de emendas. Por sua vez, o "*outlier*" identificado em 2019

e o parco, porém necessário, investimento em 2018 e 2020 se deve, como denotam os dados, ao esforço de resistência dos partidos de esquerda, nesse caso especificamente o Partido dos Trabalhadores.

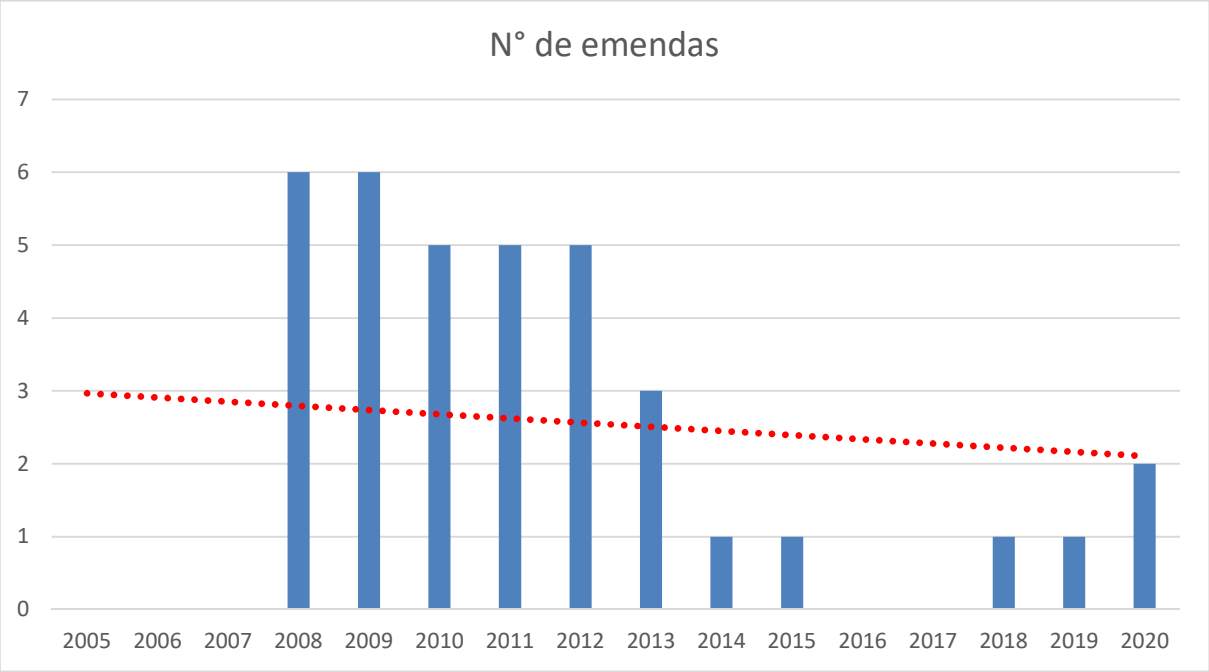
Essa mesma lógica é referendada ao analisarmos o número de emendas parlamentares destinadas à pesquisa agrícola voltada a SAN, como se pode aduzir pela tabela e os gráficos a seguir.

Tabela 3 – Número de emendas parlamentares destinadas à SAN

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	0	0	0	6	6	5	5	5	3	1	1	0	0	1	1	2
CIDADANIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
DEM	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Pcdo B	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PDT	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PPS	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PR	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
PSB	0	0	0	1	2	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
PSC	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
PT	0	0	0	5	4	1	3	2	2	1	1	0	0	1	1	1

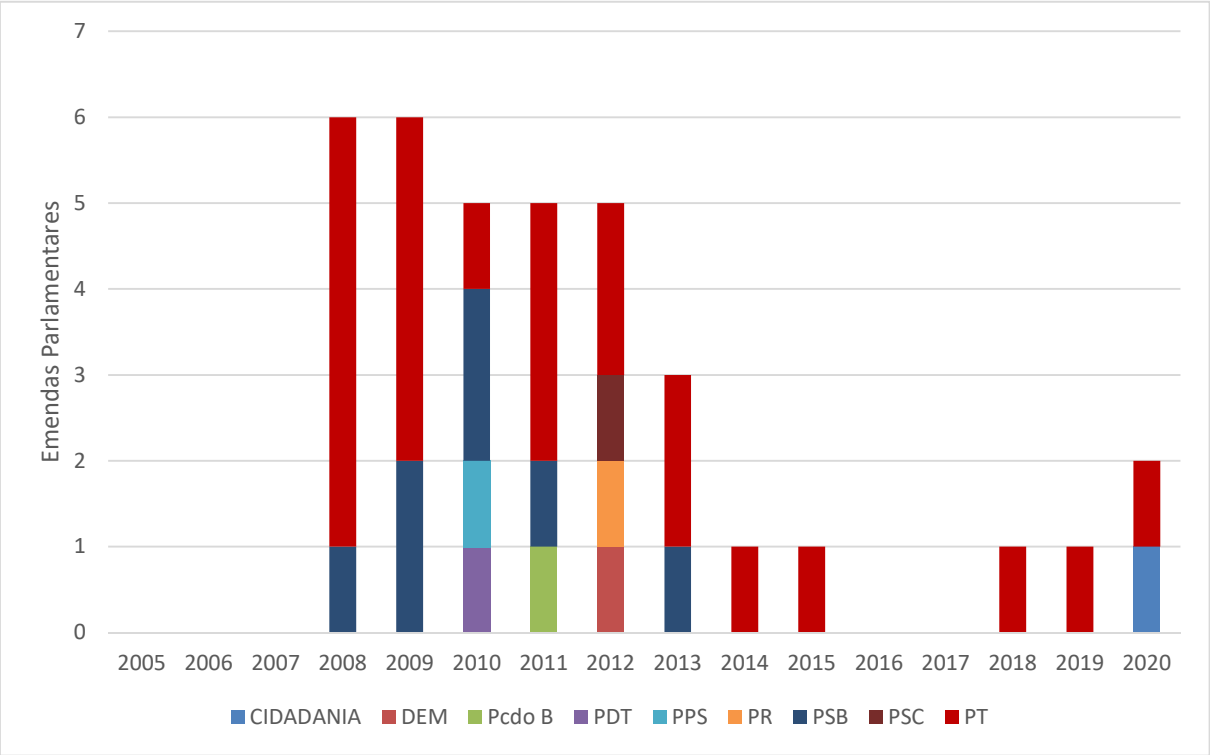
Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Gráfico 11 – Número total de emendas destinadas à SAN



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Gráfico 12 – Número de emendas voltadas à SAN por partido



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

A partir destes dados observa-se uma redução do número de Emendas Parlamentares ao longo da série histórica, o declínio no período final da era progressista, a redução a zero no início do período neoliberal e a manutenção de patamares ínfimos ao longo do último governo.

Os dados corroboram as constatações anteriores, tendo o Partido dos Trabalhadores papel fundamental para o custeio de pesquisas agrícolas destinadas a SAN e, como agente de resistência, em meio a política neoliberal de corte orçamentário para a pesquisa adotado nos últimos governos, para que a SAN permaneça na agenda de pesquisa da EMBRAPA.

Com efeito, essa dinâmica de priorização de investimentos em pesquisas agrícolas voltadas à SAN por partidos de esquerda e centro-esquerda denota e confirma, na prática, o compromisso deste campo político para com a pauta da Soberania Alimentar.

O perfil de aportes financeiros por Emendas Parlamentares no que se refere a pesquisas agrícolas que têm como beneficiário a agricultura familiar é expresso pela tabela e gráficos a seguir.

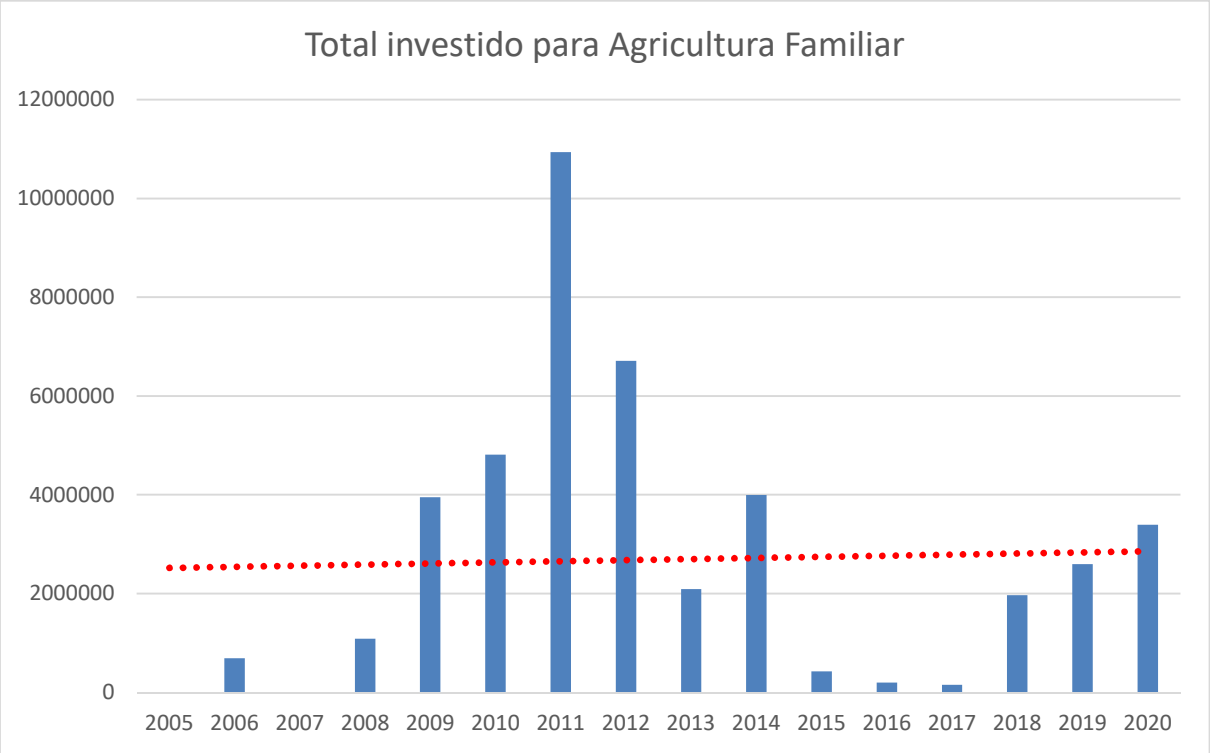
Tabela 4 – Emendas parlamentares destinada à Agricultura Familiar

Ano	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Total	R$ -	R$ 690.000,00	R$ -	R$ 1.090.000,00	R$ 3.950.000,00	R$ 4.810.000,00	R$ 10.940.000,00	R$ 6.710.000,00
DEM							R$ 350.000,00	R$ 1.150.000,00
MDB						R$ 200.000,00	R$ 400.000,00	R$ 750.000,00
PCdoB					R$ 700.000,00		R$ 100.000,00	
PDT						R$ 100.000,00		
PMN						R$ 500.000,00		
PP					R$ 450.000,00			
PR								R$ 200.000,00
PSB					R$ 1.000.000,00	R$ 850.000,00	R$ 4.420.000,00	R$ 400.000,00
PSDB				R$ 800.000,00	R$ 300.000,00			
PSL								R$ 540.000,00
PSol		R$ 300.000,00						
PT		R$ 390.000,00		R$ 290.000,00	R$ 1.500.000,00	R$ 1.960.000,00	R$ 2.960.000,00	R$ 3.670.000,00
PV						R$ 1.200.000,00	R$ 2.710.000,00	
Ano	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Total	R$ 2.090.000,00	R$ 3.997.787,39	R$ 424.641,36	R$ 200.000,00	R$ 153.825,00	R$ 1.965.865,97	R$ 2.599.841,00	R$ 3.393.494,03
Cidadania		R$ 330.000,00						R$ 219.997,42
DEM						R$ 299.279,61	R$ 300.000,00	
MDB		R$ 499.972,00						
PMN		R$ 168.000,00						
PP		R$ 585.000,00						
PR		R$ 410.000,00				R$ 200.000,00		
PRB						R$ 200.000,00		R$ 149.898,63
PSB	R$ 190.000,00	R$ 500.000,00			R$ 153.825,00		R$ 500.000,00	
PSD	R$ 100.000,00	R$ 200.000,00				R$ 150.000,00	R$ 500.000,00	

PSDB		R$ 793.317,39						R$ 349.541,69
PSol						R$ 278.357,97		R$ 150.000,00
PT	R$ 1.800.000,00	R$ 511.498,00	R$ 424.641,36	R$ 200.000,00		R$ 672.234,08	R$ 1.299.841,00	R$ 1.426.479,61
PTB						R$ 165.994,31		
REDE								R$ 997.576,68
Solidariedade								R$ 100.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Gráfico 13 – Total destinado à Agricultura Familiar



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

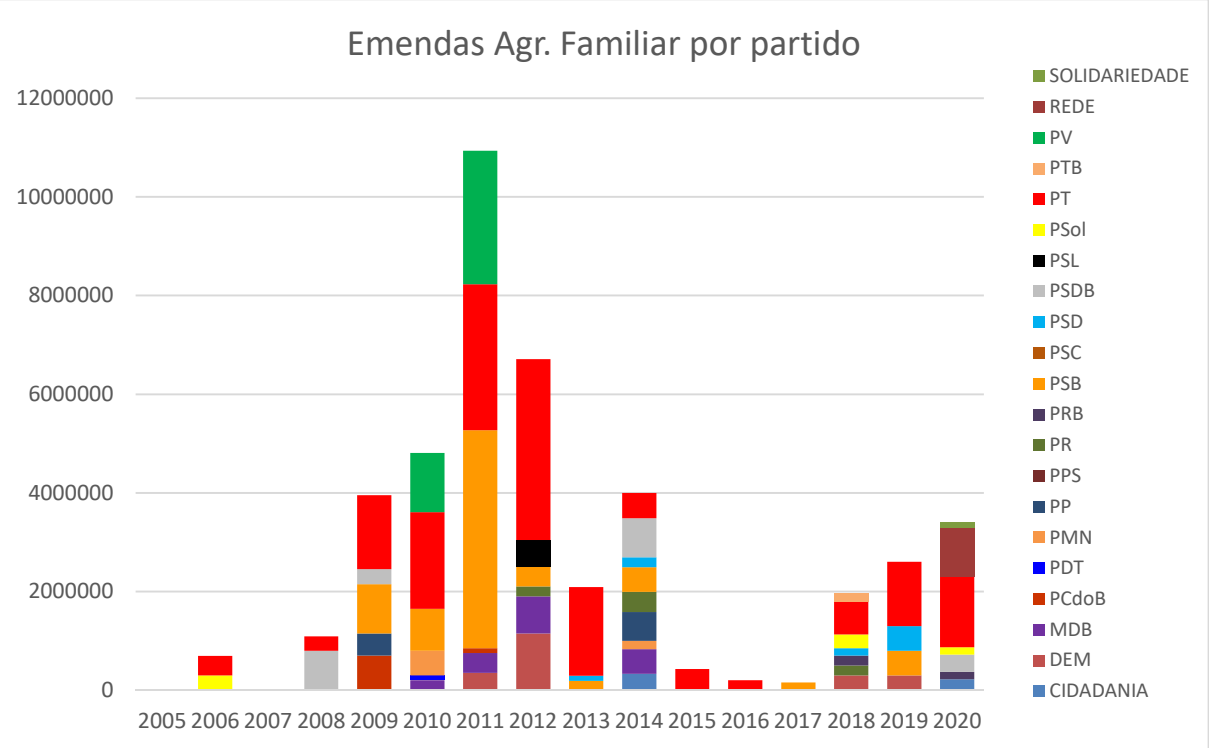
Em termos de aporte orçamentário, os dados apresentados permitem verificar uma tendência de estabilidade ao longo da série histórica, diferente do que ocorre com a SAN, no entanto a mesma prevalência de orçamento de Emendas Parlamentares no período progressista entre 2008 e 2014 é evidenciada. Da mesma feita, percebe-se uma redução acentuada para o período da crise econômica enfrentada pelo país, que se mantém no início do período neoliberal, tendo um

discreto acréscimo nos demais anos, aquém dos patamares praticados no período anterior.

Também aqui destaca-se a política neoliberal de corte de orçamento para a pesquisa, em especial para a pesquisa agrícola, denunciada no capítulo predecessor, como agente motriz para o comportamento de crescimento nesse último período do aporte de Emendas Parlamentares para a pesquisa direciona à agricultura familiar. De fato, a escassez de recursos destinados a empresa pelo poder executivo tem fomentado cada vez mais a peregrinação de gestores em busca de apoio parlamentar para que as unidades da empresa cumpram com as entregas à sociedade.

Do ponto de vista da distribuição orçamentária por partido é possível também constatar o protagonismo de partidos de esquerda e centro-esquerda, como o PT, PSol, PCdoB, PV e PSB, não obstante, para esta categoria verifica-se uma maior pulverização de partidos, incluindo partidos de direita e extrema direita, a exemplo de PSDB e PSL, ainda que em patamares muito reduzidos.

Gráfico 14 – Emendas destinadas à Agricultura Familiar por Partido

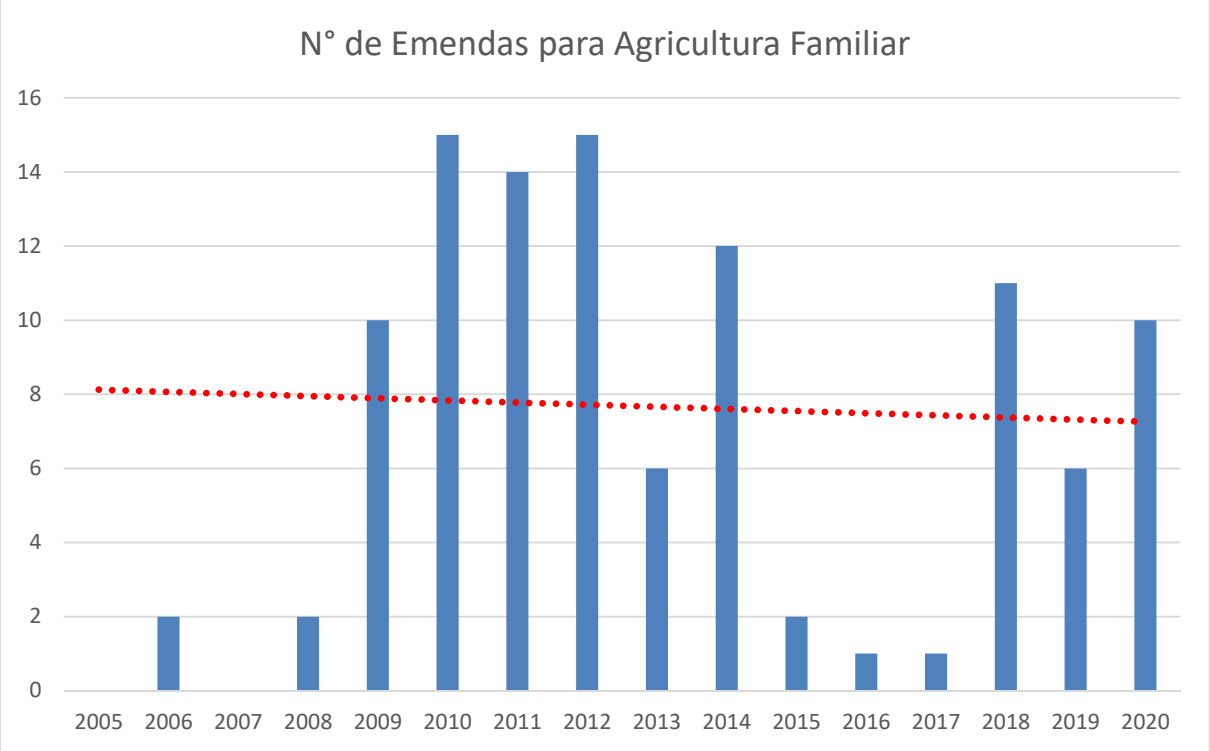


Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Esta maior pulverização de emendas parlamentares por partidos, nessa categoria, pode ser explicada pelo processo de busca de fidelização da base eleitoral de cada parlamentar. Ocorre que, muitos parlamentares de direita e extrema direita são alçados ao mandato por contribuição significativa de votos do homem do campo, mesmo quando se trata daquele trabalhador mais humilde. Essa identidade do homem do campo e os agentes políticos de direita e extrema direita tem uma raiz histórica e cultural no Brasil, algo que, em que pese não seja o objeto desse estudo, repercute diretamente nos resultados apresentados.

Quando analisamos a distribuição orçamentária pelo número de Emendas efetuadas para a agricultura familiar, verificamos um comportamento que diverge do comportamento de estabilidade apresentado pelo aporte orçamentário na série histórica.

Gráfico 15 – Número de emendas destinadas à Agricultura Familiar



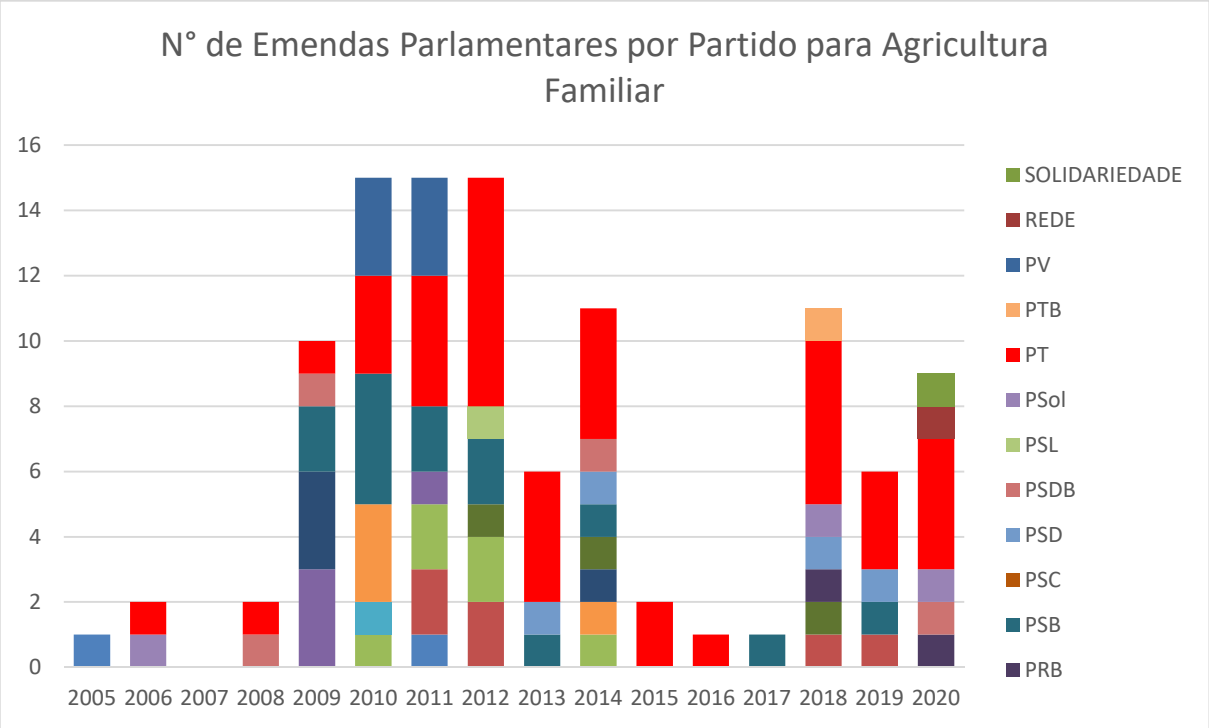
Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Percebe-se que há uma ligeira tendência de redução do número de Emendas destinadas à pesquisa para agricultura familiar, em que pese se repitam os períodos de apogeu e declínio em meio ao projeto político progressista de governo e a redução drástica no início do período neoliberal. Diverge também a análise pelo número de emendas quanto ao último período (2018-2020) onde percebe-se um incremento significativo no número de emendas parlamentares.

Em termos globais pode-se aduzir que neste período final há uma elevação do número de Emendas Parlamentares, sem que haja um incremento do montante investido em pesquisa agrícola volta a agricultura familiar.

Quando se correlaciona o número de emendas com os partidos de onde decorrem, também se identifica o protagonismo das emendas parlamentares dos partidos de esquerda e centro-esquerda durante toda a série histórica (PT, PSB, PCdoB, PDT, PSol), com especial importância para o período de crise econômica, de 2015 a 2017, e no último período, de 2018 a 2020, no qual desempenha um papel de resistência, complementando o orçamento da empresa combalido pela política neoliberal.

Gráfico 16 – Número de emendas voltadas à Agricultura Familiar por partido



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

A categoria “práticas agroecológicas” apresenta comportamento similar a agricultura familiar dentro da série histórica de aportes orçamentários por Emendas Parlamentares para a pesquisa agrícola. Com efeito, ao se observar os dados e os gráficos resultantes, vislumbramos o mesmo ápice de aportes entre os anos de 2009 e 2014, uma redução drástica entre 2015 e 2017, uma retomada no último período e uma tendência de elevação no período global.

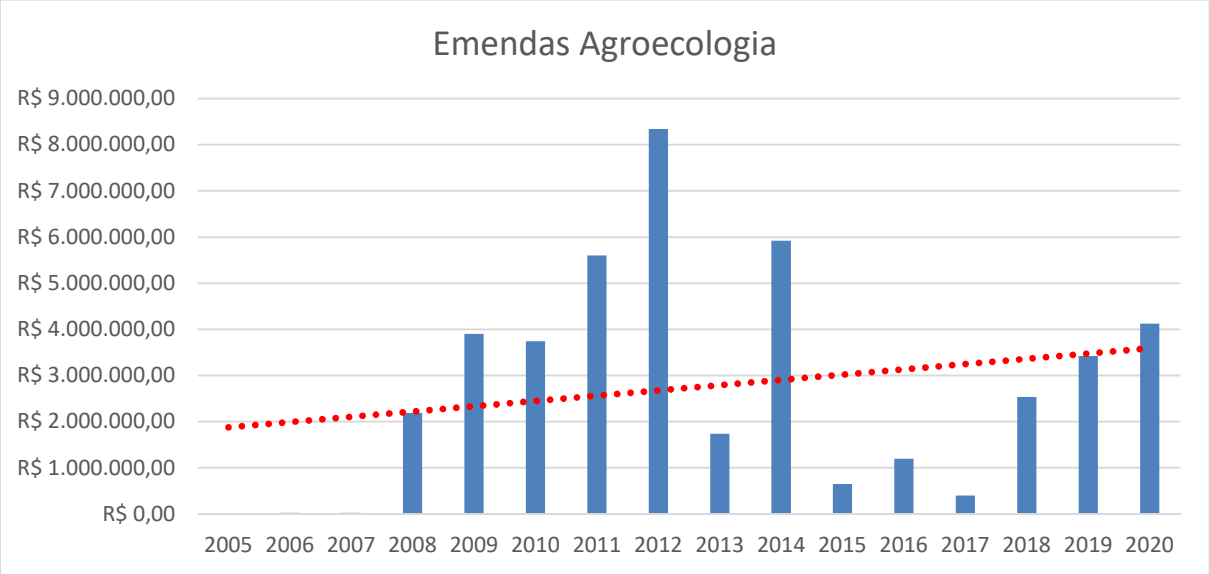
Tabela 5 – Emendas parlamentares voltadas a Agroecologia

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total	R$ 0,00	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00	R$ 2.190.000,00	R$ 3.900.000,00	R$ 3.740.000,00	R$ 5.600.000,00	R$ 8.340.000,00
PPS/Cidadania	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 700.000,00		R$ 300.000,00
DEM/PFL	R$ 0,00	R$ 25.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 450.000,00	R$ 200.000,00	R$ 1.150.000,00
MDB	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 0,00	R$ 450.000,00	R$ 2.230.000,00
NOVO	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00		R$ 0,00
PCdoB	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 100.000,00	R$ 0,00
PDT	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
PHS	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 250.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
PL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
PMN	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 200.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
PP	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 250.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
PR	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
PRB	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
PSB	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 25.000,00	R$ 350.000,00	R$ 400.000,00	R$ 350.000,00	R$ 720.000,00	R$ 1.500.000,00
PSC	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 700.000,00
PSD	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
PSDB	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 250.000,00	R$ 620.000,00	R$ 0,00
PSL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 540.000,00
PSol	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
PT	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.440.000,00	R$ 2.700.000,00	R$ 1.290.000,00	R$ 1.210.000,00	R$ 1.920.000,00
PTB	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
PV	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 300.000,00	R$ 200.000,00	R$ 500.000,00	R$ 2.300.000,00	R$ 0,00
REDE	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Solidariedade	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Ano	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Total	R$ 1.740.000,00	R$ 5.920.412,00	R$ 649.000,00	R$ 1.194.000,00	R$ 400.000,00	R$ 2.537.508,00	R$ 3.426.000,00	R$ 4.125.072,26
PPS/Cidadania	R$ 0,00	R$ 476.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 299.279,61	R$ 0,00	R$ 0,00
DEM/PFL	R$ 0,00	R$ 460.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 200.000,00
MDB	R$ 0,00	R$ 430.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 100.000,00
NOVO	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 500.000,00
PCdoB	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 150.000,00

PDT	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 500.000,00	R$ 0,00
PHS	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
PL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 150.000,00
PMN	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
PP	R$ 0,00	R$ 683.824,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 167.000,00
PR	R$ 0,00	R$ 100.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 200.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
PRB	R$ 0,00		R$ 200.000,00	R$ 350.000,00	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00	R$ 0,00	R$ 347.415,80
PSB	R$ 740.000,00	R$ 1.794.473,00	R$ 150.000,00	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00	R$ 750.000,00	R$ 600.000,00	R$ 0,00
PSC	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 300.000,00	R$ 0,00
PSD	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 250.000,00
PSDB	R$ 0,00	R$ 400.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 250.000,00	R$ 0,00	R$ 349.500,00
PSL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
PSol	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00		R$ 0,00
PT	R$ 1.000.000,00	R$ 1.282.526,00	R$ 299.000,00	R$ 644.000,00		R$ 672.234,08	R$ 1.264.000,00	R$ 913.579,78
PTB	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 165.994,31	R$ 262.000,00	R$ 0,00
PV	R$ 0,00	R$ 293.589,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 500.000,00	R$ 0,00
REDE	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 997.576,68
Solidariedade	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Gráfico 17 – Emendas voltada à Agroecologia

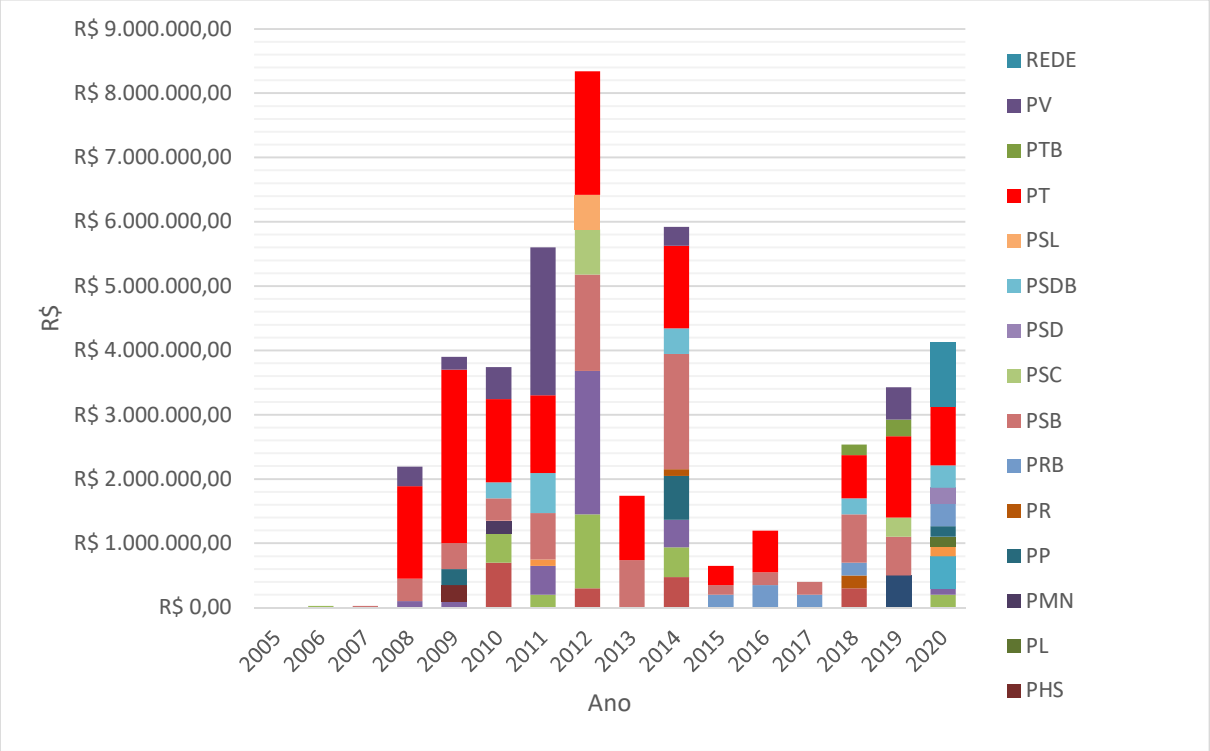


Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Quando avaliada a distribuição orçamentária por partidos temos também destacada a participação de partidos de esquerda e centro-esquerda como PT e

PSB, exercendo um protagonismo em termos de aporte financeiro para as pesquisas com foco em práticas agroecológicas.

Gráfico 18 – Emendas voltadas à Agroecologia por partido



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

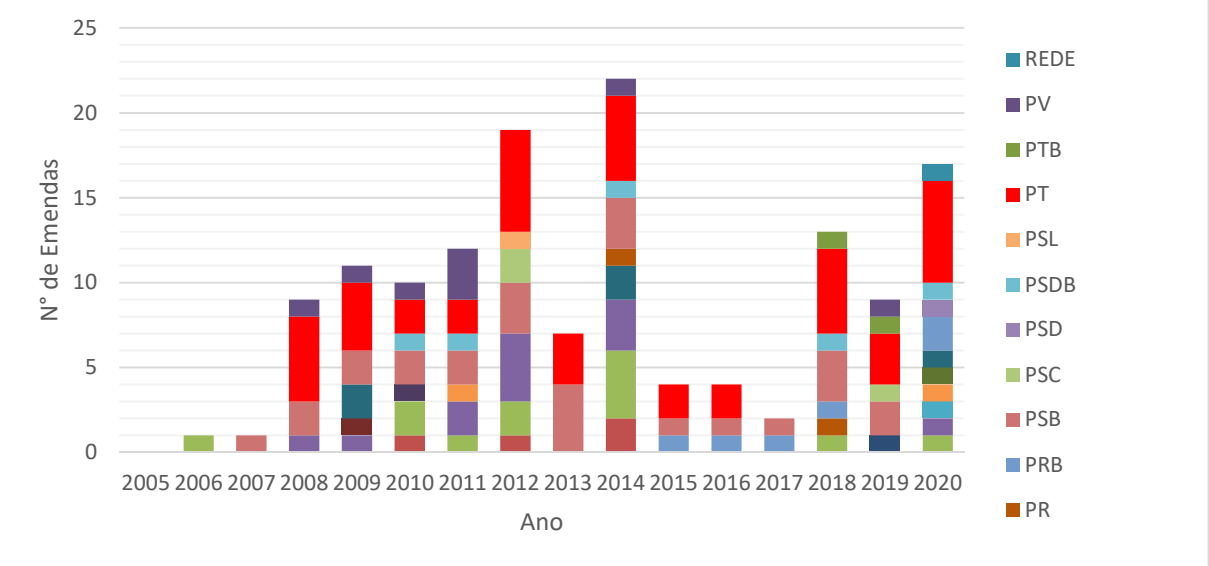
A análise pelo número de emendas parlamentares, em que pese uma maior pulverização de legendas quando comparado a categoria SAN, também corrobora as constatações anteriores, denotando a importância de partidos como PT e PSB, entre outros partidos de esquerda e centro-esquerda, na composição do orçamento da Embrapa para pesquisas voltadas às práticas agroecológicas. Evidencia-se, também, o processo de suplementação orçamentária por parte do legislativo no período em que a política econômica neoliberal intensificou cortes na pesquisa.

Tabela 6 – Número de emendas voltadas à agroecologia

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	0	1	1	9	11	10	12	19	7	22	4	4	2	13	9	10
PPS/CIDADANIA						1		1		2						
DEM/PFL		1				2	1	2		4				1		
MDB				1	1		2	4		3						1
NOVO																1
PCdoB							1									1
PDT															1	
PHS					1											
PL																1
PMN						1										
PP					2					2						1
PR										1				1		
PRB											1	1	1	1		2
PSB			1	2	2	2	2	3	4	3	1	1	1	3	2	
PSC								2							1	
PSD																1
PSDB						1	1			1				1		1
PSL								1								
PSol																
PT				5	4	2	2	6	3	5	2	2		5	3	
PTB														1	1	
PV				1	1	1	3			1					1	
REDE																1
SOLIDARIEDADE																

Fonte - Elaborado pelo autor, 2022.

Gráfico 19 – Número de emendas voltadas à Agroecologia por partido



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

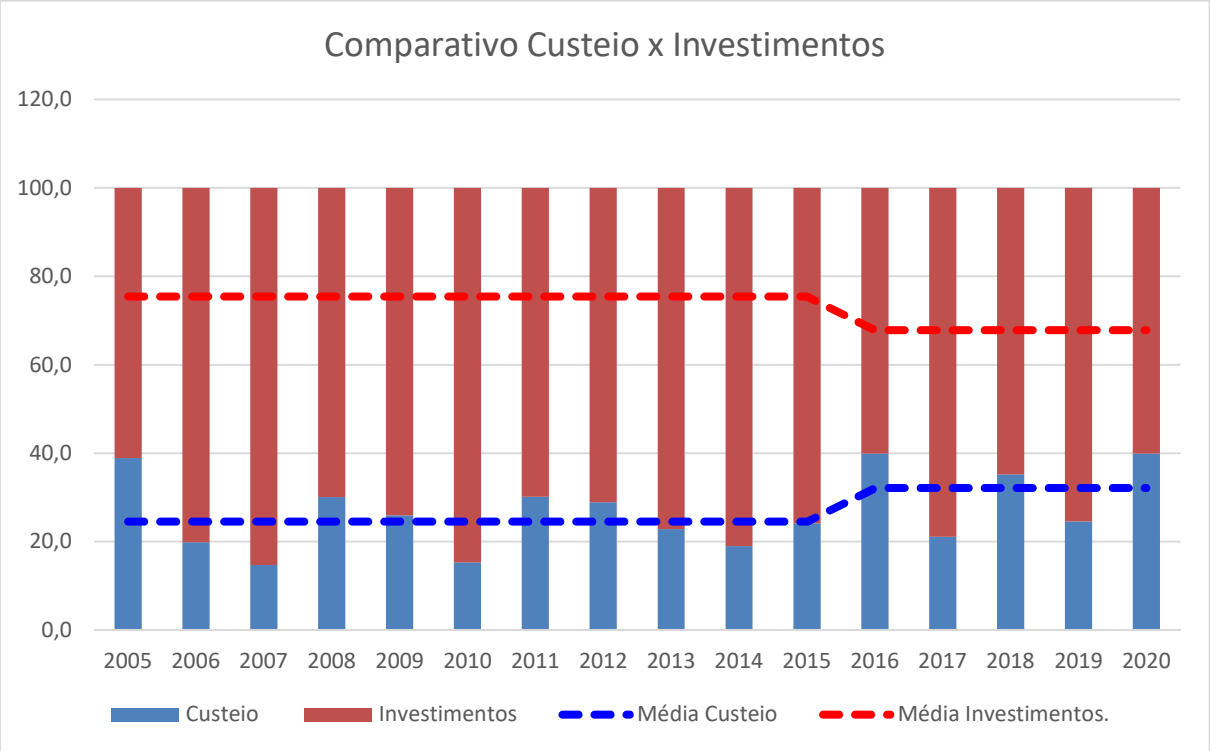
Uma análise importante para a compreensão da dinâmica do aporte de recursos por emendas parlamentares é o comparativo entre recursos destinados a investimentos e a custeio nos períodos de governos progressistas e neoliberais.

Tabela 7 – Emendas parlamentares: Custeio x Investimentos

Ano:	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Custeio	R$ 370.000,00	R$ 430.000,00	R$ 225.000,00	R$ 1.380.000,00	R$ 3.420.000,00	R$ 2.255.000,00	R$ 5.316.000,00	R$ 4.006.000,00
Investimento	R$ 580.000,00	R$ 1.735.000,00	R$ 1.304.000,00	R$ 3.210.000,00	R$ 9.750.000,00	R$ 12.475.000,00	R$ 12.313.000,00	R$ 9.834.000,00
Ano:	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Custeio	R$ 1.815.000,00	R$ 2.808.329,65	R$ 778.874,00	R$ 677.134,00	R$ 170.000,00	R$ 2.381.260,05	R$ 1.891.956,00	R$ 3.952.784,46
Investimento	R$ 6.125.000,00	R$ 11.984.321,09	R$ 2.444.673,86	R$ 1.019.755,00	R$ 634.988,17	R$ 4.381.048,28	R$ 5.800.547,05	R$ 5.954.366,53

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Gráfico 20 – Emendas parlamentares: Custeio x Investimentos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Como se pode constatar, a partir de 2016 há em termos percentuais uma redução dos aportes para investimentos e uma elevação dos aportes para custeio, o que evidencia o processo de suplementação orçamentária promovido por congressistas para a manutenção básica da estrutura de pesquisa da empresa. Essa dinâmica justifica o aumento do número de Emendas Parlamentares e a maior pulverização de recursos em termos partidários no atual período de política

neoliberal. Assim que, sendo uma dinâmica global para as Emendas Parlamentares repercute diametralmente sobre os investimentos em pesquisas, direta e indiretamente, voltadas a SAN. Boa parte dos recursos advindos de Emendas Parlamentares que poderiam estar contribuindo para novos estudos acabam destinadas à manutenção da máquina pública (mantimento de rebanhos, manutenção de estruturas, de equipamentos e maquinários, custeio de energia elétrica, conectividade, telefonia, limpeza, vigilância, etc.).

3.1.3 Termos de Execução Descentralizada (TED)

Outra fonte de recursos que tem sido hodiernamente importante para a execução da agenda de pesquisa da Embrapa são os “Termos de Execução Descentralizada” (TED).

O “TED” foi criado por meio do Decreto N° 10.426 de Julho de 2020, tendo sua definição expressa no Art. 2°, I:

> Termo de Execução descentralizada – TED - Instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática.

Segundo seu site oficial, para a EMBRAPA, trata-se de “*uma oportunidade de desenvolver novas ações de PD&I, ampliar esforços em ações vigentes, captar recursos, fortalecer e ampliar parcerias com o Poder Executivo, Legislativo e Entidades de Representação da Agricultura*”. (EMBRAPA, TED – Termos de Execução Descentralizadas, 2022)

Com efeito, o emprego de TED’s para execução da agenda de pesquisa da empresa tem sido uma novel prática de suplementação orçamentária, porém ainda muito recente o que obstaculiza uma análise quanto a sua incidência em termos de pesquisas voltadas à SAN.

Análise para o período em apreço nesse estudo mostra-se ainda prejudicada, haja vista o ainda incipiente acervo documental com relação as TED's executadas pela empresa, as publicações disponíveis no portal da transparência da mesma limitam-se apenas ao ano de 2021.

Embora esta fonte de orçamento ainda não permita uma avaliação profícua dos impactos do modelo econômico neoliberal na agenda de pesquisa volta a SAN na Embrapa, impende este destaque tendo em vista seu potencial para tal desiderato a médio e longo prazos.

3.2 Mudanças institucionais: O Projeto Transforma Embrapa e seu impacto sobre a Pesquisa Agrícola voltada à SAN.

O processo de corte no orçamento voltado a pesquisa agrícola promovido pelo modelo neoliberal não foi um fenômeno isolado, está vinculado a pretensão de apropriação do patrimônio público, nesse caso os ativos[17] da Embrapa, pelo capital privado.

A dinâmica de enfraquecimento dos investimentos públicos em pesquisa agrícola vem associada permanentemente ao assédio do capital ao "*Know-how*" da empresa por meio da proposta de estabelecimento de Parcerias Público Privadas (PPP's).

De fato, o interesse do capital pelos ativos da Embrapa é uma constante histórica que sempre foi função da hegemonia no campo de disputa entre modelos de desenvolvimento agrário brasileiro, de um lado o modelo voltado ao Agronegócio e de outro o modelo voltado para a agricultura familiar, reforma agrária e comunidades tradicionais (NORONHA & OLIVEIRA FALCON, 2018).

No setor agrícola, esteio precípuo do capitalismo brasileiro, essa disputa apresenta uma assimetria congênita onde a hegemonia do agronegócio é presente mesmo em governos de matriz progressista. Assim é que, historicamente, os

[17]Dentre os principais ativos de interesse na Embrapa podemos destacar os BAG's, Bancos ativos de Germoplasma e o capital intelectual da empresa, tanto do ponto de vista da mão de obra qualificada, de alto custo de manutenção para a iniciativa privada, quanto do conhecimento acumulado, mormente no que diz respeito a pesquisa de base.

ministros de Estado encarregados da pasta da agricultura sempre foram indivíduos, em maior ou menor grau, vinculados ao agronegócio, constituindo-se esse ministério em uma das moedas de troca mais valiosa na hora de se estabelecer uma composição com a Direita para a governança do país.

Essa disparidade na luta pela hegemonia, amenizada em governos progressistas, se sobressalta em períodos como o atual, onde a lógica neoliberal é motriz para o modelo econômico de governo.

No que se refere a pesquisa agrícola pública o corolário dessa hegemonia tem se cristalizado na figura do Projeto “Transforma Embrapa”, em que há a previsão de institucionalização das PPP’s dentro da estrutura da empresa, por meio do desenvolvimento de tecnologias conjuntas e capitalização dos resultados pelo mercado. O que o movimento dos trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento agropecuário, por meio de seu sindicato (SINPAF), tem denunciado como: “*Socialização dos custos e privatização dos lucros*!”

Essa reestruturação em andamento, promovida pelo lobby do agronegócio junto a sua bancada ruralista e ao poder executivo, impacta de forma contundente o compromisso do Estado brasileiro para com a SAN, na medida em que os cortes de orçamento público passaram a ser suprimidos pelo investimento privado. Esse investimento visando o lucro condiciona a agenda de pesquisa agrícola da empresa a desenvolvimento de “ativos” tecnológicos comercializáveis, comprometendo o financiamento de pesquisas de base e aquelas voltadas à SAN.

A título exemplificativo destaca-se a promoção de pesquisas direcionadas ao controle biológico de pragas quando contrapostas a pesquisa voltada ao desenvolvimento de defensivos agrícolas de interesse comercial por multinacionais. Inegável a probabilidade de investimento da segunda em detrimento da primeira. De outra banda, a comercialização dessas novas tecnologias em patamares de mercado põe em cheque a função social precípua a uma empresa pública.

Impende, porém, antes de um aprofundamento das contradições do projeto “Transforma Embrapa”, que se realize um cotejo do processo evolutivo do qual se originou a reestruturação em curso, haja vista não se tratar de uma inovação abrupta, mas sim de um processo contínuo e gradativo fomentado pelo agronegócio.

3.2.1A edificação do ambiente propício a reestruturação da Embrapa

Ainda durante o governo progressista de Dilma Rousseff, em 2016, foi anunciado pela então Ministra do Mapa, Kátia Abreu, a proposta de criação da EmbrapaTec. Essa empresa, subsidiária da Embrapa, seria responsável pela comercialização de tecnologias, produtos e serviços. A proposta ainda previa que a EmbrapaTec poderia ser sócia minoritária de outras empresas que estivessem de acordo com as diretrizes e prioridades definidas nas políticas de ciência, tecnologia, inovação e de desenvolvimento industrial da estatal. (Brasil. Agência Câmara de Notícias, 2022)

A proposta de lei que prevê a criação desta subsidiária, PL 5243/2016, em que pese ainda em tramitação, está parada desde outubro de 2018 aguardando a criação de uma comissão temporária para a discussão, o que denota o arrefecimento desta primeira investida do agronegócio.

Do ponto de vista legal a Lei de Inovação (Lei N° 13.243/2016) e o Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Decreto N° 9.283/2018) foram preponderantes para que o Projeto Transforma Embrapa fosse colocado em curso, regulamentando e flexibilizando a relação entre ICTs públicas e a iniciativa privada.

Dentre as regulamentações previstas no Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, merecem destaque:

> 1. Estímulos à constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação que envolvam empresas, ICT e entidades privadas sem fins lucrativos.
>
> 2. Autorização às ICT públicas integrantes da administração pública indireta, às agências de fomento, às empresas públicas e às sociedades de economia mista a participarem minoritariamente do capital social de empresas.
>
> 3. Autorização para a administração pública direta, as agências de fomento e as ICT apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação.
>
> 4. Facilidades para a transferência de tecnologia de ICT pública para o setor privado.
>
> 5. A ICT de direito público deverá instituir sua política de inovação que disporá sobre: a organização e a gestão dos processos que orientarão a transferência de tecnologia e a geração de inovação no ambiente produtivo.

> 6. O NIT poderá ser constituído com personalidade jurídica própria, como entidade privada sem fins lucrativos, inclusive sob a forma de fundação de apoio.
>
> 7. O poder público manterá mecanismos de fomento, apoio e gestão adequados à internacionalização das ICT públicas, que poderão exercer fora do território nacional atividades relacionadas com ciência, tecnologia e inovação.
>
> 8. Aperfeiçoamento de instrumentos para estímulo à inovação nas empresas, como a permissão de uso de despesas de capital na subvenção econômica, regulamentação da encomenda tecnológica e a criação do bônus tecnológico.
>
> 9. Regulamentação dos Instrumentos Jurídicos de parcerias para a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação: termo de outorga, acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação, convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação.
>
> 10. Possibilidade de transposição, remanejamento ou transferência de recursos entre categorias de programação.
>
> 11. Prestação de contas simplificada, privilegiando os resultados obtidos.
>
> 12. Dispensável a licitação para a aquisição ou contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento. No caso de obras e serviços de engenharia o valor limite passa de R$ 15.000,00 para R$ 300.000,00.
>
> 13. Documentação exigida para contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento poderá ser dispensada, no todo ou em parte, para a contratação de, desde que para pronta entrega ou até o valor R$ 80.000,00.
>
> 14. Os processos de importação e de desembaraço aduaneiro de bens e produtos utilizados em pesquisa científica e tecnológica ou em projetos de inovação terão tratamento prioritário e procedimentos simplificados. (BRASIL, s.d.) (Grifos nossos)

A Lei de Inovação e o Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação foram duramente criticados pela comunidade cientifica, haja vista a política de mercantilização da pesquisa e do conhecimento que instituem, nesse sentido oportuna manifestação realizada pela Associação dos Docentes da UNESP:

> Em meio à atual conjuntura mundial, em que a lógica do mercado se impõe fortemente sobre todas as esferas da vida social, configurando um sistema totalitário em moldes neoliberais, uma reflexão crítica se faz necessária acerca dos impactos danosos causados por esse domínio do imperativo econômico – expressos pela Lei de Inovação (Lei 10.973/2004) e pelo Marco Legal para Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/2016) – sobre a (...), a produção do conhecimento científico [...].
>
> Para além do discurso apologético e falacioso (...), que exalta as supostas vantagens econômicas desse projeto de apropriação privada do conhecimento científico produzido (...), uma avaliação consequente acerca dessa realidade exige que se leve em consideração as contradições inerentes a essa concepção empresarial de “ciência”, que dá sustentação ao Marco Legal para Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCTI) e à referida Lei de Inovação, uma vez que essa regulamentação, que privatiza o conhecimento de domínio público, tem implicações profundas sobre a

> dinâmica da produção da pesquisa científica. A produção de conhecimento submetida à regra do mercado avilta e degrada a autonomia universitária e esvazia o seu papel estratégico para soberania nacional.
>
> A concepção positivista e tecnicista de ciência subjacente à Lei de Inovação e ao MLCTI, comprometida tão somente com a busca do lucro privado, de resultados aplicáveis e economicamente viáveis, perde de vista não apenas a necessidade de promover o bem-estar e difundir o esclarecimento por toda a sociedade, mas também a consciência reflexiva acerca de sua própria origem no curso do desenvolvimento histórico das forças produtivas do capitalismo industrial, postulando uma modalidade de ciência alienada em sua essência.
>
> Surge, dessa forma, com a Lei de Inovação e o MLCTI, a regulamentação de uma concepção reducionista e fragmentada de ciência, subordinada prioritariamente ao processo de acumulação de capital, como um fim em si; e cujo compromisso radical com essa lógica se traduz pela valorização exacerbada do progresso técnico, ou seja, da inovação tecnológica, da corrida pelo registro de novas patentes, da cobrança por produtividade – com inspiração e viés taylorista - sobre os docentes e pesquisadores [...]. (ANDES, 2020)

Com efeito, o que se observa é que o Novo Marco cumpre uma exigência estrutural do capitalismo que impõe a diminuição do tempo entre a produção científica e sua aplicação em serviços, produtos e processos. Com isto a ciência básica ou aplicada, destinada para o bem público, é constrangida a mudança pelo poder econômico, sendo exigido um novo tipo de conhecimento que obedeça as demandas de mercado, postas não mais por indicadores exclusivamente científicos, mas também pela financeirização da economia. (SILVA JUNIOR & KATO, 2018)

O assédio do capital sobre a pesquisa pública, desta feita, logra êxito ao se institucionalizar. Esse foi um dos precedentes para que o projeto transforma Embrapa fosse colocado em curso, pois retirou as amaras legais que inviabilizariam qualquer tipo de investida do agronegócio sobre a capitalização das pesquisas desenvolvidas pela Embrapa.

Outro movimento prévio colocado em curso pelo agronegócio na busca da exploração econômica dos ativos da Embrapa se deu a partir da guinada do modelo de governança do Estado a partir do impeachment de 2016 com o processo de descrédito da empresa por meio de críticas públicas a seu modelo de atuação.

Recorrentes passaram a ser manifestações nas mídias de comunicação por expoentes do agronegócio, políticos, intelectuais do setor agrícola e mesmo pesquisadores do próprio quadro da empresa, criticando a política de pesquisa agrícola adotada pela Embrapa, seu elevado orçamento e exigindo mudanças.

Em matéria da revista Época Negócios de abril de 2018, intitulada: “*Embrapa perde relevância para o agronegócio*”, faz-se duras críticas a empresa por meio da fala de grandes produtores rurais que se ressentem pela atual falta de parceria com a empresa. Em síntese criticam a priorização na agenda de pesquisa, na qual entendem que a empresa deveria privilegiar pesquisas que se contraponham as desenvolvidas por multinacionais na área da monocultura, oferecendo tecnologias mais baratas ao agronegócio.

> "A Embrapa deixou de ser o grande banco intelectual da agricultura, como foi até os anos 90", afirma Inácio Modesto Filho, diretor de produção da Bom Futuro, grupo que cultiva 275 mil hectares de soja, 120 mil de algodão e 120 mil de milho, além de ter 120 mil cabeças de gado. "Podia ser em genética, microbiologia, entomologia, fitopatologia, em qualquer campo do conhecimento eles tinham os grandes nomes e a serem consultados. “Hoje, segundo Modesto, 95% da pesquisa em milho, soja e algodão são feitas pela iniciativa privada. "Como a soja movimenta valores altos, muitas empresas vieram para o Brasil para fornecer esse tipo de pesquisa", afirma Eraí Maggi, fundador do Bom Futuro e maior produtor de soja do Brasil. "As multinacionais ocuparam muito esse espaço." (EMBRAPA PERDE RELEVÂNCIA PARA O AGRONEGÓCIO, 2018)

A tônica desse tipo de manifestação pública que passou a imperar denota a mobilização do agronegócio para que a agenda de pesquisa agrícola se afaste de toda e qualquer iniciativa que não vise o acumulo de capital pelo agronegócio. Nessa perspectiva, pesquisas voltadas à SAN, a agroecologia e a agricultura familiar, são encaradas como um desvio de finalidade da empresa, caracterizando a luta por hegemonia no campo de disputa por prioridade na agenda de pesquisa agrícola pública. De um lado o Agronegócio buscando ao aumento do acumulo de capital através da mais valia relativa custeada pelo Estado, do outro o pequeno agricultor lutando para que a empresa cumpra com seu papel social.

Talvez a mais emblemática manifestação e corolário deste processo, tenha sido o artigo intitulado: “Por favor, Embrapa: acorde!”, de autoria de Zander Navarro, renomado pesquisador do próprio quadro da empresa, publicado no jornal o Estado de São Paulo em janeiro de 2018.Em seu manifesto o autor assevera:

> [...] E aqui começam os problemas. Não são recentes, surgiram desde o final da década de 1990, sem reação eficaz de seus dirigentes. Sendo o espaço limitado, esboçam-se a seguir os quatro maiores impasses concretizados ao longo desse período.
>
> Primeiramente, à luz das espetaculares transformações de um setor que rapidamente emerge como o principal produtor de alimentos do mundo, a Embrapa não se preocupou nem em entender essas mudanças, para achar

> um lugar virtuoso para si, nem ajustou como deveria a sua agenda de pesquisa às demandas crescentes da agropecuária. Grandes empresas, normalmente multinacionais, ocuparam o seu lugar no fornecimento de tecnologias, nas principais cadeias do agronegócio. Os 1,1 mil projetos ora em desenvolvimento ilustram a absurda e disparatada fragmentação do seu rol de pesquisas. Não existem focos de prioridade. É como se a empresa se tivesse transformado numa universidade, embora sem oferecer cursos. E isso acontece porque a Embrapa não tem, de fato, nenhuma estratégia própria.
>
> Sua missão institucional é uma vaga afirmação de inocentes noções. O mantra atual é "entregar valor à sociedade". O que isso significaria? É, na verdade, uma fuga da realidade. Ante o desafio, seu presidente deveria esclarecer à sociedade a inquietante pergunta: afinal, para que serve mesmo a Embrapa, uma das raras estatais totalmente dependentes do Tesouro?
>
> O segundo dilema foi a substituição de, acreditem, dois terços dos pesquisadores, por meio de concursos realizados em especial durante os anos petistas. Em troca desse favorecimento, Lula envolveu a empresa na África, buscando votos para tentar a vaga no Conselho de Segurança da ONU e, também, eleger o chefe da FAO. Houve a citada substituição de pesquisadores e hoje a Embrapa é dominada por uma nova geração, usualmente de extração urbana e escassos vínculos com a produção agropecuária e as realidades rurais. Somados às centenas de cargos comissionados, os custos correntes explodiram e, por isso, nos últimos anos a proporção do orçamento destinada diretamente à pesquisa vem caindo para apenas 4% a 6% do total.
>
> Os outros impasses são de natureza moral. O terceiro é um fato estatístico gerador de amplas implicações. A Embrapa, grosso modo, paga o dobro dos salários das universidades federais e suas pesquisas cada vez mais se afastam das demandas da produção. Seus pesquisadores, inexistindo uma estratégia institucional, estão encurralados diante deste chocante dilema moral: como justificar seu bem remunerado trabalho, desenvolvendo conhecimentos de escassa aplicabilidade prática? Uma comprovação: a Embrapa praticamente não realiza pesquisas econômicas, mas apenas com foco agronômico e tecnológico. Como justificar essa bizarra orientação, quando a agropecuária é a mais decisiva atividade econômica em nossos dias? (NAVARRO, 2018)

Perceptível a vinculação do autor ao ideário propalado pelo agronegócio[18], ao tecer duras críticas ao modelo adotado pela empresa, enaltece o passado da mesma, período notabilizado por sua contribuição para a revolução verde; Critica seu passado recente de cooperação internacional, durante os governos progressistas, sob a rasa alegação de tratar-se de uma política de interesses,

[18]O mesmo pesquisador é autor de artigos como: "*Agroecologia: as coisas em seu lugar (A agronomia brasileira visita a terra dos duendes)*", que traz uma crítica ao conceito de agroecologia, considerando que o conceito, "*tal como ocorre no Brasil, é principalmente um estratagema político de confrontar o dominante padrão técnico da agricultura moderna*" (NAVARO, 2013); e "*A Agricultura Familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente*", onde assevera que o uso da expressão no país observou um propósito inicial que foi sendo gradualmente modificado, atendendo menos às necessidades das famílias rurais e, mais, a outros interesses. Segundo ele: "Gradualmente, a expressão se tornou retórica e sem efetividade prática." (NAVARRO; PEDROSO, 2014)

quando em verdade, tal movimento consolidou a empresa como referência internacional de pesquisas agrícolas voltadas a superação da questão alimentar no mundo.

Há de se consignar que o posicionamento deste pesquisador não se trata de uma manifestação isolada, em verdade, mesmo dentro da instituição o embate ideológico acerca do modelo de desenvolvimento rural, e com isso de prioridades na agenda de pesquisa da empresa, está presente e segue a mesma lógica de busca por hegemonia. De um lado aqueles que militam pela pesquisa livre, voltada aos pequenos, preocupados com a edificação da soberania alimentar, de outro aqueles que se identificam com a lógica mercantil, entendendo que a pesquisa agrícola pública deve ser voltada ao aumento de produtividade para o agronegócio.

Esse processo engendrado de crítica a Embrapa foi promovido de forma consciente pelo agronegócio, e por seus asseclas, com fito único de viabilizar um ambiente propício a promoção de seus interesses no âmbito da empresa, demonizando sua dependência econômica da união e legitimando um modelo de financiamento privado que lhe possibilita a comercialização dos produtos desenvolvidos com a estrutura pública.

Tão emblemático quanto as críticas aqui apresentadas para a construção da narrativa que vem dar azo ao processo de restruturação da Embrapa, talvez seja a própria resposta pública que a empresa deu a estas manifestações a que mais denote o êxito do processo promovido pelo agronegócio.

De fato, através de uma publicação chamada “Tema: Questionamentos sobre a Atuação da Embrapa”, a empresa de forma acanhada busca se defender, mas ao contrário disso acaba por validar as críticas e a anunciar sua submissão as pressões do agronegócio:

> Nas primeiras semanas de janeiro de 2018, a atuação da Embrapa foi questionada em uma série de matérias jornalísticas e artigos publicados na imprensa, a partir da polêmica causada pela demissão de um empregado e também pelas críticas feitas quanto ao papel e a eficiência das estatais brasileiras. Toda manifestação pública contribui para promover ou enriquecer debates numa sociedade democrática. No entanto, para garantir maior clareza dos fatos, e em respeito aos colaboradores da Embrapa, parceiros e toda a sociedade, é necessário esclarecer os seguintes pontos:
>
> 1 – A Embrapa iniciou, em 2017, uma ampla revisão de seu modelo de gestão e governança. Aprovou em outubro do mesmo ano, por meio do Conselho de Administração (Consad), uma histórica reestruturação em

resposta ao momento de restrições orçamentárias, à Lei do Teto de Gastos e à Lei das Estatais. Para aumentar eficiência e dar mais agilidade interna, a Empresa revisou processos e estruturas, o que resultou em 2017 na redução de 17 para 6 áreas administrativas na sua Sede e de 46 para 42 unidades de pesquisa e inovação. O processo de mudança seguirá em 2018 junto aos centros de pesquisa em todo o Brasil, com objetivo de proporcionar mais economia e substancial ganho em eficiência*.

A Empresa está passando pela maior transformação administrativa de sua história para adequá-la aos novos tempos e prepará-la para atender as necessidades presentes e futuras da agricultura brasileira. Não é correto, portanto, acusar a Embrapa de imobilidade diante dos desafios ou das mudanças que afetam a agropecuária nacional. Nossas equipes estão a todo momento atentas ao que está afetando o campo, antenadas com os problemas dos produtores rurais e se articulando com os atores que fazem o sucesso da agricultura tropical, mesmo com todas as dificuldades diárias que nos afetam.

2 - Ao acusar também a Empresa de não gerar hoje tecnologias de impacto e viver de glórias do passado, matérias e artigos ignoram uma série de soluções que estão neste momento provocando uma nova revolução na agropecuária brasileira, como os sistemas integrados ILPF; o zoneamento de risco climático; as tecnologias do Plano ABC – agricultura de baixo carbono; o processo de inteligência territorial e macrologística da agropecuária; e respostas rápidas a situações de risco, como a que ocorreu em 2014, com o severo ataque da praga Helicoverpa armigera. Isso sem falar da participação dos nossos centros de pesquisa na formação de milhares de jovens estudantes de graduação e pós-graduação, que, em parceria com as universidades, encontram nos laboratórios e campos experimentais da Embrapa cenário fértil para o desenvolvimento e aprimoramento de suas teses e trabalhos acadêmicos.

Também é preciso ressaltar que nenhuma empresa de pesquisa agropecuária no mundo consegue manter mais de 80 programas de melhoramento genético diferentes, abordando grãos (commodities de interesse comercial do grande agronegócio), pastagens, frutas, hortaliças, mandioca, espécies florestais, pecuária e aquicultura, para diferentes regiões e biomas brasileiros, que geram conexões imediatas com centenas de projetos na fronteira do conhecimento, em áreas como biotecnologia, nanotecnologia, automação, agricultura de precisão, transformação digital etc.

3 - Algumas críticas estão relacionadas ao "inchaço" da estrutura da Embrapa e ao seu alto custo de manutenção. Ações de melhoria e redução de gastos estão sendo feitas, por meio da reestruturação em curso. No entanto, criar e manter uma instituição comprometida com a inovação e a fronteira do conhecimento não é algo trivial e de baixo custo, e todos sabemos que o Brasil investe menos em pesquisa e inovação do que é realmente necessário. Mesmo com orçamento abaixo do adequado, a Empresa está sempre sujeita a riscos de contingenciamento, em especial em momentos de severas restrições orçamentárias como o atual.

Salários estão sendo simploriamente chamados de "custo", quando se deveria entender que bons salários são investimento, e a única maneira de assegurar a solidez dos pilares do avanço científico e tecnológico: a

inteligência e o talento. Todas as Diretorias que passaram pela história da Embrapa se comprometeram a dar boas condições de trabalho para os empregados. Os salários pagos pela Empresa são parte de seu investimento em pesquisa e inovação, atividades que requerem atração de talentos altamente capacitados e sua retenção por longo tempo.

4 - O talento dos pesquisadores da Embrapa também é fruto da diversidade de áreas do conhecimento que compõem o quadro de pessoal. Por estar atenta aos rápidos avanços em vários campos da ciência que impactam o campo, a Empresa se orgulha de ter em suas equipes agrônomos, físicos, veterinários, economistas, biólogos, químicos, cientistas da computação e tantos outros profissionais com funções e competências primordiais para atender à também muito diversa agricultura brasileira. Todos trabalhando em redes internas e externas, executando um trabalho sério e ético de norte a sul, mulheres e homens, jovens e profissionais altamente experientes, oriundos do extrato urbano e do rural, para todos os biomas e territórios, para a agricultura familiar e a empresarial. A Empresa sabe que os desafios são imensos, que as questões ambientais são prioritárias, que a transformação digital da agricultura e as mudanças no mercado trouxeram urgências que não admitem indecisão ou risco ao patrimônio de uma Nação.

5 - Apesar dos inúmeros desafios, a Embrapa e seus parceiros públicos e privados continuam dando contribuições relevantes para os agricultores brasileiros. A interação da empresa com o setor privado e com o mundo do empreendorismo é crescente e robusta, como atestam a Rede ILPF, a Unipasto, o hackatonIdeas for Milk, além dos acordos de cooperação com grande número de empresa nacionais e multinacionais atuando no agro brasileiro.

Aproximar do setor privado não é só uma estratégia para alinhar prioridades. É também de sobrevivência. Em um País carente de recursos para saúde, educação e combate à violência, precisamos enxergar possibilidades da pesquisa agropecuária diminuir a dependência do Tesouro Nacional e ampliar parcerias estratégicas. Neste momento, a Embrapa negocia com o Congresso Nacional duas frentes importantes: a criação da EmbrapaTec, subsidiária que vai permitir mais agilidade comercial sem ferir princípios e compromissos de uma empresa pública; e os fundos patrimoniais, que poderão financiar melhorias da infraestrutura e ações estratégicas, sem colocar em risco o patrimônio da Empresa, que pertence à sociedade brasileira.

6 - Preocupada com as mudanças muito rápidas no desenvolvimento científico e tecnológico, a Empresa está consolidando uma estrutura de inteligência estratégica, com equipes dedicadas a prospectar e processar sinais internos e externos, transformando-os em cenários e tendências, que direcionam a Empresa e o agro brasileiro para o futuro. Se ajustar aos desafios do presente e se preparar para o futuro não é um desafio só da Embrapa, mas de todas as instituições públicas de P&D agropecuário mundo afora. É por isso que as lideranças precisam se unir para fortalecer a pesquisa pública, que é essencial para o futuro do agronegócio nacional.

7 - A Embrapa reafirma seu compromisso com a liberdade de expressão. Opiniões e críticas construtivas modelaram o processo de decisões na história desta Empresa e, sempre que possível e oportuno, ajudaram a

> corrigir rumos da sua programação ou a redirecionar atos de gestão e governança. Por isso, é preciso ficar claro que não foi um ato isolado de publicação de um artigo em um jornal que fundamentou uma decisão administrativa da Diretoria Executiva. Foi a transgressão sistemática nos últimos anos dos nossos códigos de Ética e de Conduta, mesmo após orientações e diálogo envolvendo diversas instâncias de gestão.
>
> A natureza do processo científico implica em discussões e embates entre visões divergentes, que permitem traçar caminhos, testar hipóteses e agir em busca da construção de soluções de consenso. Contudo, como em qualquer empresa, há limites e espaços de diálogos na Embrapa que são marcados por códigos de ética e de conduta, que se ultrapassados, geram consequências, sobretudo quando esses atos provocam riscos e danos à imagem institucional.
>
> Apesar de vinculada à administração pública federal, a Embrapa é regida pelo regime celetista e o ato de demissão é prerrogativa prevista na CLT. Esta prática ocorre, sempre que necessário, nas empresas privadas, mas nas empresas públicas de direito privado, como a Embrapa, pode causar estranheza. Porém, a prática tem amparo legal e de maneira alguma foi realizada de forma impensada ou autoritária.
>
> A Embrapa continua prestando serviço essencial e relevante à agropecuária nacional. Isto significa transformar a confiança e o apoio dos produtores rurais e da sociedade em resultados concretos e impactantes para o Brasil. Somos uma empresa madura, que reconhece seus problemas e desafios e é capaz de superá-los com altivez e determinação. (EMBRAPA, 2018) (Grifos nossos)

Fica evidente no pronunciamento que a empresa fez, em que pese a defesa dos investimentos públicos para seu bom funcionamento, uma posição de subserviências as críticas, elencando mesmo medidas que visam a agradar o agronegócio.

O projeto Transforma Embrapa advém deste ambiente favorável a sua implantação, que foi edificado com o lobby do agronegócio nos campos político, legal e intelectual. No próximo capítulo passará a se discorrer sobre a condução desse processo de reestruturação, denunciado os interesses que o envolve e os efeitos nefastos para o compromisso do Estado Brasileiro para com a SAN.

3.2.2 O processo em curso de reestruturação da Embrapa

O projeto de reestruturação que a Embrapa vem enfrentando notabiliza o processo de disputa pela agenda de pesquisa agrícola pública nacional, bem como evidencia quais atores no campo político têm atuado tencionando nesta disputa.

O projeto denominado “Transforma Embrapa” foi gestado durante o atual governo federal e tem sido conduzido de forma acelerada e nada participativa, para que se estabeleça antes mesmo do fim do atual governo.

O aludido projeto foi publicizado pelo atual presidente da empresa através da imprensa em fevereiro do presente ano, para surpresa de seus trabalhadores que não tinham conhecimento do processo de reestruturação.

As próprias chamadas das matérias enaltecem aquele que seria o principal mote para a reestruturação segundo seus gestores, qual seja a ingerência do capital na agenda de pesquisa da Embrapa:

Figura 6: matéria do Estadão sobre a proposta de reestruturação da Embrapa.

Fonte: Estadão, 2022.

Figura 7 - Matéria da Revista E&N sobre a reestruturação da Embrapa

Bancos

Itaú tem lucro de R$ 26,9 bi em 2021, alta de 45% sobre o ano anterior

ECONOMIA & NEGÓCIOS

E&N

SEXTA-FEIRA, 11 DE FEVEREIRO DE 2022 O ESTADO DE S. PAULO

B1

Agronegócio Pesquisa

Embrapa busca perfil mais 'privado'

Projeto de reestruturação prevê, entre outras medidas, que empresa se associe a grupos privados para vender os produtos que desenvolve, eliminando a dependência do Tesouro

Fonte: Revista E&N, 2022.

Segundo o presidente da Embrapa, um dos supedâneos do projeto é um novo modelo de negócios: associar-se a empresas privadas que colocarem no mercado os produtos desenvolvidos em seus centros de pesquisa e, assim, obter os recursos necessários para sua operação. (ISTO É DINHEIRO, 2022)

As declarações do presidente da empresa provocaram reações imediatas de diversos setores da sociedade civil, de cientistas a servidores, preocupados com os efeitos nefastos da reestruturação proposta

Em nota pública o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST (2022) repudiou o anúncio, denunciando que a reformulação trará prejuízos a Soberania Alimentar:

> O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST repudia o processo de privatização da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que está em curso na atual gestão do governo e faz parte de um desmonte do patrimônio público do povo brasileiro.
>
> A Embrapa existe desde 1973, com relevante desempenho na pesquisa científica e desenvolvimento de tecnologias vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil. E, apesar de todas as pressões do agronegócio para que essa empresa pública atenda aos interesses do capital, são muitos/as os/as profissionais e pesquisadores/as, que a partir da Embrapa, tem uma atuação dedicada às necessidades da sociedade brasileira à serviço da ciência e soberania nacional.
>
> A sociedade brasileira não pode aceitar que o atual presidente da empresa, Celso Moretti, que assumiu o cargo de forma nada democrática, transforme a Embrapa em um balcão de negócios à serviço do agronegócio e das corporações transnacionais que só visam seus lucros, em detrimento da

> destruição ambiental e do avanço da insegurança alimentar que atinge mais da metade de brasileiros e brasileiras.
>
> Defendemos que a pesquisa pública em agricultura esteja acima dos interesses privados, sendo ferramenta fundamental para enfrentarmos os problemas estruturais que temos no Brasil, para garantir o direito à alimentação saudável para toda população, assumindo o compromisso com a soberania alimentar por meio do fortalecimento da agricultura familiar e camponesa. [...]

Também em nota a Associação Brasileira de Agroecologia - ABA (2012) se manifestou acerca da proposta de reestruturação da Embrapa demonstrando profunda preocupação com os rumos da Soberania e a SAN no Brasil:

> **Por uma Embrapa comprometida com a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil**
>
> [...] nós que fazemos parte da Associação Brasileira de Agroecologia/aba-agroecologia, estamos aqui para enaltecer a importância da Embrapa na construção do conhecimento agroecológico, bem como na condução de importantes políticas voltadas às questões agrícolas e, sobretudo, denunciar à sociedade brasileira a forma vil e leviana que esta empresa vem sendo – sorrateiramente – usurpada para atender aos interesses do agronegócio. Enterrando, por assim dizer, todo o seu compromisso moral e ético para a construção de um Brasil mais justo, equânime e solidário.

O Instituto Brasil Orgânico – IBO (2022), entidade que tem por objetivo social a representação e o apoio ao movimento orgânico brasileiro, da mesma feita, emitiu nota pública demonstrando preocupação com o anúncio: "*Com muita preocupação e indignação assistimos a uma proposta de desmonte da empresa pública de pesquisa agropecuária. A Embrapa está sendo capturada politicamente e patrimonialmente pelo setor privado do agronegócio!*"

No mesmo sentido nota da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG intitulada "*A Embrapa é do Povo Brasileiro*":

> A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) vem a público externar sua posição contra o processo de privatização da Empresa Brasileira de Pesquisa

> Agropecuária (Embrapa) que vem sendo implementada no âmbito da atual direção, sob a tutela do governo federal.
>
> A Embrapa é um patrimônio nacional, fundamental no avanço da pesquisa agropecuária e desenvolvimento de tecnologias sociais para a produção de alimentos pela agricultura familiar, como forma de garantir a segurança e soberania alimentar e nutricional da população brasileira.
>
> Essa é mais uma tentativa de desmonte do patrimônio público em atendimento aos interesses das grandes corporações que já acumulam a patente das sementes, dos insumos e dos venenos que circulam livremente na produção agropecuária do País. Esse processo tem criado diversos problemas ao desenvolvimento social e econômico brasileiro [...] (CONTAG, 2022)

O Sindicato Nacional dos trabalhadores da Pesquisa Agropecuária foi um dos primeiros entes a se manifestar denunciando o processo de desmonte da EMBRAPA:

> No momento em que o país se encontra em uma das suas piores crises, nas esferas política, econômica, ética e sanitária, em um ano de grande instabilidade, pois, além da pandemia, teremos eleições para presidente da república, governos estaduais, senadores deputados federais, o presidente da Embrapa, totalmente alinhado ao Governo Federal negacionista, anuncia, pela imprensa, o desmonte da Embrapa.
>
> Ao anunciar uma 'fantástica' e imediata reorganização institucional, a Gestão Moretti propõe cortes drásticos para fazer jus a um orçamento combalido por conta de sua inércia administrativa. Defende, ainda, a captação de recursos da iniciativa privada, por meio de um novo modelo de negócios, para transformar a Embrapa naquilo que acredita ser uma empresa ágil e eficiente. (SINPAF, 2022) (Grifos nossos)

Em reportagem do Jornal Metrópoles, intitulado: "Pesquisadores da Embrapa rechaçam ideia de "privatização" da empresa - Presidente da estatal anunciou que o futuro do órgão inclui parceria com empresas privadas e redução de pessoal" (ÉBOLI, 2022), destaca-se a indignação por parte de cientistas e servidores que foram surpreendidos com a notícia da reestruturação:

> Repercutiu muito mal o anúncio da mudança organizacional da Embrapa, na última quinta-feira. A decisão foi comunicada aos dirigentes dos 43 centros de pesquisa da instituição, sem a presença do presidente Celso Moretti, que se encontra em viagem aos Emirados Árabes. O anúncio foi feito pelo diretor Tiago Ferreira – recém-chegado à empresa, nomeado pela ministra Tereza Cristina (Agricultura) e funcionário de carreira do BNDES.

A mesma matéria destaca o desabafo em rede social da ex-diretora, Vânia Castiglioni, que recentemente deixou a empresa pelo plano de demissão voluntária: “Presidente da Embrapa parece trabalhar contra a Soberania... Que pena! Na contramão a que se destina uma empresa pública, que deve cumprir rigorosamente seu papel social” (ÉBOLI, 2022).

Em síntese, as manifestações denunciam o processo de privatização “branda” da empresa, a subversão da sua função social e as consequências para a Segurança e Soberania Alimentar Nacional.

Como já mencionado, longe de ser uma novidade, o lobby privado sobre a agenda de pesquisa da Embrapa sempre foi uma realidade posta no campo da disputa política, não obstante foi a partir dos governos progressistas que se sucederam, a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, que o mercado passou a se ressentir cada vez mais com as políticas de pesquisa agrícola voltadas a práticas sustentáveis e agroecológicas.

É a partir desse período que o agronegócio passa a se insurgir contra a política de pesquisa agrícola vigente e atuar de forma ainda mais contundente através de uma narrativa de afastamento da empresa do mercado produtivo, questionando sua estrutura e eficiência. A bancada ruralista tem papel primordial para a difusão desta retórica, aliada aos meios de comunicação de massa comprometidos com o propósito de expansão da acumulação do capital.

É neste cenário que surgem as primeiras manifestações públicas acerca de uma proposta de reestruturação da empresa com vistas a “melhoria em sua performance”, tornando-a “mais leve e mais ágil”. Também neste período surgem as primeiras especulações quanto a possível contratação da empresa *Falconi Consultores de Resultado* para elaboração de uma proposta de reestruturação da empresa. Frente a instabilidade enfrentada pelo governo interino de Michel Temer e a resistência desempenhada por trabalhadores e pela sociedade civil, as ofensivas do mercado a agenda de pesquisa da Embrapa se arrefeceram, permanecendo em latência até a eleição de Jair Bolsonaro.

Com a assunção da agenda neoliberal através do Ministro da Economia Paulo Guedes e sua política de desestatização, a Embrapa passa a figurar na lista de empresas “desestatizáveis”. Esta realidade subsiste por pouco tempo graças ao

forte lobby da bancada ruralista, uma das principais bases de apoio do governo eleito, interessada em usufruir do capital intelectual e do banco de germoplasmas da empresa, sem que para isso tivesse que assumir os custos elevadíssimos da pesquisa tecnológica.

Emerge assim a proposta do “Transforma Embrapa”, uma reestruturação que, nas palavras do presidente do sindicato de seus trabalhadores, Marcus Vinícius Vidal, visa “*transformar a empresa em um balcão de negócios, facilitando a apropriação privada da estrutura e da inteligência construídas por décadas de investimentos público*.” (SINPAF, 2022)

Cabe destacar, ainda, a denúncia feita pelo sindicato dos trabalhadores da empresa quanto ao processo pelo qual foi contratada a empresa responsável pela reformulação em curso na empresa. Segundo a entidade, “*o processo foi conduzido de forma pouco transparente e suscita estranheza*”.

A empresa Falconi teria sido contratada através de uma fundação por meio de doações de três entidades, a CNA, OCB e SEBRAE, no total de aproximadamente 1,9 milhões de reais. O presidente Marcus Vinícius destaca o fato de a gestão da empresa:

> [...] se gabar dessa proposta ter sido elaborada por uma empresa de consultoria, diga-se de passagem, regiamente remunerada com recursos ‘doados desinteressadamente’ pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). (BRASIL DE FATO, 2022)

Realmente, se por um lado o fato de uma empresa privada ser contratada para promover a reformulação de uma Empresa Pública já é algo atípico, considerando o elevado nível intelectual e capacidade técnica de seus quadros, ainda mais estranheza suscita o modo como esta empresa privada foi remunerada. Por meio de uma triangulação intermediada por uma Fundação, recursos “doados” por entes que representam os interesses do capital privado financiaram a assessoria privada.

Todo o processo, seja do ponto de vista dos prejuízos sociais que abarca, quanto a falta de transparência em sua condução, tem suscitado um forte movimento de luta e resistência pelos trabalhadores da empresa, a sociedade civil

organizada, movimentos sociais vinculados a agricultura e por parte da classe política comprometida com a luta pela SA e a SAN.

Foram realizadas duas audiências públicas no Congresso Nacional no intuito de denunciar o processo de desmonte que está sendo operado na Embrapa. A primeira realizada no dia 16 de março de 2022, por requerimento da Deputada Erika Kokay (PT/DF), em Reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional.

Em sua manifestação de abertura da cerimônia o Deputado Patrus Ananias (PT-MG) destacou a relevância do evento, haja vista tratar-se da defesa da Embrapa e com isso da Segurança Alimentar do povo brasileiro e o direito fundamental a alimentação. Rememorou o governo do Presidente Lula, no qual foi Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ocasião em que foi aprovada a LOSAN, que segundo ele está sendo totalmente descaracterizada e destruída pelo atual governo, e incluso o do Direito a Alimentação na Constituição Federal; Afirmando a importância da Embrapa para estas duas conquistas. (ANANIAS, 2022)

Impende destacar testemunho do Deputado Patrus acerca do lobby da indústria de agrotóxicos:

> Vou dizer aqui uma conversa que eu tive uma vez com um grupo... inclusive quando nós estávamos no Ministério do Desenvolvimento Agrário, já no governo da Presidenta Dilma, nós tivemos também muitos contatos com representantes da Embrapa e vários deles me garantiram, colocaram com muita segurança, que a Embrapa dispunha de pesquisa que estavam impossibilitados de tornar público, de avançar, que garantiam a sustentabilidade da nossa agricultura, da nossa agropecuária, produção de alimentos saudáveis para o Brasil e para exportação, sem o uso ou com o uso mínimo de agrotóxicos. Mas me diziam eles que o lobby poderosíssimo da indústria de agrotóxico que transita pelo mundo, muitas delas não vendem nos seus países de origem, mas vendem aqui no Brasil, impedem a divulgação destas pesquisas, que elas se tornassem realidade [...] (ANANIAS, 2022)

Em seu pronunciamento a Deputada Érika Kokay denunciou o processo de financiamento da reestruturação da empresa pelo agronegócio, alertando para os impactos na produção de tecnologia da Embrapa, que ao priorizar os interesses privados deixa de cumprir com seu papel social, colocando em xeque a Soberania Alimentar brasileira. (KOKAY, 2022)

O Deputado Pedro Uczai (PT-SC) destacou que não há problema em uma reestruturação quando esta visa acompanhar a evolução da sociedade, o problema está em uma reestruturação que visa atender o interesse privado, atendendo apenas os interesses de uma parcela da sociedade e não da sociedade brasileira. (UCZAI, 2022)

O convidado Renato Peixoto Dagnino, professor da Universidade Estadual de Campinas e analista de políticas públicas, rememorou a história de criação da Embrapa durante o regime militar na qual estava focada na exportação de *commodities* e baseada no modelo americano de desenvolvimento de pesquisa. Destacou que a Embrapa sempre foi um território de disputas de projeto político, sendo essa dinâmica de correlação de forças políticas que ocorria no contexto econômico e social que formatou a empresa como conhecemos hoje, com três grupos de pesquisadores: Um primeiro com etos de tecnociência neutra que serviria para qualquer projeto político, vinculados a uma agenda de pesquisa importada de países capitalistas descolada da realidade brasileiras; e outros dois grupos que conviviam de uma forma conflitiva, um defendendo o projeto da agricultura familiar e outro o projeto do agronegócio. Consignou que mesmo durante os governos progressistas que se sucederam a partir dos anos 2000 houve a hegemonia da pesquisa para o agronegócio, não obstante, alertou para o momento atual onde a correlação de forças é claramente a serviço da classe proprietária e do agronegócio, sendo o transforma Embrapa resultado do alinhamento da Diretoria da empresa com esse projeto político hodierno. Alegou que esse projeto de reestruturação da Embrapa vai na contramão da história, haja vista mesmo no auge do liberalismo no mundo os países não terem privatizado sua pesquisa. (DAGNINO, 2022)

Representantes da sociedade civil organizada também participaram da audiência se pronunciando sobre o projeto Transforma Embrapa, destaca-se a fala de Kelly Maforte, representante do MST, ressaltando que mesmo o movimento tendo muitas críticas à atuação da empresa entende que o mais importante no momento é fazer a defesa da Embrapa e a luta pelo caráter público da pesquisa. (MAFORTE)

Pela CONATG, Décio Lauri Sieb, destacou a importância e o papel da empresa, não obstante destacou que o objetivo e o caminho da empresa, sempre priorizou a pesquisa para o agronegócio (commodies), sendo fundamental que se fortaleça as pesquisas voltadas a agricultura familiar, que é muito diversa com seus

povos e comunidades tradicionais, que tem uma produção muito diversa, segundo ele não se pode pensar a Embrapa pesquisando um grupo pequeno de atividades produtivas. Relembrou que dos mais de 3,9 milhões de estabelecimentos familiares, só no PRONAF são cadastradas mais de 140 atividades custeio agrícola e mais de 30 atividades de custeio agropecuário. Ainda que sabido que historicamente a Embrapa sempre privilegiou as commodities, destacou que nas últimas décadas, de 2000 a 2015, logrou importantes avanços na pesquisa para a agricultura familiar. A título exemplificativo mencionou o lançamento do livro "Soluções Tecnológicas e Inovação para Agricultura Familiar", em 2016 ano Nacional da Agricultura Familiar, de tantos outros trabalhos e pesquisas que a Embrapa tem desenvolvido para a Agricultura Familiar. Asseverou a importância de que essa pesquisa chegue aos agricultores familiares, bem como seja desenvolvida em conjunto com estes. Concluiu destacando a importância do caráter público da Embrapa frente ao exposto, incluindo a questão do orçamento atual que está estagnado segundo ele desde 2017, havendo uma necessidade de incremento, porém para as pesquisas voltadas a agricultura familiar. "*Não podemos pensar em uma Embrapa em que empresas tenham negócios lá dentro, pois aí a prioridade vai sempre ser para as empresas*" (SIEB, 2022)

Marcos Rochinski pela Confederação Nacional de agricultura familiar (CONAF) destacou que mesmo a Embrapa tendo sido utilizada historicamente como instrumento do agronegócio, inegável as suas contribuições para a agricultura familiar, considerando que esses inúmeros exemplos bem sucedidos de desenvolvimento tecnológico para agricultura familiar devem ser empregados como paradigma para um novo redesenho da empresa em um possível novo governo que seja mais democrático e que dialogue com os movimentos sociais. (ROCHINSKI)

O Eng. Agrônomo Marciano Silva integrante da Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em seu pronunciamento reafirmou a importância da Embrapa na implementação de políticas desenvolvidas em conjunto com os movimentos sociais e lamentou a situação pela qual a empresa vem passando. Também pontou que infelizmente por parte de alguns quadros da empresa a postura sempre foi de negar os conhecimentos tradicionais dos povos originários e que os pequenos agricultores camponeses vem aprimorando ao longo da história, e que devido ao uso

político da instituição esses conhecimentos são negados. Afirmou que é preciso se desenvolver uma nova pesquisa agrícola que atenda não só o agronegócio, mas também os pequenos produtores, e que para isso é preciso envolver a sociedade como um todo, não só o homem do campo, mas aqueles que vivem na cidade e consomem o que é produzido. (SILVA, 2022)

A segunda audiência pública foi realizada no dia 26 de abril, no plenário da Câmara Federal, em alusão aos 49 anos da Embrapa. Parlamentares de diversas siglas partidárias discursaram em favor de uma Embrapa a serviço do povo brasileiro. A Deputada Érika Kokay, que presidiu a sessão solene, e foi responsável pela sua organização, com apoio do Sindicato dos trabalhadores da empresa, reafirmou a importância da Embrapa:

> "Nós não vamos permitir que a Embrapa seja capturada por interesses que não são do próprio povo, ou que nós tenhamos na Embrapa contratações e reestruturações sem escutar quem constrói a empresa todos os dias, que são aqueles que estão, diuturnamente, fazendo desta uma empresa que orgulha cada brasileira e brasileiro. Então estamos dizendo que a função que a Embrapa desenvolve no nosso País não combina com assédio moral organizacional, não combina com reestruturação que sejam financiadas por setores específicos, que buscam capturar a empresa, que é do povo brasileiro. E continuará sendo assim porque ela significa a potencialidade desse País e é construtora diária da Soberania Nacional." (BORDINHA, 2022)

Na seção o presidente do SINPAF, Marcus Vinícius Sideruk Vidal, destacou a importância da empresa para os milhares de agricultores familiares, alertando para os prejuízos trazidos pela reestruturação em curso:

> O que acontece hoje na Embrapa é um desmonte dessa estrutura. Em consonância com o atual governo federal, a atual diretoria da Embrapa promoverá um modelo de parcerias com a iniciativa privada, da qual os resultados das pesquisas serão financiados por essas empresas e deixarão de entregar resultados públicos, priorizando o lucro. (BORDINHA, 2022)

Cabe grande destaque para a fala do Deputado Eduardo Bolsonaro (PP/RJ), filho do atual presidente da república, haja vista representar a narrativa do agronegócio. Este ao elogiar a empresa relembrou que a mesma foi criada pelo então "presidente" Garrastazu Médici, referiu que algumas falas com críticas não

fariam muito sentido, pois nos governos passados a CUT gozava de benevolências e que no atual governo estas regalias haviam sido cortas e por isso estaria realizando “críticas maquiadas” de ajuda aos trabalhadores da Embrapa, mas que no fundo serviam apenas para criticar o presidente Bolsonaro, esse que trabalhava junto com os trabalhadores e que continua orgulhando o Brasil “fazendo a segurança alimentar Nacional”. (BRASIL, Câmara dos Deputados, 2022) (Destaques nossos)

A manifestação do Deputado é sintomática, o mesmo faz questão de destacar, com orgulho, a origem da empresa vinculada à Ditadura Militar e a Revolução Verde. Questionou a legitimidade das críticas realizadas pelos trabalhadores, movimentos sociais e parlamentares ali presentes, atrelando estas a um movimento de contra ofensiva do movimento sindical que teve seus direitos alijados no atual governo. Por fim, mas não menos importante, refere-se ao orgulho do brasileiros para com seu pai pelo seu trabalho ao “fazer a Segurança Alimentar Nacional”. Essa manifestação per si, para além de constituir um simples disparate ou escárnio, em verdade denota o quão deturpada é a visão de Segurança Alimentar propagada e defendida pelo agro e pela classe política que os representa.

Em paralelo as iniciativas junto ao parlamento promovidas pela sociedade civil e pelos trabalhadores da empresa com vistas a se estabelecer uma moratória[19] no processo de reestruturação da Embrapa, tramita no Tribunal de Contas da União denúncia contra a Empresa por “*indícios de irregularidade acerca do projeto Transforma Embrapa, que vem sendo conduzido de forma arbitrária e atropelada, sem a devida transparência e discussão interna quanto às necessidades e justificativas para implementá-lo*”. (MARKO; CORBARI, 2022)

O ministro do TCU responsável pelo processo determinou a intimação da Embrapa para que apresente documentos e informações relativos ao Projeto Transforma EMBRAPA. Também foram requeridas documentações que expliquem os fundamentos legais para contratação da empresa Falconi Consultores e da Fundação Arthur Bernardes (Funarbe). Solicitou, ainda, informações sobre o atual

[19] O termo moratória tem sido empregado no sentido de que é preciso que o processo de reestruturação da Embrapa seja postergado, haja vista a mudança de governo que se dará a partir de 01 de janeiro de 2023. Com essa estratégia busca-se denotar que não há uma resistência a reestruturação da empresa, mas que essa deve ser debatida com a sociedade e os trabalhadores da empresa.

estágio do Projeto, bem como o cronograma de implementação com informações sobre etapas e prazos. (MARKO; CORBARI, 2022)

O Sindicato dos Trabalhadores, SINPAF, também ingressou com Ação Civil Pública na justiça federal contra a alteração estatutária que implementou o Projeto Transforma Embrapa. O processo questiona a alteração estatutária para implementação do projeto que ocorreu sem o cumprimento de etapa prevista na lei de criação da empresa, que diz ser necessária a formalização de novo estatuto por meio de decreto presidencial.

Ambos os processos estão tramitando atualmente, não obstante o projeto de reestruturação segue sendo implantado, em que pese em um ritmo muito menor após o resultado da eleição presidencial de outubro do corrente ano.

Com efeito, a mudança de perspectiva quanto ao modelo de gestão a ser adotado pelo Estado brasileiro a partir de primeiro de janeiro do próximo ano traz consigo a esperança de que o triste panorama que estabeleceu sobre a agenda de pesquisas agrícolas públicas seja superado.

Por certo, mesmo a simples perspectiva de mudança que se estabeleceu após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente que foi referência no combate a fome no Brasil, já tem impactado no cotidiano da empresa. Muitos pesquisadores da empresa que haviam sido tolhidos em suas pesquisas voltadas a SAN, pela repressão e o medo estabelecidos baixo uma administração de ultradireita, apresentam-se com ânimo recobrado e já retomam suas iniciativas.

Peça chave para esse otimismo são as perspectivas que advém da equipe de transição instituída pelo novo governo. Nomes como os de Silvio Crestana – professor, físico e pesquisador brasileiro, ex-presidente da Embrapa durante o governo Lula e de Tatiana Deane de Abreu Sá – doutora em Biologia Vegetal, ex-diretora-executiva da EMBRAPA de 2005 a 2011, no grupo técnico responsável Agricultura, pecuária e abastecimento tem agradado os trabalhadores da Embrapa.

Outros nomes, que compõem o grupo de técnico responsável pelo desenvolvimento agrário, como: Elisângela Araújo, coordenadora de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – CONTRAF e do Fórum Baiano da Agricultura Familiar; Givanilson Porfirio da Silva, Assessor da Presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais

Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG; Luiz Henrique Gomes de Moura (Zarref), engenheiro florestal e assessor do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Maria Josana de Lima Oliveira, Coordenadora Geral da CONTRAF; Robervone Nascimento – doutora em agronomia e servidora do INCRA e Vanderley Ziger: Presidente da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES); também têm sido celebrados como indicativo de uma renovação com o compromisso do Estado brasileiro com a SAN.

Notícias de que o gabinete de transição recomendará ao presidente eleito o recriação do CONSEA, a criação de uma nova versão do MDA e de uma Secretaria Especial de Combate à Fome vinculada diretamente ao presidente, reforçam ainda mais esse otimismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, para além de sua importância do ponto de vista científico, por constituir oportuno instrumento de análise do fenômeno empiricamente experimentado por mim, em minha vivência profissional e sindical, tem como grande e relevante desiderato o papel de denúncia.

Uma denúncia calcada em critérios científicos que evidenciam os graves ataques à Pesquisa Agrícola Pública brasileira nos últimos anos, mormente no que se refere à SAN. Algo tão perceptível em meu cotidiano como trabalhador da Embrapa, porém extremamente carente de esforços científicos que o caracterizasse. Um grande desafio, não obstante um trabalho extremamente necessário, haja vista a importância de se trilhar caminhos ainda não trilhados.

Com efeito, a possibilidade de edificar, ainda que de forma preambular, uma ponte sobre o abismo que se apresenta do ponto de vista epistemológico, no que tange a uma aproximação do teórico ao prático, do dever ser e do ser, mormente no que se refere a políticas públicas voltadas a SAN, justifica todo o esforço que se faça necessário.

Ao desafio que se estabelece pelo afastamento do pensar políticas públicas e operacionaliza-las, soma-se a intersetorialidade intrínseca ao conceito de Segurança

Alimentar e Nutricional. Muitos pesquisadores das ciências sociais se debruçam sobre a questões alimentares, outros tantos pesquisadores do setor agrícola trabalham o mesmo objeto, no entanto, parcos são os esforços que efetivamente buscam se aprofundar numa transdiciplinariedade capaz de aproximar os dois campos de pesquisa.

No primeiro capítulo desse estudo evidencia-se esse afastamento a partir do problema inerente ao emprego do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional nos diversos campos no qual é aplicado. Um problema enfrentado no tratamento dos dados acerca dos orçamentos destinados a pesquisa agrícola pública fornecidos pelo Ministério da Agricultura e pela Embrapa, em que a análise profícua, do ponto de vista da ciência social, depende da consciência da aplicação desvirtuada do conceito de SAN, e de outros conceitos a esse inerentes, no setor agropecuário.

Somente através dessa consciência é possível identificar que uma dotação orçamentaria sob a rubrica da sustentabilidade agrícola nem sempre significa dizer que está relacionada a uma pesquisa que visa atender ao conceito de sustentabilidade inserido no conceito de SAN. Uma análise teleológica dos dados permite constatar que muitas vezes o conceito de sustentabilidade está vinculado unicamente a concepção de aumento de produtividade, como no caso da rubrica “Sustentabilidade para o Agronegócio”, vinculado a monocultura da soja por exemplo.

Da mesma feita, a própria rubrica SAN quando analisada isoladamente pode levar a equívocos de interpretação inconciliáveis, como por exemplo quando associada a pesquisas que visam apenas, por exemplo, aumentar o valor agregado de um produtos de interesse para o agronegócio.

No segundo capitulo do estudo é denotado o processo histórico no qual é constituído o atual campo de disputas que opera sobre a agenda da pesquisa agrícola públicas. A partir da análise do desenvolvimento da pesquisa agrícola pública ao longo do tempo se evidenciou as influências sofridas pelo modelo agrícola desenvolvimentista (Revolução Verde), pela política de Estado Mínimo neoliberal na década de 90 e pelo movimento agroecológico durante os governos progressistas de Lula e Dilma. Influências que ainda hoje operam sobre as políticas de ciência e tecnologia para o campo.

Por meio deste apanhado histórico se evidencia também a dinâmica de luta por hegemonia neste campo de disputa político, em que se sobressai aquele com o qual o governo está mais alinhado. Nesse contexto se destacam como forças de pressão política em lados opostos o Agronegócio, em defesa do modelo desenvolvimentista para agricultura, e a Agricultura Familiar, como promotora da agroecologia como modelo alternativo para o desenvolvimento sustentável do campo. Uma luta desigual na qual o primeiro detém o capital para promover o lobby político, contando inclusive com uma bancada no parlamento, e o apelo midiático; e o segundo atuando através da resistência e militância de movimentos sociais, ONG's, sindicatos, associações de pequenos produtores, cientistas e estudantes engajados.

No terceiro capitulo são apresentados os principais impactos promovidos pelos governos neoliberais de Michel Temer e Jair Bolsonaro na definição da agenda de pesquisa agrícola da Embrapa, empresa responsável pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agrícola (SNPA), e o comprometimento da pesquisas voltadas à SAN. São destacadas as duas principais formas de ataques: O corte de verbas públicas e a proposta de reestruturação da empresa em curso.

A análise orçamentária demonstra claramente o processo de desinvestimento público em pesquisa agrícola e como esse processo teve maior impacto para as pesquisas voltadas à SAN e à Agricultura Familiar. Destaca-se ainda a descontinuidade nos governos neoliberais de categorias orçamentárias estratégicas que indiretamente contribuíam para a SAN e a Soberania Alimentar, quais sejam: "Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas", "Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social" e "Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios".

A análise de Emendas Parlamentares permitiu com maior detalhamento a caracterização desse processo de desinvestimento na pesquisa agrícola pública, denotando o papel desse recurso como forma de suplementação de verbas por parte do legislativo em resposta ao déficit orçamentário imposto pelo poder executivo.

A análise das Emendas Parlamentares também permitiu um mapeamento das contribuições dos partidos em termos de investimentos para a pesquisa,

evidenciando o protagonismo de partidos de esquerda e centro-esquerda no financiamento de pesquisas voltadas à SAN, Agroecologia e Agricultura Familiar.

Evidenciado os impactos da política neoliberal sobre a agenda de pesquisa agrícola da Embrapa, mormente no que concerne as pesquisas voltadas direta e indiretamente à SAN, passou-se a apresentar o processo de reestruturação em curso da Embrapa.

Um processo pouco transparente, promovido pelo poder executivo, mas fomentado pela bancada ruralista e exigido pelo Agronegócio, que compromete a Função Social da empresa. Sob a égide da austeridade fiscal do Estado, da busca pela modernização e maior velocidade, propõe a institucionalização de PPP's, nas quais a empresa permitirá a comercialização de tecnologias desenvolvidas em seu âmbito, como forma de complementar o combalido orçamento. Na prática a apropriação do público pelo privado. Nessa lógica as pesquisas de base e voltadas a matérias com baixo apelo comercial, como as voltadas a SAN, são duramente impactadas.

Importante análise também é feita acerca do movimento de resistência ao projeto de reestruturação da Embrapa na qual ficam evidentes os atores que tem lutado pela manutenção de sua função social e de seu papel no fortalecimento da SAN. Trabalhadores da empresa, movimentos sociais do campo, associações representativas de pequenos produtores, representantes da comunidade científica, políticos de esquerda e centro-esquerda têm militado de forma incansável em todos os espaços possíveis, das mídias alternativas aos palanques do congresso, buscando denunciar o processo de desmonte da Embrapa e os prejuízos que daí decorreram para a política de SAN, para Agricultura Familiar e a sociedade como um todo.

Oportuno consignar a importância da análise deste projeto de transformação da Embrapa e a dinâmica de interesses que o permeiam para o alcance dos objetivos propostos para o presente estudo.

Com efeito, a proposta de reestruturação da Embrapa evidencia na prática o campo de disputa entre os interesses econômicos do agronegócio e os compromissos constitucionais e internacionais firmados pelo Estado Brasileiro e defendidos por entidades da sociedade civil para a definição da agenda de pesquisa

agrícola pública no Brasil, permitindo denotar a mudança de paradigma na pesquisa agrícola no atual governo e seus impactos para a SAN e a Soberania Alimentar Nacional.

Por derradeiro, em que pese as legítimas esperanças advindas da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva quanto a retomada das políticas públicas voltadas a SAN e aos rumos da pesquisa agrícola pública, inegável o contexto de coalizão que foi responsável pela superação do atual governo de ultradireita nas urnas e os efeitos que daí decorrerão à governança de nosso país a partir do próximo ano.

Como já asseverado algures nesse estudo, a gestão da agricultura é a primeira moeda de troca no processo de estabilização de um governo de coalizões como o atualmente eleito, sendo objeto de desejo por aquelas legendas vinculadas ao agronegócio e que venham a compor o governo.

É nesse contexto desafiador que se continuará o debate sobre os rumos de nossa pesquisa agrícola, sobre a reestruturação da Embrapa e suas fontes de financiamento. Um futuro incerto, não obstante repleto de esperança.

Um futuro em que, quiçá, se tenha uma política de SAN profícua, na qual se reconheça e se garanta que a pesquisa agrícola pública destinada à SAN não pode estar sujeita ao alvitre dos governos e aos assédios do Agronegócio.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABA. Por uma Embrapa comprometida com a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil. 13 Fev. 2022. Disponível em:<https://aba-agroecologia.org.br/por-uma-embrapa-comprometida-com-a-soberania-e-seguranca-alimentar-e-nutricional-do-brasil/ >. Acesso: 25 Mar. 2022.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Revista NERA. Presidente Prudente, Ano 13, nº16, p. 22-32, Jan-jun./2010. Disponível em: http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1362-3896-1-PB.pdf&gt. Acesso: 13 Mai. 2022.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular; AS-PTA, 2012.

ANANIAS, P. Discurso de abertura. [In.] BRASIL. Câmara dos Deputados. Reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília/DF, 16 Mar. 2022. Disponível em:<https://vod2.camara.leg.br/playlist/asmmtkjgzsm4mvlx17a19a.mp4>. Acesso: 25 Mar. 2022.

ANDES. Associação dos Docentes da UNESP (ADUNESP) – Seção Sindical. Considerações sobre a mercadorização da pesquisa e da produção de conhecimento na Unesp - Uma crítica ao Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação e à minuta de resolução proposta pela reitoria ao Conselho Universitário. Jun. 2020. Disponível em: <https://www.adunesp.org.br/images/Criticas_a_Lei_de_Inovacao_e_a_Resolucao_da_Unesp_Junho_2020_-_ADUNESP.pdf >. Acesso: 22 set. 2022.

ARAÚJO, C. G. R. B. O Sentido Produzido Sobre a Agroecologia pelas Mulheres: Vivências e Existências em Arroio Grande. Orientadora: Prof.ª Drª Cristine Jaques Ribeiro. 2022. 150 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas. - Pelotas, RS, 2022. Disponível em:<https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2022/07/Carla-Graziela-Rodegueiro-Barcelos-Araujo-O-SENTIDO-PRODUZIDO-SOBRE-A-AGROECOLOGIA-PELAS-MULHERES-VIVENCIAS-E-EXISTENCIAS-EM-ARROIO-GRANDE.pdf>. Acesso: 09 Nov. 2022.

AVALIAÇÃO dos Impactos das Tecnologias na Embrapa – Balanço Social. Objetivos de desenvolvimento sustentável. Brasília, DF: Embrapa. S/d. Disponível em:<https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/o-que-sao-os-ods>. Acesso: 25 Ago. 2022.

BORDINHA, C. 49 anos da Embrapa: parlamentares e organizações da agricultura familiar apoiam SINPAF por uma empresa pública. SINPAF: Notícias Gerais. Brasília, 27 Abr. 2022. Disponível em: <http://www.sinpaf.org.br/comunicacao/noticias/1663-49-anos-da-embrapa-parlamentares-e-organizacoes-da-agricultura-familiar-apoiam-sinpaf-por-uma-empresa-publica >. Acesso: 12 Jun. 2022.

BRASIL DE FATO. Sindicato e entidades do setor agrícola denunciam desmonte da Embrapa: Presidente da estatal anunciou remodelação da empresa, com demissões e abertura para a iniciativa privada. 22 Fev. 2022. Disponível em:<https://www.brasildefato.com.br/2022/02/22/sindicato-e-entidades-do-setor-agricola-denunciam-desmonte-da-embrapa >. Acesso: 29 Ago. 2022.

BRASIL, Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Brasil sai do Mapa da Fome das Nações Unidas, segundo FAO. Brasília, 16 Set. 2016. Disponível em:<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>. Acesso: 22 Fev. 2022.

BRASIL. Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Planapo-2016-2019.pdf> Acesso em: 28 out. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Sessão Não Deliberativa Solene (semipresencial), Homenagem aos 49 anos da Embrapa. Plenário da Câmara Federal. Brasília. 26 Abr. 2022. Disponível em: < https://vod2.camara.leg.br/playlist/bkczoe_-eop-fbp1pixmqa.mp4>. Acesso: 07 Mai. 2022.

BRASIL. Câmara Federal. Embrapa poderá criar subsidiária para comercializar tecnologias. Agência Câmara de Notícias: Ciência, Tecnologia e Comunicações. Brasília, DF. 27 jun. 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/517346-embrapa-podera-criar-subsidiaria-para-comercializar-tecnologias/> Acesso em: 02 set. 2022.

BRASIL. Decreto N° 10.426 de Julho de 2020. Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 136, p. 4, 17 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18 set. 2006.

BRASIL. MDS/Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN/CAISAN. Estruturando o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. 2011. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1AaHGIkOESDS34Mh-_fE5FQvDy21ccMjT/view?usp=sharing>. Acesso em: 10 nov. 2021

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assuntos: Agricultura Familiar. Brasília, DF, 26 ago. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso: 13 set. 2022.

BRASIL. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Folder: Novo marco legal da ciência, tecnologia e inovação. S.d. Disponível<https://antigo.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/arquivos/marco_legal_de_cti.pdf>. Acesso: 16 set. 2022.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez editora, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/J74WJRdJH6sHMHC9MhSDc8Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 07 mai. 2022.

CANUTO, A. Agronegócio: A modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. Revista Nera, [S. l.], n. 5, p. 1–12, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i5.1466. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1466. Acesso em: 28 out. 2022.

CANUTO, J. C. Mitos sobre Agroecologia. Cadernos de Agroecologia, v. 6, p. 1-2, 2011. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/919298>. Acesso: 24 Mar. 2022.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: Enfoque científico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: EMATER, 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. [In.] CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. Princípios e perspectivas da Agroecologia (Orgs.). Princípios e Perspectivas da Agroecologia. 1.ed. v.1. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011, p. 192.

CARVALHO. J. C. M. O desenvolvimento da agropecuária brasileira da agricultura escravista ao sistema agroindustrial. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1992. p. 171. Disponível em:<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/100368/1/Desenvolvimento-da-Agropecuaria1.pdf>. Acesso: 04 Jun. 2022.

CASTRO, C. N. Pesquisa Agropecuária Pública Brasileira: Histórico e Perspectivas. Boletim regional, urbano e ambiental: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n. 15, p. 45-52, jul./dez. 2016. Disponível em:<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7104/1/BRU_n15_Pesquisa.pdf>. Acesso: 24 Set. 2022.

CONTAG. A Embrapa é do Povo Brasileiro. 14 Fev. 2022. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/a-embrapa-e-do-povo-brasileiro-20220214>. Acesso: 28 Fev. 2022.

DAGNINO, R. A Anomalia da Política de C&T e sua Atipicidade Periférica. Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad - CTS, vol. 11, núm. 33, pp. 33-63, 2016. Disponível em:<https://www.redalyc.org/journal/924/92447592003/html/>. Acesso: 10 Ago. 2022.

DAGNINO, R. P. Pronunciamento. [In.] BRASIL. Câmara dos Deputados. Reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília/DF, 16 Mar. 2022. Disponível em:<https://vod2.camara.leg.br/playlist/_umneeioqnivupcaqxhkbg.mp4>. Acesso: 25 Mar. 2022.

ÉBOLI, E. R. Pesquisadores da Embrapa rechaçam ideia de “privatização” da empresa. Jornal Metrópoles: Blog do Noblat. 12 Fev. 2022. Disponível em:<https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/pesquisadores-da-embrapa-rechacam-ideia-de-privatizacao-da-empresa>. Acesso: 07 Mar. 2022.

EMBRAPA perde relevância para o agronegócio. Época Negócios, São Paulo, 2018. Disponível em:<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2018/04/epoca-negocios-embrapa-perde-relevancia-para-o-agronegocio.html >. Acesso: 22 Set. 2022.

EMBRAPA RECEBE prêmio internacional da FAO por sua contribuição para a Agenda 2030. Notícias. Brasília, DF: Embrapa. 01 Jun. 2022. Disponível em: <>. Acesso: 14 Mai. 2022

EMBRAPA VÊ economia de R$ 320 mi por ano com novo modelo de gestão. Revista Isto é Dinheiro - Negócios, São Paulo, 11 fev. 2022. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/embrapa-ve-economia-de-r-320-mi-por-ano-com-novo-modelo-de-gestao/> Acesso: 01 mai. 2022.

EMBRAPA. Nossa história. Memória Embrapa. S/d. Disponível em:<https://www.embrapa.br/memoria-embrapa/a-embrapa>. Acesso: 12 Out. 2022.

EMBRAPA. Objetivos do desenvolvimento sustentável. A Embrapa e os ODS’s. Brasília, DF, S/d. Disponível em: <>. Acesso: 26 Jul. 2022.

EMBRAPA. Relatórios Anuais de Emendas Parlamentares. Acesso a informação, Embrapa no Parlamento. Brasília, DF, S/d. Disponível em: <https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/o-que-sao-os-ods>. Acesso: 14 Set. 2022.

EMBRAPA. Tema: Questionamentos sobre a Atuação da Embrapa – Official statements. 18 Jan. 2018. Disponível em:<https://www.embrapa.br/en/esclarecimentos-oficiais/-/asset_publisher/TMQZKu1jxu5K/content/tema-questionamentos-sobre-a-atuacao-da-embrapa?inheritRedirect=false >. Acesso: 22 Ago. 2022.

FIRMINO, F. D. A Falácia da Segurança Alimentar. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais. UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara, n. 14 e 15. p. 153-166, ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/issue/view/440>. Acesso em: 16 jan. 2022.

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. Declaração de Nyélény. Maly, 2007. Disponível em:<https://nyeleni.org/en/declaracao-de-nyeleny-foro-mundial-pela-soberania-alimentar/>. Acesso: 07 Mar. 2022.

FPA. Frente Parlamentar da Agropecuária. História da FPA. Disponível em:<https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. Acesso: 07 Nov. 2022.

GRIEP, W. ; ANJOS, F. S. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. Textos & Contextos (Porto Alegre), 6(2), 335-353. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2322>. Acesso: 19 dez. 2021.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, 210 Gaudêncio (orgs.). Dicionário de Educação no Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO. Ministério da Saúde (MS). Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN). Relatório Final. Brasília, 1986.

IBO. Em defesa da Embrapa pública, democrática e sustentável. 11 Fev. 2022. Disponível em: <https://institutobrasilorganico.org/2022/02/em-defesa-da-embrapa-publica-democratica-e-sustentavel/>. Acesso: 12 Mar. 2022.

ICHIKAWA, E. Y. O Estado no apoio à pesquisa agrícola: uma visão histórica. Revista de Administração Pública, v. 34, n. 3, p. 89-101, 2000.

JESUS, E. L. Diferentes Abordagens de Agricultura Não-Convencional: História e Filosofia. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (Ed.) Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

JINKINGS, I, DORIA, K. e CLETO, M. (orgs.). Por que gritamos golpe? –Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

JINKINGS, I. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: Singer, André [et. al]. Jinkings, Ivana; Kim, Doria; Cleto, Murilo (orgs.). Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

KOKAY, E. Pronunciamento. [In.] BRASIL. Câmara dos Deputados. Reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília/DF, 16 Mar. 2022. Disponível em:<https://vod2.camara.leg.br/playlist/8d_e-i2lezq4u3crdt5uhw.mp4>. Acesso: 25 Mar. 2022.

LEÃO. M. O Direito Humano à Alimentação Adequada e O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: ABRANDH, 2013. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf>. Acesso: 18 dez. 2021.

LEITE, S. P.; MEDEIROS, L. S. Agronegócio. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). Dicionário de Educação no campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 81-87.

MAFORT, K. Pronunciamento. [In.] BRASIL. Câmara dos Deputados. Reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília/DF, 16 Mar. 2022. Disponível em:<https://vod2.camara.leg.br/playlist/4xvlvz1vyk3iythzoyjkpw.mp4>. Acesso: 25 Mar. 2022.

MALUF, R.; MENEZES, F. Caderno segurança alimentar. Conferências do Fórum Social Mundial, 2000

MARCO referencial em agroecologia. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. (Coord.) Luciano Mattos. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

MARKO, K.; CORBARI, M. (ed.). TCU pede explicações sobre projeto Transforma Embrapa. BRASIL DE FATO. Brasília, DF, 23 de Junho de 2022. Disponível em:<https://www.brasildefators.com.br/2022/06/23/tcu-pede-explicacoes-sobre-projeto-transforma-embrapa>. Acesso: 04 out. 2022.

MEDEIROS, C. A. B et al (Ed.). Fome zero e agricultura sustentável: contribuições da Embrapa – Brasília, DF: Embrapa, 2018.

MELITO, L. Bolsonaro promove desmonte das políticas de combate à fome. Brasil de Fato. Edição: O Joio e o Trigo. 04 fev. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/04/bolsonaro-promove-desmonte-das-politicas-de-seguranca-alimentar>. Acesso: 03 abr. 2022.

MST. MST repudia a privatização da EMBRAPA: Movimento denuncia que a privatização da principal empresa de pesquisa e desenvolvimento da agropecuária no Brasil causará prejuízos irreversíveis à soberania alimentar. 18 Fev. 2022. Disponível em:<https://mst.org.br/2022/02/18/mst-repudia-a-privatizacao-da-embrapa/#:~:text=O%20Movimento%20dos%20Trabalhadores%20Rurais,patrim%C3%B4nio%20p%C3%BAblico%20do%20povo%20brasileiro.>. Acesso: 30 Mar. 2022.

NAVARRO, Z. "Agroecologia: as coisas em seu lugar (A agronomia brasileira visita a terra dos duendes)". In: Colóquio, 2013, vol. 10, n.1, pp. 11-45. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/23/pdf_11>. Acesso: 24 set. 2022.

NAVARRO, Z. Por favor, Embrapa: acorde! O Estado de São Paulo, n. 45370, Espaço Aberto, p. A2. 05 jan. 2018. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/542631>. Acesso: 23 Jun. 2022.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M.A Agricultura Familiar no Brasil: da Promessa Inicial aos Impasses do Presente. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, p. 6-17, 2014. Disponível em:<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/158612/1/ren-2014-1-v.2-zander-Pedrozo.pdf >. Acesso: 14 set. 2022.

NORONHA, G. S.; FALCÓN, M. L. S. A disputa entre modelos para o campo: apontamentos sobre a questão agrária no Brasil em busca de um novo paradigma. Saúde Debate. Rio de Janeiro, V. 42, N° especial 3, Nov. 2018, p. 183-198. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S314>. Acesso: 22 Jun. 2022.

NUNES, J. S.; MACEDO, R.;FLORIDO, C. M.; SILVA, L. H. Produção Agroecológica e o fornecimento à alimentação institucional: a experiência do assentamento Milton Santos, Americana, SP. Disponível em: <https://uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Trabalhos%20Completos/8_Agroecologia%20e%20modelos%20diferenciados%20de%20desenvolvimento%20rural/8B_Agroecologia%20e%20modelos%20diferenciados%20de%20desenvolvimento%20rural/11_Jos%C3%A9%20Nunes.pdf>. Acesso: 16 Mai. 2022.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. ComCiência, Campinas, n. 120, 2010. Disponível em <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 28 out. 2022.

OLIVEIRA, T. B. O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo. Historiæ, Rio Grande, 7 (2): p.191-231, 2016. Disponível: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/6726>. Acesso: 10 Out. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Fome zero e agricultura sustentável. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods2/>. Acesso em: 5 dez. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). CPLP: Agricultura familiar e sustentabilidade. Article du Directeur – général de la FAO, José Graziano da Silva. 06 fev. 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/director-general/former-dg/director-general/my-articles/detail/fr/c/1100308/>. Acesso: 14 mai. 2022.

PEREIRA, V. F.; LOPES, D. B.; TORRES, D. A. P.; JESUS, K. R. E. Direcionamento Institucional para Impactos: um Exercício de Planejamento Estratégico em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na Área de Segurança Alimentar e Nutricional. [In.] In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 57. 2019, Ilhéus. Agricultura, alimentação e desenvolvimento: anais eletrônicos. Ilhéus: SOBER, 2019. Disponível em: < https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/211984/1/Arquivo2-Sober-2019-SAN.pdf>. Acesso: 27 Ago. 2022.

PETERSEN, P. Prefácio. In: MATTOS, L. (Coord.) Marco referencial em agroecologia. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

PETERSEN. P. Prefácio. [In.] COSTA GOMES, J.C.; ASSIS, W.S. Agroecologia: princípios e reflexões conceituais. Brasília, DF: Embrapa, 2013.

PIDESC - Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm> acesso em: 15 out 2021.

POMPEIA. C. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 26, n. 56, p. 195-224, jan./abr. 2020.

PORPINO, G.; DE STEFANI, E. O caso do PAC Embrapa: requisitos de uma gestão orientada para resultados no setor público. Revista de Administração Pública, Vol. 48, N° 2, 2014.

QUADRADO, H. F. T. Direito à Alimentação Adequada e o Direito de estar livre da fome: estudos em homenagem ao “Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”. In: FOOD LAW: UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR. Anais eletrônicos. Ribeirão Preto: FDRP-USP, 2018. p. 69-79. Disponível em: < https://www.direitorp.usp.br/wp-content/uploads/2018/10/FOOD-LAW_-Anais_Vers%C3%A3oFinal.pdf>. Acesso em: 18 Jan. 2022.

RAJÃO, R. et al. The risk of fake controversies for Brazilian environmental policies. Biological Conservation, Vol. 266, p. 109447, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0006320721004997?casa_token=yPSYV7uyQIwAAAAA:ASIP5TBpsi4TO9uzMe1_w9kfUGLJMpRitl7bdwxjjRHZx8xWzA8V3uPiVSwl3BOwrlCW5pMHKasQ>. Acesso em: 07 fev. 2022.

ROCHINSKI, M. Pronunciamento. [In.] BRASIL. Câmara dos Deputados. Reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília/DF, 16 Mar. 2022. Disponível em:<https://vod2.camara.leg.br/playlist/fpyi47rtum-62vhzk49n_a.mp4>. Acesso: 25 Mar. 2022.

RODRIGUES, C. M. Gênese e evolução da pesquisa agropecuária no Brasil: da instalação da corte portuguesa ao início da República. EMBRAPA. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília, DF, v.4, n.1, p.21-38 jan./abr.1987. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/busca-de-publicacoes/-/publicacao/91031/genese-e-evolucao-da-pesquisa-agropecuaria-no-brasil-da-instalacao-da-corte-portuguesa-ao-inicio-da-republica>. Acesso: 12 Set. 2022.

SANTONIERI, Laura Rodrigues. Agrobiodiversidade e Conservação ex situ: reflexões sobre conceitos e práticas a partir do caso da Embrapa/Brasil. (Tese) Doutorado Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4210408/mod_resource/content/1/Santonieri_2015_Agrobiodiversidade%20e%20Conserva%C3%A7%C3%A3o%20ex%20situ%20reflex%C3%B5es%20sobre%20conceitos%20e%20pr%C3%A1ticas%20a%20partir%20do%20caso%20da%20EmbrapaBrasil.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

SANTOS, A. D. G. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. Revista Eptic. Vol. 21, nº 1, Jan. - Abr. 2019. Disponível em: < https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/10910/8460>. Acesso: 15 jan. 2022.

SAUER, S. Agricultura Familiar versus Agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Embrapa Informação Tecnológica. Brasília - DF. 2008.

SEGURANÇA alimentar e nutricional. Brasília: ABRANDH, 2013. Disponível em: <http://www.oda-alc.org/documentos/1374763097.pdf >. Acesso: 07 Mai. 2022.

SIEB, D.L. Pronunciamento. [In.] BRASIL. Câmara dos Deputados. Reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília/DF, 16 Mar. 2022. Disponível em:<https://vod2.camara.leg.br/playlist/etv4hs1n701uf8rzyqwfia.mp4>. Acesso: 25 Mar. 2022.

SILVA JUNIOR, J.R.; KATO, FBG. Americanismo, O novo marco de Ciência, Tecnologia e Inovação: sequestro do fundo público pelo capital financeiro. Dossiê Temático: Economia Política e educação. UNINOVE: EccoS Revista Científica, núm. 47, pp. 171-193, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/715/71558957009/html/ >. Acesso: 12 ago. 2022.

SILVA, M. Pronunciamento. [In.] BRASIL. Câmara dos Deputados. Reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília/DF, 16 Mar. 2022. Disponível em:<https://vod2.camara.leg.br/playlist/kyvcfo2rt2xaost7cgrogg.mp4>. Acesso: 25 Mar. 2022.

SILVA, S. C. A trajetória histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda Política Nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf>. Acesso: 14 Jun. 2022.

SILVA. A. O. Agroecologia e Resistência: o significado das práticas agroecológicas no assentamento Padre Gino. Orientadora: Dra. Maria de Fátima Melo do Nascimento. 2019. 131 f. Dissertação - Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: < https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18895/4/AlessandraDeOliveiraSilva_Dissert.pdf>. Acesso: 10 Nov. 2021.

SINPAF. Gestão Moretti anuncia desmonte da EMBRAPA. 11 Fev. 2022. Disponível em: <https://www.sinpaf.org.br/comunicacao/noticias/1654-gestao-moretti-anuncia-desmonte-da-embrapa>. Acesso: 02 Set. 2022a.

SOBRE o negacionismo científico na Embrapa: O caso Evaristo Miranda. Via Rede Irerê de Proteção à Ciência. Desgoverno. Brasília, DF: Xapuri Sócio-ambiental. 08 Fev. 2022. Disponível em: <https://xapuri.info/nota-publica-sobre-o-negacionismo-cientifico-na-embrapa/>. Acesso: 27 Mar. 2022.

SOUZA, M. A. A hegemonia ideológica do conceito de Agronegócio como modelo de desenvolvimento prioritário para o espaço agrário brasileiro: Notas para um debate. Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP. Presidente Prudente - SP., n. 10, v. 03, p. 50-72, jan-abr/2019.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania Alimentar. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). Dicionário de Educação no campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 716-725.

UCZAI, P. Pronunciamento. [In.] BRASIL. Câmara dos Deputados. Reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília/DF, 16 Mar. 2022. Disponível em:<https://vod2.camara.leg.br/playlist/6fbefachkj1pwzin5phieg.mp4>. Acesso: 25 Mar. 2022.

VIDAL, M. C.; HELLO, F. A.; MADEIRA, N. R. Segurança alimentar e alimentação saudável para todos. In: MEDEIROS, C. A. B.; BUENO, Y. M.; SA, T. D. de A.; VIDAL, M. C.; ESPINDOLA, J. A. A. (Ed.). Fome zero e agricultura sustentável: contribuições da Embrapa. Brasília, DF: Embrapa, 2018. E-book. P. 25-32.